



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**Hugo Miguel Sacramento Vaz**

2º Ciclo de Estudos (Mestrado) em Museologia

# **MUSEU JUDAICO BARROS BASTO**

*A Concepção de uma Coleção Visitável da Comunidade Israelita do Porto*

**2012**

Orientador: Professor Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva

Classificação: Ciclo de Estudos:

Relatório de Projeto:

Versão Definitiva



## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais*

## **RESUMO**

Este trabalho pretende conceber um projeto para uma exposição visitável a realizar na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, sede da Comunidade Israelita do Porto.

Para isso construiu-se de uma base teórica acerca da musealização da fé, suportada por uma análise feita a algumas museografias concretizadas a museus e outros pontos de interesse judaicos.

Posteriormente criaram-se alguns instrumentos básicos para definir o guião da exposição, nomeadamente um regulamento do museu, a avaliação das necessidades e expetativas dos públicos, os interesses da instituição e as particularidades arquitetónicas e religiosas do edifício.

Suportado por uma extensa e atualizada bibliografia sobre a musealização da fé e os possíveis temas a constar na coleção visitável que aqui se pretende conceber, este relatório pretende descrever todas as etapas e decisões tomadas na prossecução do que se propõe.

**Palavras-Chave:** Musealização da Fé – Judaísmo – Comunidade Israelita do Porto – Sinagoga Kadoorie Mekor Haim – Coleção Visitável

## **ABSTRACT**

This work aims to design a project for an exhibition to be held in Kadoorie Mekor Haim Synagogue, headquarters of Comunidade Israelita do Porto (Jewish Community of Porto).

For this purpose was constructed a theoretical basis about musealization of faith, supported by an analysis of some museums and other Jewish points of interest.

Subsequently were created some basic tools to set the script of the exhibition, including a regulation for the museum, the assessment of needs and expectations of the public, the interests of the institution and the architectural and religious particularities of the building.

Supported by an extensive and updated bibliography about faith musealization and about possible topics to be included in the visitable collection that is intended here to design, this report seeks to describe all the steps and decisions taken in the pursuit of what is proposed.

**Keywords:** Musealization of Faith - Judaism – Comunidade Israelita do Porto - Kadoorie Mekor Haim Synagogue - Visitable Collection

## **AGRADECIMENTOS**

**Gostaria de dirigir o meu agradecimento a algumas pessoas, sem as quais ser-me-ia impossível concretizar este projeto:**

Ao **Senhor Professor Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva**, pelas orientações eficazes que me proporcionou, pela confiança e pelo apoio em alguns momentos mais apertados.

À **atual Direção da Comunidade Israelita do Porto (CIP)** nas pessoas do Senhor Doutor Dale Jeffries e de sua mulher, a Senhora Doutora Dara Jeffries. Dirijo também um agradecimento ao **Senhor Emanuel Fonseca**.

À **Senhora Doutora Isabel Maria de Barros Teixeira da Silva Ferreira Lopes** (Vice-Presidente da CIP) a quem devo o voto de confiança que me deu, a disponibilidade, a amabilidade, simpatia e, sobretudo, a ajuda na concretização deste projeto.

À **anterior Direção da Comunidade Israelita do Porto**, nas pessoas do Senhor Professor Doutor José António Ferrão Filipe e do Senhor Jorge Neves.

Ao **Reverendíssimo Rabino Daniel Litvak**, Rabino da CIP, por amavelmente me responder às inúmeras questões que lhe coloquei.

Ao **Senhor Doutor Hanno Loewy**, Diretor do Museu Judaico de Hohenems, por simpaticamente responder aos meus e-mails, auxiliando-me bastante em algumas questões teóricas.

Aos Senhores Professores Doutores **Martin Bellamy** dos Museus de Glasgow; **Crispin Paine** do Colégio Universitário de Londres; **Eilean Hooper Greenhill**, da Universidade de Leicester; **Richard Sandell**, da Universidade de Leicester; e **Simon J. Knell** da Universidade de Leicester, assim como aos Senhores Doutores **Pilar Santillana López**,

do Museu Sefardita de Toledo; **Janet Marstine** da Universidade de Leicester; **Eva Koppen**, coordenadora da Associação de Museus Judaicos Europeus (AEJM); e **Ariane Roura**, secretária da Rede de Judiarias de Espanha – Caminhos de Sefarad; por simpaticamente responderem às minhas mensagens auxiliando-me de uma forma ou de outra.

Ao **Senhor Doutor António Valente**, do Centro de Estudos do Cemitério Judaico de Faro; à **Senhora Teresa Vasco** da Sinagoga de Tomar; e à **Senhora Ana Araújo** da Comunidade Israelita de Lisboa pela amabilidade em me receberem e responderem às minhas perguntas.

À **Senhora Professora Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea**, a grande responsável pelo meu fascínio pelo Judaísmo, pelos Marranos e pela fantástica Obra de Resgate protagonizada pela brilhante personalidade do Capitão Barros Basto. Pela sua simpatia, ajuda em todos os momentos e atenção, um muito obrigado.

Agradeço, também, aos meus **amigos** por não me deixarem esquecer que tinha uma tese para acabar e que nunca é tarde para trabalhar.

À minha **família** por todo o apoio proporcionado.

À **minha segunda metade de alma** pela companhia em importantes viagens, pelo ânimo, pela compreensão e paciência.

E, por fim, o meu principal agradecimento vai para os **meus pais e irmão**, os baluartes da minha vida e os maiores responsáveis pela concretização deste trabalho.

A todos, **Muito Obrigado!**

**הדות הבר**

## ÍNDICE

	Pág.
Dedicatória_____	iii
Resumo_____	iv
Abstract_____	v
Agradecimentos_____	vi
Índice_____	viii
Índice de Tabelas_____	ix
Índice de Figuras_____	ix
Siglas e Abreviaturas _____	xi
Introdução_____	1
Parte I – Enquadramento Teórico do Projeto _____	5
1. A Musealização da Fé _____	6
2. Análise de Museografias Concretizadas e da Natureza das suas Coleções_____	
3. Algumas Considerações Conclusivas_____	21
Parte II – O Projeto Museológico do Museu Judaico Barros Basto_____	39
1. Considerações Iniciais_____	43
2. Descrição dos Trabalhos Desenvolvidos_____	44
Considerações Finais_____	50
Referências Bibliográficas_____	87
Apêndices	



## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Tabela demonstrativa das Atividades do Projeto, da sua duração e relações__	<b>48</b>
<b>Tabela 2</b>	Diagrama de Gantt do Projeto_____	<b>49</b>
<b>Tabela 3</b>	Relação entre a Lei-Quadro e o Regulamento do MJBB_____	<b>74</b>
<b>Tabela 4</b>	Temas a abordar no MJBB_____	<b>76</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Vista do Cemitério Judaico de Faro	<b>21</b>
<b>Figura 2</b>	Pormenor de uma sepultura do Cemitério Judaico de Faro	<b>21</b>
<b>Figura 3</b>	Exterior do Museu Tahara do CHJF	<b>22</b>
<b>Figura 4</b>	Exterior do Museu-Sinagoga Isaac Bitton	<b>23</b>
<b>Figura 5</b>	À esquerda e à direita, pormenores das vitrinas presentes no Museu-Sinagoga Isaac Bitton (CHJF)	<b>24</b>
<b>Figura 6</b>	À direita, <i>Bimah</i> do Séc. XIX que se encontra no Museu-Sinagoga Isaac Bitton (CHJF). À esquerda simulação de um casamento judaico no mesmo museu	<b>25</b>
<b>Figura 7</b>	Vista do interior da Sinagoga de Tomar / MLHAZ	<b>27</b>
<b>Figura 8</b>	Vista do interior da Sinagoga de Tomar / MLHAZ. Ao fundo o Ehal (Arca) onde são guardados os Rolos da Torah	<b>27</b>
<b>Figura 9</b>	À esquerda e à direita, tecto e colunas da Sinagoga de Tomar / MLHAZ	<b>28</b>
<b>Figura 10</b>	Pormenor da Sinagoga de Tomar / MLHAZ: bilha de barro embutida na parede	<b>28</b>
<b>Figura 11</b>	Pormenor de uma das vitrinas do MLHAZ	<b>29</b>
<b>Figura 12</b>	Exterior da Sinagoga Del Transito / MST	<b>34</b>
<b>Figura 13</b>	À esquerda, sala dos ofícios religiosos. À direita, pormenor do Ehal (Arca)	<b>35</b>
<b>Figura 14</b>	Jardim da Memória do MST	<b>35</b>

<b>Figura 15</b>	Galeria/Balcão das Mulheres da Sinagoga Del Transito / MST	<b>36</b>
<b>Figura 16</b>	À esquerda e à direita, pormenores das vitrinas presentes no MST	<b>37</b>
<b>Figura 17</b>	Pormenor de uma vitrina do MST	<b>38</b>
<b>Figura 18</b>	Rede PERT-CPM do Projeto	<b>48</b>
<b>Figura 19</b>	Sinagoga Kadoorie Mekor Haim	<b>54</b>
<b>Figura 20</b>	Interior da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim	<b>55</b>
<b>Figura 21</b>	Fachada da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim	<b>57</b>
<b>Figura 22</b>	À esquerda, o Ehal (Arca) da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim. À direita, o Balcão das mulheres onde é possível ver as inscrições hebraicas nos frisos do varandim	<b>60</b>
<b>Figura 23</b>	Vista dos quatro cantos da Biblioteca (Sala Central) da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim	<b>63</b>
<b>Figura 24</b>	Vista da antiga sala de aula da Yeshivah (Sala Sul) da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim	<b>64</b>
<b>Figura 25</b>	Sala Norte, onde é possível observar algumas das vitrinas de acrílico (Sinagoga Kadoorie Mekor Haim)	<b>65</b>

**Todas as figuras apresentadas são da autoria do autor do presente Relatório de Projeto.**

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

**CHJF** – Centro Histórico Judaico de Faro

**CIL** – Comunidade Israelita de Lisboa

**CIP** – Comunidade Israelita do Porto

**ICOM** – International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)

**MJBB** – Museu Judaico Barros Basto

**MLHAZ** – Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto

**MST** – Museo Sefardí de Toledo (Museu Sefardita de Toledo)



## **INTRODUÇÃO**

O presente relatório de projeto – Museu Judaico Barros Basto, a Concepção de uma Exposição Visitável da Comunidade Israelita do Porto –, desenvolvido no âmbito do Mestrado (2º Cíclo) em Museologia pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tem por objectivo a concepção de uma exposição visitável que sirva de base para a criação efetiva de um Museu na Comunidade Israelita do Porto (CIP).

Este projeto surge da vontade da Comunidade Israelita do Porto (CIP) – instituição alvo deste projeto – se assumir como uma instituição não só religiosa e associativa como também cultural. De facto, apesar de existir, desde 2007, uma exposição visitável na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim composta, sobretudo, por documentação relativa ao seu maior impulsionador – o Capitão Arthur Carlos de Barros Basto – e à sua Obra de Resgate, a mesma não se encontrava com uma boa articulação objeto-conteúdo, acabando, a informação, por ser bastante parca e descontextualizada.

Portanto, surge, desta forma, uma excelente oportunidade para pôr em prática os conhecimentos e competências adquiridos na formação académica e ao longo dos últimos anos de investigação sobre museologia e sobre o Judaísmo. Embora a CIP seja uma instituição comunitária religiosa e, portanto, pouco vocacionada para a gestão do património cultural, não podendo fornecer os conhecimentos e as práticas que um estágio profissional ou curricular poderia oferecer a nível da museologia e património, representa, por outro lado, uma excelente oportunidade para construir um projeto do princípio ao fim sem os vícios normais das instituições culturais já estabelecidas.

Assim, pretende-se com este relatório, demonstrar uma clara articulação teórico-metodológica e, acima de tudo, uma evidente componente inovadora que não seria tão facilmente exequível se se optasse por um relatório de estágio ou mesmo por mais uma dissertação acerca da comunicação em museus, estudo de coleções, conservação preventiva, etc.

Desta forma, pretende-se criar um projeto que, sustentado por bibliografia própria e pelos conhecimentos e competências adquiridos na licenciatura e na pós-graduação, equacione cientificamente e tecnicamente os procedimentos museológicos postos em prática, descrevendo detalhadamente os trabalhos efectuados e apresentando, no final, uma crítica e conclusiva análise de todos os resultados alcançados.

Antes de se proceder à construção do projeto museológico em si, criou-se uma base teórica sustentada por bibliografia sobre a matéria e pela análise e crítica de museografias concretizadas em museus judaicos ou outros locais visitáveis relacionados com a cultura judaica. Estas ferramentas serão o ponto de partida para a concepção do projeto museológico do museu da CIP, que se chamará Museu Judaico Barros Basto (MJBB), numa clara homenagem ao fundador da CIP, o grande impulsionador da Obra de Resgate.

Pretende-se criar, também neste trabalho, algumas ferramentas iniciais imprescindíveis para concretização da exposição visitável. Assim, construir-se-á um regulamento provisório que contenha alguns tópicos básicos orientadores de todo o trabalho (sobretudo a Missão e Objectivos), assim como algumas luzes no que respeita aos trabalhos futuros no Museu.

Um dos maiores desafios deste projeto é a imperativa necessidade de criar um museu e a respectiva estrutura de forma a que nunca prejudique as principais prioridades da CIP: o desenvolvimento religioso e comunitário/social dos seus elementos.

Um outro desafio deste trabalho, não menos complicado de ultrapassar, prende-se com as regras de elaboração do trabalho final de Mestrado, sobretudo, no caso deste trabalho, a que diz respeito ao número máximo de páginas. Numa época em que questionam os métodos de ensino, em que se alargam as noções de ciência, em que caem as barreiras entre os diversos ramos do saber/conhecimento é, em certa medida, curioso verificar que as regras da produção científica no âmbito dos Mestrados tendem a ser constrangedoras, claustrofóbicas, impositivas, sem, na maioria das vezes, existir uma justificação satisfatória para a existências de tais regras. De facto, esta regra enquadra-se na perfeição no Processo de Bolonha onde prevalecem algumas preferências em detrimento de outras: a quantidade sobre a qualidade, a forma sobre o conteúdo, a normalização/estereótipo sobre a originalidade... Não obstante todos estes constrangimentos, tentar-se-á, o melhor possível, desenvolver um bom trabalho.

O objectivo final será oferecer o presente projeto museológico à Direção da CIP de forma a que esta o execute, tornando-se, desta forma, numa instituição de gestão de património cultural mais firme e ativa, estando, portanto, associados uma missão e respectivos objectivos que desenvolverão a sua importância social e cultural junto da sociedade onde se insere.

A primeira parte do presente trabalho além de apresentar o enquadramento teórico do projeto aqui proposto, apresentará, numa segunda parte, exemplos nacionais de museus, exposições visitáveis e locais judaicos de referência, além de um exemplo de um museu estrangeiro. Essa apresentação demonstrará a pluralidade de locais de interesse judaico possíveis de avaliar de forma a detectar os principais erros dos mesmos, evitando-os neste projeto.

Na segunda parte do projeto proceder-se-á à construção, propriamente dita, do projeto museológico para o Museu Judaico Barros Basto.

Apesar de a museologia e os museus terem que ver, essencialmente, com coleções e seus objetos, este trabalho pretende dar mais ênfase à questão contextual desses objetos, focando-se, sobretudo, nos textos que os acompanharão, portanto, os principais motores informativos dos museus.

É importante referir, que o presente projeto não pretende a concretização da exposição que exigiria mais do que um projeto ou, pelo menos, um projeto mais amplo. Para isso seria necessário equacionar questões como o orçamento, o financiamento e o estudo de mercado de forma a consultar vários fornecedores e avaliar a qualidade-preço de todos.

Um outro motivo para a não concretização do projeto prende-se com o volume de temáticas abordadas nesta exposição e o facto de a instituição alvo do mesmo não ser, por definição, e até ao momento, uma instituição de carácter cultural. Assim, foi necessário desenvolver todo um trabalho prévio de definição de vários conceitos e de criação de diversas ferramentas por forma a que fosse possível realizar a exposição e uma série de outras atividades no futuro. Infelizmente, o escasso tempo para desenvolver um projeto mais alargado e quiçá concretizado, aliado à necessidade constante de enquadrar teoricamente conceitos, inerente a qualquer trabalho académico, não permitiu ir mais além.

Pretende-se, portanto, desenvolver um programa, guião e disposição (*lay-out*) da exposição permanente do MJBB, tendo em consideração as coleções e os espaços disponíveis para o efeito.

***Hugo Miguel Sacramento Vaz***





## **PARTE I**

### **Enquadramento Teórico do Projeto**

*The most obvious and important thing to be said about making histories of religion in museums is that they don't do it very often.*

**(O'Neill, 1996: 188)**

*[...] who do museums listen to, how much respect should they show to unpalatable views and which expressions of which faiths (and none) do they represent? By whom are they advised and how much of the story gets edited out?*

**(Reeve, 2012: 127)**

## **1. A Musealização da Fé**

À medida que a sociedade ocidental se transforma num crescente “supermercado religioso” os museus deverão ter um dever maior no que diz respeito à exibição da força religiosa, sendo uma das formas nas quais a sociedade se reflete, celebrando as suas crenças e atitudes (Paine, 2000: xiii).

Hanno Loewy (2012: 42), diretor do Museu Judaico de Hohenems, descreve a ambiguidade entre o sagrado e o profano nos museus sobre religião, dizendo que os museus ao transferirem para contextos seculares objetos produzidos para servirem contextos de culto e de práticas religiosas, esses mesmos objetos passam a servir funções profanas, o que aliás leva a uma discussão mais vasta entre o sagrado e o profano que não se pretende desenvolver aqui.<sup>1</sup>

Loewy relata também o processo de secularização dos mosteiros e igrejas iniciado no Século XVIII e a consequente transferência de muitos objetos cristãos (obras de arte e artefactos religiosos) que serviram a narrativa cristã, sagrada, para a custódia civil e, portanto, profana onde são considerados “herança cultural”. Associado a esta “profanação do sagrado” esteve a criação do “mito da nação” (Loewy:2012: 43), assim como a chamada “crise de consciência europeia” que desaguardaria no predomínio da razão (e, consequentemente, do espírito enciclopedista e do colecionismo) sobre os velhos conceitos tradicionais. Mais tarde, esses valores darão origem ao conceito de museu público, aberto a todos (Alonso Fernández, 2006: 55-61). Já no Século XIX os museus transformaram-se em “templos seculares do novo mito da cultura nacional e do folclore local”, tendo todo este desenvolvimento chegado à “fábrica de construção de identidade judaica” um pouco mais tarde, por volta de 1900 (Loewy, 2012: 43) ligado, de certa forma, ao movimento Sionista.

É precisamente por volta desse ano que são criados os primeiros museus judaicos como, entre outros, o de Viena (1895), Nova Iorque (1905), Praga (1906), Budapeste (1909), Worms (1912), Berlim (1917), Frankfurt am Main (1922), Breslau (1927) e Londres (1932) (Loewy, 2012: 45). Em Portugal seria em Tomar, no ano de 1939, que se criaria o primeiro museu judaico do país – Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto –, na única Sinagoga medieval (construída de raiz) ainda existente.

---

<sup>1</sup> Para uma análise acerca da dicotomia sagrado-profano ver, por exemplo: Eliade, 1958 e 2006, Segalem:2000; Agamben, 2006; Di Nola, 1987; e Delgado, 1988.

Este conjunto de museus “refletiam um [complexo] processo de transformação do Judaísmo de uma tradicionalmente religiosa forma de vida até uma predominante questão de identidade que se relacionava com uma séries de factores contraditórios, como as expressões culturais, as tradições familiares e ligações, a reconstrução nacional e até sonhos políticos utópicos” (Loewy, 2012: 45) que décadas mais tarde darão origem à criação do Estado de Israel, como “lar nacional judaico”<sup>2</sup>.

Para Loewy (2012: 44), o espaço onde se inserem os museus judaicos apesar de não serem definidos pela tradição judaica ou por judeus, constituem um local privilegiado para a discussão acerca de “questões judaicas” conduzida por judeus ou não-judeus, num desafio que constitui a verdadeira Diáspora e tudo o que ela simboliza. O verdadeiro objectivo destes museus era, sem dúvida, guardar e expor uma tradição e um património cultural que se consideravam universais, servindo, portanto, o “processo de assimilação e integração” dos judeus nos seus “novos lares”, ou seja, nos diversos países onde se encontravam desde o início da Diáspora. Na prossecução deste objectivo foi obrigatória a criação de uma “ambivalência entre a aculturação e a nostalgia do ‘outro/diferente’ representada pelos artefactos culturais” (Loewy, 2012: 45), ou seja, tentou-se manter nas populações judaicas a ideia de pertença às comunidades onde se inserem e ao mesmo tempo a ideia de diferença, de um grupo com características próprias, da “gente de nação” ou do “povo escolhido”, que se diferencia das demais pessoas.

Após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, os museus judaicos mudaram de paradigma, interpretando a necessidade de recolher, salvaguardar e divulgar não só a cultura material religiosa judaica como também todos os objetos relacionados com a perseguição dos judeus e o anti-semitismo, por forma a preservar a memória de milhões de judeus que pereceram às mãos do Nazismo e do Fascismo. Acerca desta mudança Loewy (2012:46) defende que “os fragmentos das materialidades judaicas que sobreviveram ao *Shoah* (Holocausto) tornaram-se relíquias do martírio, como se o sacrifício da vida representasse o fim absoluto do mundo judaico antigo e a criação de um novo” (Loewy, 2012: 46). Este novo mundo é o mundo já não de Diáspora, mas antes um retorno às origens, em que os judeus reunidos num estado judaico, poderão, em teoria, gozar de liberdade e paz sem nunca esquecer a sua história, o seu passado, os seus sofrimentos.

---

<sup>2</sup> Sobre as aspirações políticas de diversos grupo organizados de judeus, sobre a criação do Estado de Israel e sobre a história do Estado Judaico até 1998, ver: Gilbert, 2009.

Ainda assim, é preciso não esquecer os judeus que permanecem nos países “de diáspora” que, apesar de manterem a noção de pertença a um grupo concreto, “escolhido”, e de sentirem necessidade de preservar o património do seu povo, não deixam de se sentir como cidadãos dos seus países e de, igual forma, sentirem necessidade em preservar a sua identidade nacional.

Todo este desenvolvimento demonstra bastante bem a evolução que os museus judaicos tiveram ao longo de mais de cem anos. Assim, nos anos 1960/70, também eles foram confrontados com todos os novos paradigmas que se colocaram a propósito da museologia. De facto, a “Nova Museologia” também obrigou muitos dos curadores de objetos judaicos e, de uma maneira alargada, todos os curadores empenhados em musealizar a fé ou as fés, a repensarem os seus processos de exposição, contextualização, interpretação e divulgação.

Um outro tema, estreitamente relacionado com a musealização da fé judaica diz respeito ao *Shoah* ou Holocausto. De facto, a morte de cerca de 6 milhões de judeus em toda a Europa durante a Segunda Grande Guerra é um tema recorrente em muitos dos museus relacionados com o Judaísmo. Dificilmente se traça a história judaica a partir de Adão e Eva ou do patriarca Abraão sem falar, no fim, da “solução final judaica” e posteriormente da criação do Estado de Israel. Este episódio negro da história da Humanidade, além de merecer museus apenas dedicados a si – como o Museu Judaico de Berlim, o Museu do Holocausto do Yad Vashem em Jerusalém, o Museu do Holocausto em Nova Iorque ou em Las Vegas –, também merece, por norma, um grande destaque nos museus judaicos em geral. A este propósito Reesa Greenberg (2003), num texto sobre o Museu Judaico de Viena, afirma que depois do Holocausto, os museus tradicionais não poderão manter-se iguais e “acima de tudo, o principal interesse dos museus judaicos europeus do pós-1945, deverá ter que ver com o motivar os seus visitantes a perguntar a si mesmos as questões certas” (Heimann-Jelinek citada em Greenberg, 2003: 235) acerca do Holocausto. Muitos museus, na tentativa de alcançar este objectivo, optam por criar exposições e até museus com uma forte componente sensorial, em que os visitantes são levados a integrarem numa experiência física que pretende representar várias emoções geradas com o Holocausto. Entre estes museus encontram-se os já referidos Museu Judaico de Berlim (2000), uma obra do arquitecto Daniel Libeskind e o Museu do Holocausto de Jerusalém. Outros museus, procurando o mesmo objectivo, optam por usar instalações invulgares e um processo

diferente de interação (usando, por exemplo, hologramas). Um exemplo deste tipo de museus será o Museu Judaico de Viena (1998).

O filósofo A. C. Grayling detecta uma perigosa falta de razão no âmago da crença religiosa, afirmando que a humanidade caminha para o fim dessa mesma crença (2007 citado em Reeve, 2012: 126). Já a teóloga Karen Armstrong (2007 citado em Reeve, 2012: 126), curadora do British Museum, pelo contrário, defende que apesar da diminuição da importância da religião provocada pela secularização a partir do Iluminismo, da racionalidade científica, e das condicionantes históricas que poderão ter dado origem aos textos sagrados das diversas religiões, a humanidade está a assistir a um retorno às convicções religiosas. Desta forma, segundo a opinião da autora, o facto de nos museus a religião não ser tão abordada como seria de esperar mais não é que um fenómeno passageiro, ainda que duradouro. A religião está a tomar uma posição cada vez mais central e ativa na vida social e política das nações, que têm justificado as suas ações com a religião e os seus textos sagrados.

Apesar dos diversos pontos de vista no que concerne à religião e à sua influência na vida das pessoas, a verdade é que ainda existem bastantes grupos de pessoas que se dizem religiosas e que gerem a sua vida conforme as suas crenças, além da própria questão cultural e até, em alguns casos, nacional das religiões. De facto, é preciso não olvidar que muitos grupos de pessoas, nomeadamente os judeus, mantêm uma identidade e uma consciência de pertença a um determinado grupo muito fortes, independentemente de praticarem ativamente a religião judaica ou não. Desta forma, será necessário preservar essa mesma consciência identitária.

Um outro motivo que poderá justificar a relutância em criar museus de religião é o facto de muitas vezes se recriar a reação dos crentes que acabam por visitar museus acerca da sua crença. Demonstrativo deste particular é o relatório de 2007 citado por Reeve (2012: 128) – *Teaching Emotive and Controversial History* (T.E.A.C.H.) – onde professores descrevem a sua preocupação acerca do ensino de tópicos relacionados com determinadas religiões, que poderão ser mal interpretados pelos alunos que as professam. São vários os relatórios britânicos que criticam estas limitações em compreender as crenças, como refere Reeve no mesmo documento, e que se poderá resumir na frase de Charlene Tan: “saber certos factos acerca de uma religião não é o mesmo que apreciar a religião” (2008:185 citado em Reeve, 2012: 128).

Desta forma, será importante referir a opinião de Atul Shah que defende que a eventual falta de fé dos museólogos poderá ser uma desvantagem na hora de apresentar

e interpretar coleções ligadas a determinada religião. Shah sugere mesmo a consulta de comunidades ligadas ao tema que se pretende expor, devendo-se avaliar o trabalho desenvolvido pelos museólogos no sentido da “autenticidade” da apresentação e interpretação e não no do “mérito artístico” (Shah, 2010 citado em Reeve, 2012: 128-129).

No entanto, a autora esquece-se de que é impossível para um museólogo desligar-se do *background*, da bagagem que possui, interpretando as coleções de forma totalmente imparcial. Qualquer museólogo tende a fazer uso, muitas das vezes inconscientemente, dos sistemas mentais que foi adquirindo ao longo da vida, de forma a tentar justificar algo que poderá fugir ao seu domínio intelectual. Assim, deverá haver espaço para avaliações da “autenticidade” interpretativa e expositiva, assim como do “mérito artístico” dos museólogos. Deverá encontrar-se uma linha de contacto, suficientemente harmoniosa entre estes dois pontos de forma a conferir ao museu valores que de outra forma não se encontrarão presentes.

Apesar de toda esta questão, a verdade é que a discussão em torno da musealização da religião e dos seus elementos não tem sido muito debatida, se exceptuarmos autores como Reeve, Paine ou mesmo O'Neill, assim como a interessantíssima publicação *Material Religion*.

O primeiro destes autores, John Reeve (2012), num interessante texto intitulado *A Question of Faith: The museum as a spiritual or secular space*, desenvolve as três primeiras de quatro questões chave propostas por M. O'Neill (2012 citado em Reeve, 2012: 128) relacionadas com conservadores/curadores de museus de objetos religiosos ligados a instituições publicamente financiadas:

1. Como apresentar objetos num contexto cultural e religioso e se se deve incluir pontos de vista dos crentes nas interpretações dos curadores;
2. Se os museus poderão promover a compreensão e respeito mútuos entre pessoas de todos os credos e não uma apresentação própria de temas relacionados com a religião;
3. Se os museus têm o dever de apresentar as histórias “destrutivas” da religião assim como as suas contribuições positivas;
4. Como os museus poderão responder a *lobbys* fundamentalistas cada vez mais virados para a legislação relacionada com os Direitos Humanos no sentido de censurar os museus e os seus profissionais.

Para O'Neill é importante debater estas questões estreitamente relacionadas com a sociedade pluralista em que vivemos, sendo necessário desenvolver respostas que explorem a forma como os museus deverão responder às questões da religião e dos credos na sociedade contemporânea. Então, Reeve, tenta responder às três primeiras questões propostas por si, por forma a ajudar a produzir futuras exposições sobre religião ou melhorar as já existentes.

Acerca da primeira questão, Reeve alerta para a possibilidade de um curador adoptar uma posição mais segura de expor, fazendo uso da “neutralidade” ou da “objetividade” na exposição de determinados objetos religiosos e temáticas associadas. No entanto, o autor refere também, mais uma vez, a posição discordante de A. Shah que afirma que essa “objetividade académica” e “neutralidade institucional” tornarão o ato de expor e interpretar menos desafiante, provocando formas menos confortáveis de interagir com as comunidades crentes e com a arte religiosa.

O texto aborda exemplos de exposições e museus em que os responsáveis defendem não ser do dever dos museus a interpretação ou a procura de auxílio para interpretar determinada religião. No entanto, ao apresentarem as coleções como “séries de forma de arte distanciada” surgem reservas acerca da apresentação de determinadas religiões (ainda praticadas) como sendo contemporâneas e, portanto, ativas quer hoje, quer no passado. Esta insistência dos museus (nomeadamente de alguns dos maiores museus do mundo como o Museu Britânico de Londres, o Museu do Louvre em Paris ou o Museu Metropolitano de Arte em Nova Iorque) em usar uma “abordagem neutra, estética e distanciada numa boa parte da arte religiosa ao contrário da apresentação, por exemplo, de cerâmica, arquitectura ou arte e designe” (Reeve, 2012:129-130), não se compreende, tendo estes museus o estatuto internacional que possuem. Infelizmente pretendem jogar pelo seguro, não correndo o risco de inovar.

O autor encerra este tópico afirmando que “se uma galeria ou exposição não fizer a ligação inicial e a interpretação para os visitantes, então estes construirão os seus próprios significados apoiados em conhecimentos prévios, invenção, programação educacional (se esta existir), guias, áudio-guias e *websites* – ou simplesmente desistem” (Reeve, 2012: 130) o que poderá causar interpretações erradas e, eventualmente, continuidade de preconceitos para com determinados grupos religiosos.

Esta realidade descrita por Reeve está bem disseminada nos museus dedicados a determinadas religiões em Portugal. De facto, quer os museus de arte sacra católica (os museus sobre religião mais numerosos no país) quer os museus judaicos (ou exposições visitáveis sobre o tema) apresentam precisamente esta característica estática e descontextualizada, assim como uma grande relutância em recorrer às comunidades a que se referem ou a autoridades teológicas dessas comunidades, “assumindo que os visitantes sabem que questões colocar e onde encontrar respostas, sendo que se não souberem o problema é claramente deles e nunca do museu” (Reeve, 2012: 130). Em

A segunda questão proposta por Reeve diz respeito ao entendimento mútuo e às identidades diversas possíveis em exposições sobre religião.

Tony Bennett defende uma igualdade na representação museológica de todos os grupos e culturas (Bennett, 1995 citado em Reeve, 2012: 132) e, consequentemente, religiões. No entanto, a este propósito, Reeve (2012:132) fala das disparidades de representação entre as várias religiões nos museus, afirmando que “algumas religiões aparentam ser priorizadas e integradas nas narrativas museológicas ou agendas devido à sua arte”, sendo algumas dessas formas de arte, também elas, priorizadas em detrimento de outras, enquanto religiões com pouca cultura material e artística são, normalmente, ignoradas ou secundarizadas. Este facto, apenas vem comprovar a “materialidade” dos museus. Corroborando esta posição, o autor apresenta alguns exemplos dessa desigualdade representativa em diversos museus, sobretudo nos maiores e mais prestigiados (cf. Reeve, 2012).

É importante referir que as principais religiões não são, logicamente, “monolíticas ao longo do tempo, espaço, gerações, sexos e classes sociais” (Reeve, 2012: 132), na medida em que a percepção e interpretação das religiões vai mudando, fruto de uma heterogeneidade de factores. Esta posição tem suscitado iniciativas muito bem conseguidas em museus, contrariamente à maioria das exposições sobre religião. Destas exposições bem sucedidas com múltiplas vozes, posições e interpretações – *multi-voiced exhibitions* – destaca-se, por exemplo, a exposição *online* ‘Sacred’<sup>3</sup>, da British Library, onde o Judaísmo, o Cristianismo e o Islão são representados por diferentes perspectivas e discutidas pelo filósofo ateuista Julian Baggini (Reeve, 2007 e 2012). Esta mesma exposição recorre também a vídeos que ilustram determinados ritos,

---

<sup>3</sup> Exposição disponível em: <http://www.bl.uk/onlinegallery/features/sacred/homepage.html>  
[Visualizado a 20 de Maio de 2012]



que por sua vez são associados a objetos, assim como teve a colaboração de vários grupos desde os próprios curadores, a intérpretes, passando por líderes e representantes das religiões em questão e acabando nos patrocinadores e órgãos de gestão da própria Biblioteca (Reeve, 2012: 136).

Reeve também refere outras exposições bem sucedidas desde o recurso a jovens de diversas religiões na seleção de objetos e comentários para o Museu da Bíblia em Amesterdão, a histórias bíblicas contadas por obras de artistas portadores de deficiência mental (van der Meer, 2010 e Kiers, 2008 citados em Reeve 2012: 133).

A propósito dos significados espirituais e pessoais relacionados com a arte religiosa para as comunidades de crentes, Irna Qureshi (2010, citado em Reeve, 2012: 133) relata o caso de um conjunto de mulheres islâmicas que ao visitarem exposições de arte islâmica em Sheffield e Bradford, o encaram como um espaço sagrado, devido ao facto de não terem outro termo de comparação para lidar com “algo islâmico”. Assim, este conjunto de mulheres preparou-se para uma conexão espiritual comportando-se da mesma forma que se comportariam se estivessem a entrar numa mesquita (cobrindo a cabeça e descalçando-se). Além disso, as mulheres não reconhecem os objetos expostos como tendo um valor artístico e estético, impondo os seus próprios significados, ou seja, apreciando as coleções expostas do ponto de vista funcional e religioso apenas.

Este relato paradigmático poderá, perfeitamente, encontrar casos análogos em algumas comunidades judaicas que visitem museus de arte judaica. Caso semelhante ao que aconteceu na inauguração do Museu Judaico de Belmonte, em 2005, e em que a população judaica da cidade a muito custo visitou o museu por entender que essa instituição não era para eles, não era feita para eles, e não foi realizada a pensar neles. Apesar do seu comportamento não ter sido semelhante ao grupo de islâmicas, a verdade é que demonstraram (e ainda demonstram) uma certa reverência pelos objetos, e, consequentemente, pelo local. Alguns chegam mesmo a cobrir a cabeça em sinal de respeito<sup>4</sup>.

Desta forma, é possível concluir, com este relato, que “é evidente que a galeria de arte Islâmica [e outras exposições também] necessita de se dirigir a diferentes necessidades e expectativas, pretendendo-se conectar, não só com os públicos frequentes/básicos, mas também especificamente islâmicos de diferentes gerações, níveis de educação e que geralmente não vão aos museus” (Reeve, 2012: 133).

---

<sup>4</sup> Este tema, não só associado à comunidade de Belmonte, mas a outras, daria um excelente estudo no âmbito da sociologia e mesmo da psicologia.

Reeve (2012:135) também refere a participação de oficiais religiosos e representantes de diversos ramos das religiões Judaica e Cristã na abertura da *Sacred Silver and Stained Gallery* do *Victoria & Albert Museum*. Muitos destes colaboradores aconselharam os museólogos em diversos aspectos acerca do conteúdo, interpretação e disposição.

Também no *Horniman Museum* de Londres, ao contrário do que acontece ainda nos grandes museus da cidade como o *British Museum* ou o *Victoria & Albert Museum*, os objetos religiosos artísticos são apresentados e definidos em diferentes tipos de contextos culturais híbridos, como resultado da consulta de personalidades externas ao museu (Da Silva, 2010 e Golding, 2009 citados em Reeve, 2012: 134).

No caso dos judeus seculares, não-religiosos ou não-praticantes (judeus que apesar de serem reconhecidos como tal, não levam a cabo os rituais e muitas das normas judaicas) a questão de como lidam com a sacralidade dos objetos expostos nos museus não se aplica. No entanto, é necessário que sintam uma intimidade com os mesmo que, no fundo, representam a cultura que preconizam.

Ainda a nível contextual e interpretativo, a Galeria Islâmica Addis do *British Museum*, através do *Visitor's Guide to World Religions* (Guia do Visitante para as Religiões do Mundo), convida os visitantes a ler uma brochura com duplo entendimento contextual acerca da exposição, antes de visualizar a exposição onde os objetos ainda permanecem centrados unicamente em si mesmos e no seu valor como objetos (Reeve, 2006: 70-2 e Reeve, 2012: 133). Objectivo semelhante tem o livro que acompanha a parte sul asiática do Museu das Civilizações Asiáticas de Singapura (Chin, 2010 citado em Reeve, 2012: 134), que se apresenta como um “modelo de como uma coleção deverá ser interpretada de forma acessível”, reflectindo um “forte propósito público, educativo e historicamente artístico, combinando arte e fé, história da arte e etnografia, o antigo e o moderno” (Reeve, 2012: 134).

Esta estratégia é uma excelente alternativa para os museus e galerias que não disponham de recursos humanos, financeiros ou mesmo de tempo. Com ela poderão, portanto, proceder a alterações no discurso expositivo sem gastos e esforços demasiadamente elevados, embora a leitura de textos antes de visualizar uma exposição não seja tão atrativa como se a contextualização e interpretação (ou interpretações) estivessem já inseridas na própria exposição.

À semelhança do que aconteceu no primeiro ponto abordado, John Reeve apresenta uma série exemplos de exposições “neutras, centradas nos objetos”, algumas

“sem qualquer tipo de contexto nas práticas religiosas contemporâneas ou qualquer tipo de esforço para prender o visitante sem ser pelo valor estético” dos objetos, sem “provocar questões e evitando reações” dos públicos que as visitam e “tratando as obras de arte sagradas como caros tesouros isolados”.

Existem ainda casos de museus que providenciam espaços sagrados onde os visitantes poderão usufruir dessas zonas e dos objetos expostos no sentido de procederem aos seus cultos religiosos, como por exemplo, o espaço dedicado aos cristãos da Etiópia do *British Museum* (Reeve, 2012: 135). De facto, apesar de pouco numerosos, este tipo de exemplos têm crescido, assim como a interação entre os crentes de determinada fé e os museus.

Acerca da terceira questão (e última discutida) exposta por Reeve – se os museus têm o dever de apresentar as histórias destrutivas das religiões, assim como a suas contribuições positivas –, o autor conclui que enquanto alguns museus apresentam similitudes entre as religiões como as diferenças e conflitos, outros preferem escusar-se de apresentar os pontos mais sombrios e menos positivos das mesmas, de forma a assegurar financiamento, promover o senso de pertença (Reeve, 2012: 135-136) e evitar polémicas indesejadas. Este particular é bem visível na já referida exposição *Sacred* do *British Library* em que não se apresentam as “histórias destrutivas” do Judaísmo, Cristianismo e Islão, preferindo dar ênfase ao que as três religiões têm em comum. Apesar de se poder acusar a instituição de se auto-censurar e de ser desonesta, a verdade é que as críticas positivas, quer públicas, quer da parte imprensa, revelam que terá sido a melhor opção da Biblioteca, sobretudo como instituição pública que é (Reeve, 2012: 135). Assim, é possível ver os prós e contras da seleção de determinados temas religiosos em museus. Se por um lado determinados temas poderão afastar alguns visitantes, por outro a omissão desses temas poderá levar a acusações de parcialidade museológica. No entanto, a missão e objectivos das instituições promotoras de exposições acerca da religião deve ser fundamental para o desempate entre o mostrar ou não mostrar essas questões mais complexas. Assim, uma instituição pública ou que mantenha contacto com várias instituições ligadas a diversas religiões deverá não hostilizar as diversas religiões de forma a manter boas relações com as diversas instituições e a assegurar financiamento, como Reeve defende.

Por outro lado poderá ser objectivo de uma instituição abordar essas temáticas mais problemáticas. A debater esses temas, dever-se-á fazê-lo de forma extremamente

estudada e nada hostil, no âmbito de discussões e debates construtivos e saudáveis. Existe a possibilidade de, para provocar uma reflexão crítica sobre alguns temas, haver a necessidade de expor precisamente determinados aspectos ou histórias religiosas que poderão deixar descontentes praticantes das referidas religiões ou credos. Um exemplo original deste objectivo de debater um tema polémico foi o conseguido por Nuno Coelho com a exposição interativa *A Land Without People for a People Without Land / Uma Terra sem Gente para Gente sem Terra* sobre o conflito israelo-palestiniano e que já teve exposta em vários países do mundo. A partir de cartazes gráficos interativos – *site specific* –, convidou-se o público a colorir desenhos e resolver determinados exercícios sobre as tensões sociais entre palestinianos e israelitas. A exposição, construída num tom bastante crítico mas também irónico e recorrendo a uma linguagem infantil, quis demonstrar, de uma forma muitas vezes bastante parcial, a opressão israelita sobre o povo palestiniano. O próprio autor confirma que qualquer trabalho apolítico é, ele próprio, portador de uma forte posição política, assumindo completamente a sua parcialidade, mas justificando-se como artista que é. Esta nova forma de abordar um tema que é, por vezes, bastante difícil de explicar, foi melhorada num livro com o mesmo nome (Coelho e Kershaw, 2009), onde, além dos exercícios da exposição em formato “de bolso”, os autores incluíram uma série de textos de diversos colaboradores. Estes textos além de falarem do trabalho desenvolvido pelos autores, demonstram também posições diversas sobre o tema abordado, conferindo à publicação um verdadeiro cenário de discussão aberta, onde as várias posições são ouvidas (ainda que de forma desequilibrada).

Em Portugal, a maioria dos museus relacionados com a religião são de arte sacra cristã, à semelhança do que acontece no Ocidente (cf. O'Neill, 1996; Reeve, 2012). Estes museus ou galerias expõe as coleções sem qualquer contexto explicativo religioso, focando as suas atenções no valor artístico e patrimonial dos objetos. Se por um lado este facto é o reflexo da posição da maioria dos museus em relação ao património material – em que os objetos valem por si mesmos, não sendo necessária qualquer interpretação –, por outro, o facto de o Cristianismo ser a religião dominante no Ocidente, com cerca de 2,1 mil milhões de praticantes estimados em todo o mundo (O'Brien e Palmer, 2007: 22-23) desencoraja, certamente, os museólogos a exporem a arte e as alfaías religiosas num sentido explicativo da própria religião, da sua história, costumes, crenças e dogmas, uma vez que estariam a expor informação que uma boa

parte das pessoas já conhece (ainda que não domine). Assim, são raros os museus ou exposições sobre temas ligados à religião que não saiam desta forma estática e nada inovadora de expor. Em Portugal, um museu que muito recentemente veio dar um novo fôlego à exposição de temas relacionados com o Catolicismo foi o museu virtual e interativo *Milagre de Fátima*<sup>5</sup>, que com “conteúdos multimédia de última geração” e “com recurso a imagens holográficas e vídeos estereoscópicos (3D)” demonstra uma série de temáticas relacionadas com as Aparições de Nossa Senhora de Fátima em 1917 e com todos os acontecimentos a si relacionados (desde o enquadramento histórico até às celebrações anuais deste acontecimento). Ainda assim, a grande maioria dos museus fica-se pelas artes decorativas e arte sacra, sem, grande parte das vezes, expor ou divulgar essa arte de forma contextualizada, limitando-se a apresentar uma pequena legenda com o título e a data (quando se conhece) das peças apresentadas.

Regressando à questão material (coleções) dos museus, referida na segunda questão de John Reeve, é importante afirmar que a definição que é apresentada na *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* sobre essa matéria, assim como a própria posição do ICOM (Regulamento - definição de museu), são bem claras.

Nesta definição está subentendido que para um museu – e aqui se acrescenta, para as exposições ou coleções visitáveis – ser entendido como tal, não necessita, obrigatoriamente de coleções, pelo menos coleções nos moldes como a maioria as entende. Ou seja, mesmo centros de interpretação, documentação e/ou investigação (em que se presume que as coleções sejam as informações de que dispõem sobre determinada tema) são considerados museus apesar da diferente natureza das coleções.

Reeve (2012: 137) refere a falta de sensibilidade dos museus para abordar de forma igualitária todas as religiões, relegando para segundo plano as religiões que carecem de objetos religiosos e artísticos e as religiões que apresentam temas religiosos difíceis e polémicos de abordar. Apesar de excelentes exemplos bem sucedidos de exposições equitativas, estas ainda rareiam.

A propósito da falta de objetos, umas das melhores formas de colmatar esta falha é, sem dúvida, recorrer a equipamentos multimédia que, na obrigatoriedade de apresentar determinados objetos, surge como a melhor forma (e também mais interativa)

---

<sup>5</sup> Ver o site: <http://www.omilagrededefatima.com/> [Visualizado a 20 de Maio de 2012]

de o fazer. Uma outra alternativa passa pela apresentação de placares com informação e imagens pretendidas, cortejadas com vitrinas apresentando os objetos da coleção.

Se é vulgarmente aceite que a maior diferença entre os museus e outras instituições com fins educativos é a presença de objetos na primeira, essa materialidade no ensino é tida como a maior mais-valia dos museus e exposições. No entanto, cada vez mais surgem museus sem coleções ou com coleções muito reduzidas. A propósito da cultura, história e religião judaica é possível destacar o Museu Judaico de Berlim, o Museu do Holocausto do Yad Vashem em Jerusalém ou ainda o Museu da Lembrança em Los Angeles. Estes museus são verdadeiros paradigmas de museus como peças de arte em si, que suscitam recordações, sentimentos e emoções devido à sua arquitectura e estratégias comunicativas diferentes das dos demais museus, não sendo por isso menos bem sucedidos na transmissão de informação e valores ao seu público (judaico ou não).

Mesmo no Museu Sefardi de Toledo as áreas relativas à Sinagoga del Transito e ao Jardim da Memória são tidas como objetos museológicos por si só, assim como muitos lugares de peregrinação que são “musealizados” de forma a receber visitantes, como é o caso da Sinagoga de Tomar ou do Cemitério Judaico de Faro que mais à frente serão descritos.

Hoje, ao falar-se de um museu, fala-se de um museu que vive no seu tempo e já não de um “museu-templo” que apenas encerra dentro de si objetos de algum interesse artístico ou histórico. O museu da atualidade (desde o reposicionamento das instituições museológicas para com as questões sociais que os circundam dos anos 1970, e sobretudo 1980), pelo menos assim se espera, é produto dos seus contextos sociais e históricos, contextos esses que podem possuir um enquadramento comum a todos os museus, mas que nunca deverão eclipsar o enquadramento de cada um deles. Cada vez mais se desenvolve, com os discursos museológicos, o pensamento crítico das pessoas que visitam exposições no sentido de “cultivar e educar” as gentes, tendo em vista uma sociedade mais tolerante e produtiva intelectualmente.

A religião e a fé em determinadas crenças, são largamente ignoradas nos museus. São pouquíssimos os museus no mundo, estruturados, dedicados à temática das religiões num sentido geral e comparativo.

Uma outra questão que se levanta em relação à musealização da fé é a seguinte: o que musealizar? Sé há quem defenda que musealizar a fé é bastante difícil, uma vez que as religiões e crenças se baseiam não tanto em objetos, mas sim em dogmas, escritos, conceitos, valores, relações pessoais e com o divino/sagrado; outros referem a

prática como a principal forma de aprendizagem de uma religião, não tanto no sentido das práticas éticas, mas sim através de um sem número de formas de arte (arte visual, música e seus instrumentos, dança, teatro, etc.). Desta forma, dever-se-á dar às artes uma grande importância no estudo da religião e, conseqüentemente, na musealização dessa mesma religião (Hinnells, 1990), e não estudá-la somente do ponto de vista da arte por arte, como já aqui foi referido.

Georg Schmid (1979) propõe uma distinção entre realidade religiosa, o lado histórico e visível da religião (textos sagrados, objetos de culto, símbolos, rituais, festividades, iconografia, etc.), e a realidade da religião, as realidades a que a “realidade religiosa” nos reporta, os seus sentidos. Desta forma, num contexto museológico, segundo o autor, apenas tem sentido e interesse mostrar estes dois conceitos juntos, interligados, de forma a proporcionar aos visitantes de uma determinada exposição religiosa estes dois sentidos. Claro está que é, de facto, um problema converter a dimensão não material da religião em objetos materiais, mas é necessário estudar e produzir algumas ferramentas que facilitem esta conversão.

Schmid, no mesmo texto, apresenta uma série de outros problemas no que respeita à musealização da religião. Um desses problemas é a forma não satisfatória que a exposição do sagrado e da morte pode provocar a alguns praticantes de determinada religião. É, de facto, interessante para quem não conhece a realidade de certas religiões poder entrar em contacto (ainda que de forma não total, como foi supra referido) com outras crenças. Mas até que ponto é mais importante dar a conhecer estas realidades do que preservar e respeitar certos costumes e tradições religiosas? Um exemplo paradigmático é a exposição de corpos nos museus (por exemplo as múmias reais egípcias). Esta ação é fortemente condenada por uma série de grupos religiosos que têm como dogma a necessidade do descanso eterno dos cadáveres e não a sua musealização, dizem os mesmos, sem respeito. Este tópico é bastante sensível para muitos, mas a verdade é que sem a exposição de tais “objetos” uma parte importante da vida humana, e que é tocada em todas as religiões do mundo, não é exposta, não dando, desta forma, uma noção mais completa dos sentidos religiosos ao visitante que não os conhece.

Um outro problema levantado por Schmid é, em relação aos museus que mostram várias religiões, a tendência, errada, que muitos curadores/museólogos têm para fazer comparações diretas entre religiões. Cada religião tem os seus sistemas de crenças, valores, símbolos e conceitos. E se realmente encontramos vários paralelismos entre muitas das religiões (sobretudo aquelas que partilham a mesma génese, como é o

caso das religiões Abrahamicas – Judaísmo, Cristianismo e Islão), outras não possuem as mesmas analogias. Categorizar as religiões para depois preencher os campos com tópicos pré-definidos não se coaduna com o próprio conceito de religião, nem mesmo com o verdadeiro simbolismo que os objetos religiosos encerram.

Por fim, temos o caso dos museus onde se pretende expor várias religiões, em que há sempre o perigo de sobrepor umas religiões a outras. Em geral, as religiões mais “materiais” ou que fazem um maior uso da iconografia, assim como as religiões universais (as mais praticadas no mundo), são as que mais encobrem as restantes – as minorias – num contexto museológico/expositivo.

Já nos museus que dão exclusividade a uma religião ou Fé, os problemas de sobreposição religiosa não existem, assim como mais facilmente se satisfaz as comunidades que partilham a fé que é exposta, no que concerne ao respeito e tradição à religião. Isto porque, por norma, nestes museus, é comum a equipa ser composta por praticantes dessa religião, ou então possuem um ou mais coordenadores científicos dessa mesma fé.



## 2. Análise de Museografias Concretizadas e da Natureza das suas Coleções

### 2.1. Centro Histórico Judaico de Faro

O Centro Histórico Judaico de Faro (CHJF), composto pelo Cemitério Judaico de Faro (considerado Imóvel de Interesse Público em 1978), pelo Museu-Sinagoga Isaac Bitton e pelo Museu Tahara, encontra-se na Rua Leão Penedo, em Faro e caracteriza-se por ser um dos mais antigos vestígios materiais



**Figura 1** – Vista do Cemitério Judaico de Faro

da presença judaica em Portugal no período pós-expulsão/conversão de 1496.

De facto, a comunidade judaica de Faro, constituída por judeus sefarditas oriundos de Gibraltar e do Norte de África que se vieram instalar em Faro no Século



**Figura 2** - Pormenor de uma sepultura do Cemitério Judaico de Faro

XIX (muitos deles descendentes de portugueses que saíram do país após o Decreto de Expulsão de 1496), era composta por cerca de 60 prósperas famílias<sup>6</sup> e teve duas sinagogas: uma na Rua Manuel Belmarço e outra na Rua Castilho<sup>7</sup>. Parte do

<sup>6</sup> Informação disponível em: <http://www.farojewishheritagecentre.org/community.html> [visualizado a 12 de abril de 2012]

<sup>7</sup> Informação disponível no “Mapa de Faro” da autoria de António Alves Valente, guia e promotor do Centro Histórico Judaico de Faro

mobiliário desta última encontra-se atualmente no Museu Sinagoga Isaac Bitton, no interior do Cemitério Judaico.

Segundo o site oficial do CHJF, em 1851 o terreno do Cemitério Judaico de Faro foi comprado por três das mais proeminentes figuras da “Pequena Jerusalém” como também era conhecida a comunidade: Joseph Sicsu (*Hazan/Cantor* da Comunidade), Moises Sequerra e Samuel Amram. O cemitério manteve-se ativo durante 94 anos, tendo o primeiro enterramento acontecido em 1838 (o do Rabbi Joseph Toledano) e o último em 1932 (de Abraham Ruah).

Após este período o vigor da comunidade começou a decrescer devido ao envelhecimento dos seus elementos e à migração de muitos dos jovens. Atualmente são muito poucos os descendentes das grandes famílias judaicas do Século XIX naquela zona. Consequentemente, o próprio cemitério começou a deteriorar-se. Em 1980 foi feito um inventário das sepulturas por Sam Levy, José e Lawrence Abecassis, tendo o Rabino Abraham Assor traduzido as sepulturas do hebraico para o português.

Em 1984, o norte-americano judeu Isaac “Ike” Bitton e seu irmão Joseph, ao vir a Faro conhecer o local onde a sua mãe nascera, deparou-se com o degradado estado do cemitério. Mais tarde, quando regressaram a Faro, Isaac Bitton criou o *Faro Cemetery Restoration Fund Inc.* de forma a devolver ao local a dignidade merecida. 50 mil dólares foram confiados à Comunidade Israelita de Lisboa de forma a que se procedesse, no futuro, ao restauro do cemitério. Mas só em 1992 é que um dos membros da comunidade judaica de Faro – Ralf Pinto – contactou Bitton e apresentou os planos de restauro que depressa foram aceites e postos em prática com o dinheiro depositado na Comunidade de Lisboa (Pinto, 2000: 10-11).

Assim, a 16 de Maio de 1993 o cemitério foi reinaugurado na presença do então Presidente da República de Portugal, Mário Soares. A requalificação do local para abertura ao público contou, entre outros aspectos, com o restauro das sepulturas, a pavimentação com calçada portuguesa de todo o cemitério e a transformação da casa da



Figura 3 - Exterior do Museu Tahara

*Tahara* (onde os corpos dos falecidos eram preparados para o enterramento – lavados, purificados e vestidos, acompanhados de orações) em museu, ou mais propriamente, em coleção visitável – Museu Tahara. Este museu passou a albergar uma série de objetos relacionados com o Judaísmo, nomeadamente: representações de momentos litúrgicos judaicos – o *Bar Mitzvah*, o *Shabat*, o *Havdallah* e o *Brit Mila* – recorrendo a manequins vestidos conforme as ocasiões e aos objetos litúrgicos próprios; um fragmento de uma *Torah* que foi salvo na Noite de Cristal (9-10 de Novembro de 1938) oferecido pela Comunidade Judaica de Zurique em 1998; um conjunto de Katubot (certidões de casamento); uma reprodução do primeiro livro impresso em Portugal – o Pentateuco Hebraico de Samuel Gacon de 30 de Junho de 1487, atualmente na Biblioteca Britânica em Londres (*British Library*); um conjunto de fotografias relacionadas com Aristides de Sousa Mendes, membros proeminentes da comunidade judaica de Faro, entre outros.

Em 2007, renomeou-se o conjunto Cemitério-Museu Tahara de Centro Histórico Judaico de Faro e inaugurou-se um outro pequeno espaço criado ao lado da Casa da Tahara para albergar parte do mobiliário da Sinagoga da Rua Castilho, n.º 4. Denominado Museu Sinagoga Isaac Bitton, este edifício de madeira concentra no seu interior a Bima, a Arca, o Shuppah e respectivo dossel e a Ner Tamid originais da Sinagoga dos inícios do Século XIX. Além destes objetos, é ainda possível encontrar uma placa negra de pedra com os Dez Mandamentos (oferecida pela Embaixada de Israel em Portugal), uma representação – com manequins vestidos de maneira própria – de um casamento judaico (noivos e rabino), diversos livros litúrgicos judaicos, fotografias representativas de alguns actos religiosos e ainda alguns objetos litúrgicos e ornamentais judaicos.



Figura 4 - Exterior do Museu-Sinagoga Isaac Bitton (CHJF)



O cemitério, com cerca de 1000 metros quadrados circundados por um muro branco de cerca de quatro metros de altura, contém 106 sepulturas, 71 das quais com inscrições nas lajes de mármore branco (Pinto, 2000: 10). A este número dever-se-á acrescentar uma outra sepultura (ainda sem laje) pertencente a Ralf Pinto (1939-2011) e que teve a merecida autorização para ter a honra de ser enterrado no local pelo *Faro Cemetery Restoration Fund.* devido ao seu empenho e dedicação na reabilitação do Cemitério e na criação do Centro Histórico.



Figura 5 - À esquerda e à direita, pormenores das vitrinas presentes no Museu-Sinagoga Isaac Bitton (CHJF)

Segundo o seu site da Internet e os folhetos de divulgação por si distribuídos, o Cemitério Judaico de Faro é tido como o primeiro vestígio judaico em Portugal após a abolição da Inquisição. No entanto, a presença de túmulos judaicos nos Açores (S. Miguel) poderão destronar esta pretensão.

No exterior, o seu portão de acesso ao cemitério é encimado pelo ano hebraico de 5638 – equivalente a 1887 no calendário secular – que será o da construção dos muros do cemitério. No jardim, além dos 18 ciprestes doados por Leonard Oblowitz e plantados em 1993 (o primeiro dos quais por Mário Soares) em memória de Aristides de Sousa Mendes (1885-1954), encontra-se também um monumento evocativo do Pentateuco Hebraico de Gacon e um monumento de Fernanda Assis dotado de uma réplica de uma pedra tumular com inscrições hebraicas (pertencente a Josef de Tomar, falecido a 23 de Janeiro de 1315) descoberta em Faro em 1870 e levada para a Sinagoga de Tomar em 1944.

Aberto todos os dias úteis da semana, o CHJF é de entrada gratuita e, segundo o promotor/guia António Alves Valente, no decorrer do ano 2011, cerca de 3500 pessoas visitaram o Cemitério e os Museus (na sua maioria estrangeiros e escolas).

Os dois museus (assim denominados pelo CHJF) apresentam-se bastante confusos e com os objetos demasiadamente amontoados (muitos deles sem a respectiva legenda), sobretudo na Museu Tahara. Assim, apresentando menos objetos, sistematizando a sua ordem espacial, e legendando os mesmos, informação seria mais facilmente interiorizada pelos visitantes, além de que teriam uma noção mais exata dos objetos que lá podem encontrar.

É interessante a criação de um ambiente de Sinagoga no Museu-Sinagoga Isaac Bitton, que embora bastante pequeno, é bem demonstrativo – pelo mobiliário que alberga – da Sinagoga do início do Século XIX que pretende recriar.



**Figura 6** - À direita, *Bimah* do Séc. XIX que se encontra no Museu-Sinagoga Isaac Bitton (CHJF). À esquerda simulação de um casamento judaico no mesmo museu

Em suma, o CHJF tem na sua “coleção” de sepulturas o seu principal ponto de interesse judaico. A maioria das pessoas que visitam o local demonstram especial interesse pelo conjunto tumular do cemitério e a importância histórica que representa no contexto do judaísmo português dos Séculos XIX e XX, sendo, portanto, esse mesmo aspecto o que mais é utilizado na divulgação do CHJF e mais desenvolvido pelo seu guia/promotor. No fundo, os dois pequenos “museus” são relegados para segundo plano no contexto do Centro Histórico, dando-se a maior ênfase ao cemitério em si.

É importante referir que o CHJF possui também uma loja onde são vendidos artigos relacionados com o Judaísmo, desde moedas, livros, DVDs, CDs, postais, pins e *Judaica*. Segundo o seu promotor, é a venda destes artigos uma das fontes de rendimento.

Infelizmente não existem atividades de espécie alguma neste local, não se explorando mais as diversas potencialidades que o espaço, a sua história e importância e ainda as suas coleções encerram, além da própria divulgação deficitária.

## **2.2. Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto**

O Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto (MLHAZ) encontra-se na Sinagoga de Tomar, na Rua Dr. Joaquim Jacinto, na zona histórica de Tomar.

Os primeiros vestígios da comunidade judaica de Tomar encontram-se numa lápide datada de 1315, descoberta em Faro, onde se faz referência do Rabi José de Tomar. Em relação aos registos documentais, a primeira referência à comunidade judaica em Tomar data de 1384, numa doação de D. João, Mestre de Avis (Tavares, 1992: I-II).

Mais tarde, surge a Judiaria de Tomar, criada no contexto do crescimento da população judaica no local. A esta Judiaria, localizada na Rua Direita (atualmente Rua Dr. Joaquim Jacinto, entre a Rua dos Moinhos e a atual Rua Direita) são posteriormente, no Século XV, atribuídas algumas das regras discriminatórias existentes noutros pontos do país, nomeadamente o fecho de portas desde o pôr do Sol até ao nascer do Sol (Tavares, 1992: I).

Maria José Ferro Tavares (1992: III-IV), a propósito da população judaica neste período, indica que seriam cerca de 150-200 os judeus residentes nesta comuna, tendo esse número aumentado com a expulsão dos judeus de Castela e Aragão (1492) para as cerca de 250-300 pessoas.

Em relação à Sinagoga de Tomar, construída em meados do Século XV no centro da judiaria, portanto, dos inícios do período renascentista, foi construída de raiz especificamente para servir de templo de culto, tendo servido, também, de tribunal, escola e assembleia. Este facto demonstra precisamente a capacidade económica e financeira desta comunidade<sup>8</sup>.

Após a expulsão dos judeus de Portugal, este imóvel foi transformado em prisão e mais tarde em local de culto católico como Ermida de São Bartolomeu. Mais tarde, no

---

<sup>8</sup> Informação disponível em: <http://www.sinagogadetomar.com/> [visualizado a 25 de junho de 2012]

Século XIX teve diversas funções, nomeadamente palheiro, adega e armazem. Só em 1920, aquando da visita de alguns elementos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, é que se tomou consciência do valor patrimonial do edifício, tendo-se desencadeado um processo que culminou com a sua classificação como Monumento Nacional em 1921<sup>9</sup>.

Em 1923 foi comprada e restaurada por Samuel Schwarz, o responsável pela descoberta da existência de criptojudéus (marranos) em Belmonte, e que ofereceu a sinagoga ao Estado Português em 1939 com a condição de aí ser contruído o Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto<sup>10</sup>.



Figura 7 - Vista do interior da Sinagoga de Tomar / MLHAZ

De planta quadrangular, a pequena sala de culto da Sinagoga de Tomar, apresenta doze mísulas ou consolas – reapresentando as Doze Tribos de Israel – colocadas na parte superior das quatro paredes e de onde partem as abóbadas com



Figura 8 - Vista do interior da Sinagoga de Tomar / MLHAZ. Ao fundo o Ehal (Arca) onde são guardados os Rolos da Torah

arestas bem vincadas e que compõem todo o tecto. Também apresenta quatro colunas colocadas no centro do recinto que, formando um espaço tripartido, suportam as abóbadas. Estas colunas (que possuem entre quatro e cinco tambores cada uma), além de serem compostas por bases bem trabalhadas, apresentam capitéis quadrangulares trabalhados com elementos vegetalistas e geométricos.

<sup>9</sup> Ver panfleto informativo disponível na Sinagoga de Tomar.

<sup>10</sup> Abraham Bar Samuel Zacuto (1450-1522), nasceu em Salamanca tendo vindo para Lisboa após o Decreto de Expulsão de Espanha em 1492. Aí desenvolveu um extenso trabalho relacionado com a astronomia e a matemática. Das diversas obras que escreveu (genealogia, lexicografia e astrologia médica), destaca-se a de astronomia *Almanach Perpetuum* escrito em hebraico. Após a expulsão dos judeus de Portugal, foi para o norte de África, morrendo, mais tarde, em Damasco. (Rodrigues, 2009c: 549)



Destes quatro capitéis apenas dois são iguais. Isto deve-se ao facto de os quatro capitéis representarem as quatro matriarcas bíblicas, Sara, Rebeca, Lea e Raquel, sendo as duas últimas irmãs (representadas pelos dois capitéis iguais).



**Figura 9** - À esquerda e à direita, tecto e colunas da Sinagoga de Tomar / MLHAZ

É interessante verificar toda esta sala como um todo, em que os capitéis, as mísulas e as arestas das abóbadas se conjugam no simbolismo de cada um desses elementos arquitetónicos em representação de um todo, que neste caso seria a Nação Judaica, o Povo Escolhido.

Esta sala possui, ainda, uma particularidade engenhosa: a presença de oito bilhas de barro invertidas embutidas na parede (duas em cada um dos cantos da sala), e ligadas



**Figura 10** - Pormenor da Sinagoga de Tomar / MLHAZ: bilha de barro embutida na parede

à sala por um orifício feito na parede, de forma a que o nível acústico fosse melhorado, podendo os ofícios religiosos ser ouvidos claramente em toda a sala e na sala ao lado (de onde as mulheres assistiam). Uma dessas bilhas (a que se encontra do lado noroeste) pode ser admirada, uma vez que foi aberto um orifício de forma a coloca-la a descoberto.

Embora hoje a porta de entrada, quadrangular, esteja virada a norte, fazendo-se a entrada pela Rua Dr. Joaquim Jacinto, a porta original desta Sinagoga encontra-se virada a nascente. De facto, esta pequena porta gótica de arco quebrado, não se encontra visível ao público pois encontra-se no interior de uma residência particular.



Em 1985, no âmbito de escavações arqueológicas realizadas na habitação contígua sob a direção de Salete da Ponte, foi encontrado, além de alguns artefactos cerâmicos e moedas datadas do Século XV, uma *Mikve* (tanque de água para os banhos rituais judaicos). Estas promissórias escavações, no entanto, não foram continuadas, tendo sido o seu espaço abandonado e não musealizado.

Esta falta de sensibilidade é bem visível, também, no próprio estado de conservação do edifício. A pouca importância dada ao edifício e museu por parte do seu proprietário – o Estado – é ainda mais notória ao se constatar que os recursos humanos ligados a este espaço limitam-se a um casal de honrosos voluntários judeus – a família Vasco – que fazem questão de todos os dias abrir a sala de orações ao público, tendo ainda o cuidado de referir as particularidades arquitetónicas e simbólicas do mesmo aos seus visitantes. A não existência de este casal condenaria, provavelmente, este espaço ao abandono.

Hoje o MLHAZ apresenta uma coleção importante de epigrafia judaica, nomeadamente lápides funerárias de várias partes do país. Todas estas lápides apresentam a respectiva legenda e tradução. Recentemente, a Associação dos Amigos da Sinagoga de Tomar<sup>11</sup> (aparentemente o único organismo que colabora verdadeiramente com o casal de zeladores), colocou três painéis informativos da autoria de Esther Mucznik, onde são referidos, de forma bastante básica, alguns conceitos e utensílios típicos judaicos e um resumo da história judaica desta cidade. Estes painéis, onde foram incorporadas algumas vitrinas com escasso objetos de culto judaicos no seu interior, são a única fonte de informação que o museu dispõe (à exceção dos zeladores, claro).



Figura 11 - Pormenor de uma das vitrinas do MLHAZ

<sup>11</sup> Associação criada a 28 de junho de 2011 com o objectivo de preservar a identidade religiosa judaica, assim como restaurar e conservar os bens culturais associados à Sinagoga de Tomar.

À semelhança do que acontece no Cemitério de Faro, mais uma vez, a maioria dos visitantes vem ver o edifício e não o seu conteúdo, que, aliás, é muito pobre. É a arquitectura o grande protagonista, sendo o edifício o mais importante objeto museológico.

Também possui uma pequena banca de artigos como postais e ímanes, sendo o dinheiro da sua venda canalizado para a manutenção do próprio museu. Também se verifica a ausência de eventos e atividades relacionados com o museu, de forma a dinamizar o local.

### **2.3. Museu Judaico de Belmonte**

O Museu Judaico de Belmonte, situado na Rua da Portela, em Belmonte, é um museu municipal, sendo o museu judaico mais bem estruturado de Portugal.

De facto, este museu, inaugurado em 2005, pertence à Câmara Municipal de Belmonte e foi criado para atrair o crescente turismo judaico à cidade que é tida como o paradigma maior do fenómeno marrano e criptojudaico.

Com o objectivo de ser um espaço pedagógico e didático acerca da cultura do povo judaico, o museu ilustra a história dos judeus em Portugal, o seu enorme contributo cultural e as suas tradições e costumes.

Assim, este museu, “pretende constituir uma unicidade de documentação, investigação, exposição e divulgação sobre o papel desempenhado pela comunidade judaica local no contexto da história e da cultura do Judaísmo”, apresentando “uma visão abrangente dos conteúdos do Judaísmo [...] de que se sublinha a originalidade dos seus símbolos” e onde se reserva a “musealização da história e antropologia cultural da comunidade judaica local”, assim como “a sua singularidade, enquanto registo excepcional de (sobre)vivência do Judaísmo face à aculturação religiosa imposta pela ‘religião oficial’” (Silva e Centeno, 2005: 10-11).

O museu, de três pisos, possui no seu primeiro a entrada. À direita desta entrada encontra-se a receção e uma loja de venda de publicações, artigos de *merchandising* e ainda alguns produtos *Kosher*. À esquerda da entrada encontra-se um auditório e as escadas de acesso ao piso superior.

No segundo piso encontra-se a exposição permanente. Aqui, o percurso expositivo parte de algumas materialidades históricas e arqueológicas (ou réplicas) para

explicar alguns marcos importantes da história dos judeus no mundo e em Portugal. Este percurso é cortejado com alguns dos símbolos e objetos mais característicos deste grupo. De facto, esta primeira sala possui no seu centro vitrinas cilíndricas com *Menorot* e *Hanukiot*, sendo numa das suas paredes dado destaque a uma *Sepher Torah* (emprestada a título de depósito pela Comunidade Judaica de Belmonte). Na parede oposta surge um memorial das vítimas da Inquisição, onde surgem os nomes de 220 vítimas do Tribunal do Santo Ofício, naturais da Beira Interior (44 de Belmonte). Passando para a segunda sala é possível encontrar alguns objetos relacionados com o culto judaico, sobretudo associados a etapas da vida e a solenidades judaicas (estes demonstrados em pinturas/desenhos). Surgem também objetos relacionados com algumas profissões e com a vida quotidiana, numa demonstração da importância dos ofícios praticados pelos judeus (que, no entanto, eram também praticados por outros). Aborda-se também o criptojudáismo e algumas das suas práticas, essencialmente com recurso, mais uma vez, de objetos por vezes sem a contextualização devida. Apenas um corredor é dedicado à Obra de Resgate e ao seu grande impulsionador – o Capitão Barros Basto.

No terceiro piso surge um espaço reservado às raras exposições temporárias e ao Centro de Estudos Judaicos Adriano Vasco Rodrigues.

Em relação às coleções, os objetos que o museu apresenta, são de uma riqueza e heterogeneidade bastante grande, destacando-se alguma *Judaica* anteriores ao Século XX. Infelizmente, a maioria destes objetos encontram-se em depósito (empréstimo), pertencendo na realidade à Família Carqueja Rodrigues. Este facto poderá deixar em risco a sobrevivência do museu enquanto usufrutuário desta valiosíssima coleção, que, por algum motivo, poder-se-á vir a ser privada de a disponibilizar ao público deixando de ter a importância que tem neste momento.

Infelizmente, para aquele que se diz “o primeiro museu judaico de Portugal”, provavelmente ignorando, esquecendo ou desvalorizando o Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto, não aborda determinadas temáticas, como a Obra de Resgate e a importância de Barros Basto, de uma forma tão visível e com a dimensão que outras temáticas (menos importantes no contexto em que o museu foi construído) possuem. Alguns desses temas apenas encontram a merecida importância no catálogo (Silva e Centeno, 2005) e nos textos de diversos especialistas que este apresenta.

O facto de o museu verificar pontualmente incorporações de objetos sem a devida relação entre os mesmos e os conteúdos disponibilizados no museu

agravado pelo facto da descrição de alguns destes novos objetos museológicos não ter qualquer base científica tem também agravado, mesmo a nível internacional, a imagem da instituição.

Como ponto bastante positivo, o museu pauta-se por ser marcadamente *design*, sendo dada bastante importância à componente estética e visual das coleções e dos próprios espaços do museu. Desde as cores, às vitrinas, passando pelo destaque dado a alguns objetos, toda a comunicação visual e atmosfera foi bem estudada pela equipa que construiu este museu. No entanto, o museu apresenta-se estático, não havendo muitas atividades a si relacionadas, verificando, também, a inexistência de um serviço educativo ou mesmo de um site próprio. Este último aliado ao facto de não se puderem fazer registos fotográficos ou de vídeo, leva a um afastamento de algum público devido à fraca divulgação que é feita.

## **2.4. Sinagoga Shaaré Tikvá**

Construída entre 1902 e 1904, a Sinagoga Shaaré Tikvá (Portas da Esperança) foi a primeira Sinagoga construída de raiz em Portugal após o Decreto de Expulsão de D. Manuel I. Da autoria de Miguel Ventura Terra, este templo religioso judaico construído pela Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) foi classificado em 2002 como Imóvel de Interesse Público.

O enfraquecimento e posterior abolição da Inquisição em Portugal proporcionou, como já foi referido, a vinda de judeus sefarditas de Gibraltar e Marrocos. Os que se instalaram em Lisboa criaram salas de oração em andares arrendados e nem sempre com as condições próprias que o culto religioso judaico exige. Desta forma, e após várias tentativas de se construir um edifício próprio para esse efeito (destacando-se as reuniões de 1859 e de 1897), surge a possibilidade de se construir um templo religioso judaico em Lisboa.

É precisamente no dia 23 de Agosto de 1901 que se assina uma escritura de compra de um terreno na Rua Alexandre Herculano, apesar desta ter sido feita a título particular e não em nome da CIL, uma vez que a existência legal desta apenas pôde ser reconhecida após a implantação da República a 5 de Outubro de 1910.

A 25 de Maio de 1902 foi colocada a pedra fundacional pelos corpos dirigentes da CIL, tendo o templo sido inaugurado no dia 18 de Maio de 1904.

Destacam-se ainda importantes obras de recuperação nos anos de 1949 (sob a direção do Arquitecto Carlos Ramos) e de 2004 (sob a direção do Arquitecto Ricardo Gordon) (Mucznik, 2009c: 505-506).

De planta rectangular, esta Sinagoga, orientada num eixo este-oeste, possui “fachada com embasamento, cunhais e cimalha lavrados em cantaria, e janelas de vão curvo rasgadas nos corpos laterais. No vasto interior, com pilares e colunas de tipo romano-bizantino definindo o eixo e sustentando as galerias, a iluminação faz-se através das altas fenestranças da fachada, e de três grelhas vidradas no tecto”.<sup>12</sup> A Sinagoga, de rito ortodoxo, possui, também, uma galeria superior para as mulheres.

À semelhança do que acontece na Sinagoga do Porto, existem visitas guiadas à Sinagoga Shaaré Tikvá por marcação, sendo o seu público maioritariamente composto por escolas (a nível do Ensino Básico) e turistas (sobretudo judeus)<sup>13</sup>. As visitas são estruturadas pela guia e não obedecem a um programa prévio, ou guião de visita, sendo as mesmas desenvolvidas em torno das questões colocadas pelos visitantes e do interesse dos mesmos em determinado aspecto. Essencialmente fala-se das bases e alguns elementos do Judaísmo ao público escolar e um pouco da história da CIL aos turistas e judeus.

O percurso da visita limita-se à sala de orações, não havendo qualquer documentação ou objetos expostos que o público visitantes possa ver, embora a criação de uma pequena exposição onde conste alguma *Judaica* ou alguns documentos importantes ligados à CIL tenha sido já equacionada<sup>14</sup>.

Com o facto de a CIL ter estado associada à criação de praticamente todas as comunidades judaicas do país, aliado ao facto de ter estado na linha da frente em períodos apertados como o Holocausto, tendo tido uma importância vital para os milhares de refugiados que passaram por Portugal numa tentativa de salvar as suas vidas, era de esperar uma posição mais ativa de divulgação do Judaísmo português na comunidade portuguesa.

---

<sup>12</sup> Informação disponível no site do IGESPAR/Secretaria de Estado da Cultura: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73570/> (visualizado a 25 de Junho de 2012)

<sup>13</sup> Informação fornecida pela pessoa responsável pelas visitas guiadas, a Senhora Ana Araújo.

<sup>14</sup> Em conversação com a guia, foi possível tomar conhecimento da vontade de criação de um museu, que infelizmente só não se concretiza devido à reticência, mais que compreensível, de algumas famílias doarem alguns objetos de família ligados ao Judaísmo e que dariam uma exposição de um valor artístico, histórico e simbólico elevado.

Certo é que a CIL está quase sempre presente em diversas atividades de divulgação e investigação relacionadas com as diversas temáticas judaicas (lançamento de livros, documentários, conferências), no entanto era de esperar, do ponto de vista cultural e turístico uma posição de maior destaque, mesmo a nível museológico, com a criação de uma ou mais exposições onde conste a importância da CIL no contexto sociopolítico do Século XIX e XX (e mesmo XXI). Assim, colocaria de lado a imagem generalizada de uma comunidade discreta e fechada (o que, talvez, seja esse o objectivo), e abrir-se-ia à população, ao debate, à discussão e à eliminação de preconceitos e ideias falsas infelizmente presentes na mente de alguns portugueses.

## **2.6. Museu Sefardí de Toledo**

Sem dúvida o mais bem desenvolvido e coerente museu (ou Coleção Visitável) já descrito, o Museo Sefardí de Toledo (Museu Sefardita de Toledo) localiza-se na zona histórica da Cidade de Toledo, em Espanha, no interior da Sinagoga del Transito (atualmente, desativada).



**Figura 12** - Exterior da Sinagoga Del Transito / MST

Esta sinagoga, uma das diversas sinagogas que Toledo possuía antes da expulsão dos judeus em 1492, foi alvo de inúmeras intervenções a nível da conservação e restauro, onde se pretendeu manter toda a beleza do período pré-expulsão (1492).





**Figura 13** - À esquerda, sala dos ofícios religiosos. À direita, pormenor do Ehal (Arca)

A nível expositivo, o MST desenvolve-se em dois pisos. No primeiro piso encontra-se a entrada e a respectiva receção, a partir de onde se tem acesso à sala dos ofícios religiosos. Aqui são realizados eventos e atividades relacionadas com o museu, sendo também aqui que se localizam as exposições temporárias quando as há.

A partir daqui, e seguindo para norte, entra-se na primeira sala de exposição onde são abordadas as tradições do povo judaico e as suas origens, na segunda sala é dado aos visitantes uma panorâmica geral da chegada dos judeus à Hispânia (Espanha/Portugal). A partir desta



**Figura 14** - Jardim da Memória do MST

sala é possível seguir para norte onde se tem acesso ao Pátio Norte

ou Jardim da Memória onde foram colocadas lápides sepulcrais judaicas espanholas da Idade Média e um muro com um poema em hebraico sobre a morte da autoria de Miosés Ibn'Ezra (Séculos XI-XII). A acompanhar cada sepultura encontra-se uma legenda das suas inscrições, assim como alguns painéis informativos onde se aborda o tema da morte no Judaísmo. Regressando ao interior do museu e saindo da segunda sala em direção a este, entra-se na terceira sala onde se desenvolve o tema dos judeus nos Reinos Cristãos (espanhóis), entre os Séculos XIII e XV. Aqui são referidas as diversas judiarias existentes na época, as posições de destaque que alguns judeus tinham no

contexto político, social e económico da época, assim como as relações com a cultura dominantes (cristã). Após esta sala é possível sair para o Pátio Este onde se encontra um sítio arqueológico cujos trabalhos ainda não foram terminados e um espaço de descanso ao ar livre, onde foram colocadas esculturas de arte contemporânea de autores judeus. Seguindo para Sul volta-se a entrar no edifício do museu onde, na quarta sala, é apresentada uma vitrina com alguns objetos relacionados com judeus sefarditas (de origem peninsular) com um texto onde se explica a origem deste nome e o seu significado. Daqui, sobe-se até à Galeria das Mulheres (onde, aquando do funcionamento da Sinagoga, as mulheres assistiam aos ofícios religiosos) que apresenta na quinta e última sala de exposição permanente do museu, as principais tradições e objetos judaicos, nomeadamente o ciclo de vida judaico, o ciclo festivo judaico, entre outras práticas e crenças.



**Figura 15** - Galeria/Balcão das Mulheres da Sinagoga Del Transito / MST

Com recurso a textos informativos cortejados por objetos (originais ou réplicas) demonstrativos de algum período histórico, acontecimento ou tradição judaicos, o MST apresenta uma sequência expositiva pensada e lógica (ora cronológica ora temática), onde também a questão estética e gráfica ajuda a incorporar as informações e a definir



uma atmosfera agradavelmente nostálgica e mística que, aliás, caracterizam toda a Cidade de Toledo.



**Figura 16** - À esquerda e à direita, pormenores das vitrinas presentes no MST

É importante referir que este museu é público, usufruindo de um estatuto e de algumas facilidades relacionadas com a incorporação de objetos no museu. De facto, são vários os objetos originais pertencentes ao Estado espanhol que estão expostos no museu, assim como alguns objetos pertencentes ao Estado de Israel que se encontram em depósito no MST por período indeterminado, fruto, sem dúvida, de protocolos diplomáticos firmados entre os dois estados.

O MST apresenta, também, um Guia (*Museo Sefardí de Toledo*, 2011) extremamente bem desenvolvido, onde são abordados os aspectos arquitetónicos da Sinagoga del Transito, as diversas etapas do Museu, assim como todas as temáticas desenvolvidas no museu onde são também apresentados os objetos expostos. No fundo, ao comprar o Guia “leva-se parte do Museu” também, pois, a nível informativo, o museu apresenta pouco mais do que o Guia apresenta, o que contrasta com o Catálogo do Museu Judaico de Belmonte que, como foi atrás referido, peca por o museu conter muito pouca informação se comparado com o Catálogo (que chega a abordar temáticas inexistentes no museu e que faria todo o sentido ser apresentado ao público museologicamente).

Ao todo foram utilizadas 72 publicações para a construção do museu, que pela sua dimensão, conseguiu tocar um grande leque de temas, apresentando textos informativos não muito extensos, mas concisos e objectivos bem demonstrativos dos temas que foram desenvolvidos.

É de referir, ainda, que o Museu possui uma loja com dezenas de publicações relacionadas com o Judaísmo, ora de divulgação, ora de teor científico e académico, além de apresentar para venda imensos artigos de *merchandising* relacionado com o museu e o Judaísmo.

O MST também é incansável na realização de eventos e atividades relacionados com as temáticas que aborda na sua exposição permanente, promovendo vários eventos mensais dirigidos a todas as faixas etárias, além de uma política de comunicação bem definida e ativa, como no-lo comprovam as suas páginas da Internet e do *Facebook*.<sup>15</sup>

Em suma, o MST é sem dúvida, um exemplo das boas práticas museológicas e de uma construção museográfica bem realizada, onde se abordam os temas a que efetivamente se propuseram.



**Figura 17** - Pormenor de uma das vitrinas do MST

---

<sup>15</sup> Ver Site e *Facebook* do MST: <http://museosefardi.mcu.es/> e <https://www.facebook.com/comunicacion.museosefardi> [visualizados a 25 de Junho de 2012].

### 3. Algumas Considerações Conclusivas

Conforme foi referido no primeiro capítulo, existem alguns exemplos de boas práticas museológicas no que diz respeito à religião. John Reeve (2012: 137) resume-as da seguinte forma:

Colaboração fecunda mas delimitada com os grupos religiosos; maior debate aberto entre os museus e galerias acerca da natureza das interpretações religiosas: parcerias educacionalmente sustentadas e programas patrocinados em vários *media*; interpretações diversas nas exposições, publicações, *websites* e programas; capacidade de resposta a debates públicos consciencializando-se do papel público do museu; compromisso com a cultura contemporânea e as suas respostas à fé; constante estudo de públicos.

No segundo capítulo e sem nunca esquecer as boas práticas enumeradas (e todo o conteúdo do primeiro capítulo) foi possível avaliar os museus e outros locais de interesse judaico, tentando-se perceber se os mesmos executavam ou não os exemplos de boas práticas relacionados com a religião e os museus (ainda que a bibliografia referida e analisada se relacionasse apenas com museus de religião públicos, mas que aqui se pretende extrapolar).

Como foi possível ver, muitos museus optam por jogar pelo seguro, não arriscando interpretações plurais das suas coleções ou que fugissem à normalidade. De facto, e à semelhança do que acontece nos Estados Unidos (cf. Reeve, 2012: 137), os museus e coleções visitáveis judaicos portugueses não abordam de uma forma profunda a religião judaica nem mesmo a sua cultura e história. Pelo contrário, divulgam somente alguns elementos básicos acerca destes temas, não os desenvolvendo nem mostrando outras posições/interpretações.

Entre museus creditados, coleções visitáveis, até monumentos de interesse histórico, cultural e simbólico, todos estes locais têm em comum o facto de quererem contar um pouco da história judaica em Portugal.

É inquestionável a importância histórica e cultural judaica em Portugal, e não é de estranhar o crescente número de turistas e outros interessados em conhecer um pouco melhor as temáticas relacionadas com o Judaísmo. Já aqui se explorou um pouco este

tema, mas resta referir, após a análise das museografias concretizadas desenvolvidas anteriormente, algumas conclusões que servirão de ponto de partida para o projeto que se pretende conceber.

Todos os locais aqui analisados são visitados maioritariamente por um público em idade escolar (sobretudo a nível do Ensino Básico – 2º a 3º Ciclos), sendo seguidos pelos turistas (maioritariamente judeus, maioritariamente estrangeiros). Assim, seria importante dedicarem (já que não definem públicos prévios a quem as suas ações se possam dirigir) a sua atenção a estes grupos na hora de divulgar a informação e as materialidades de que são depositários. Muitos dos locais visitados mantêm-se estáticos há muitos anos e alguns chegam mesmo a estar iguais ao dia em que foram inaugurados. Seria importante reformularem a fundo as suas exposições dirigindo um discurso estudado aos públicos que os costumam visitar.

Conforme referido no primeiro capítulo deste trabalho, também é importante um museu ou local visitável judaico (musealizado ou não) ter no grupo de trabalho elementos pertencentes a comunidades judaicas que os possam guiar em determinadas questões. Assim como é importante ter nesse mesmo grupo de trabalho elementos que não professem a fé judaica, para assim poderem contrabalançar algumas decisões, nomeadamente na explicação de alguns conceitos que por serem considerados normais nos judeus, são ignorados por estes.

O MLHAZ e a Sinagoga Shaaré Tikvá são três exemplos de pontos de interesse onde a musealização, tratamento da informação e divulgação são da autoria exclusiva de grupos ou pessoas judias não havendo, portanto, um contrabalanço.

No MJB, apesar de ter havido cooperação a nível institucional entre o Museu e a Comunidade Judaica de Belmonte, a verdade é que o produto final carece de informações consideradas importantes no âmbito da missão a que se propôs, nomeadamente a Obra do Resgate.

Em relação à CIL, a única ligação com o público surge apenas com uma guia que enumera algumas das especificidades judaicas, não havendo um estudo prévio acerca dos públicos que virão, das suas necessidades e expectativas. O facto da guia ser judia também condiciona e limita um pouco o discurso explicativo.

Em relação ao Museu Judaico de Belmonte e ao Museo Sefardi de Toledo estes apresentam uma coleção bem organizada. Além do valor dos objetos, a museografia está bastante coerente e organizada, refletindo-se o número de visitantes e no prestígio que possuem.

No entanto, poucos desses locais (muitos deles auto-denominados, erradamente, de museus) mantêm uma política de desenvolvimento dos seus serviços e atividades museológicas, do aumento e estudo das suas coleções, da análise das necessidades e expectativas dos seus públicos (e até das próprias instituições, no sentido das suas missões e objectivos) ou mesmo da própria divulgação.

Seria, primeiro que tudo, importante que estes locais de interesse se consciencializassem muito bem dos seus papéis sociais, culturais e educativos e que, muitos deles, comesçassem por construir as suas missões e objectivos, visto que claramente não os possuem. Como instituições gestoras de património cultural que afirmam ser, deveriam dedicar-se a encontrar claramente os caminhos que pretendem seguir indo, também, ao encontro das necessidades e expectativas das comunidades em que se inserem (pelo menos).

Visto o panorama nacional relativo ao património cultural e museológico português, é possível traçar, agora, um retrato mais concreto e assertivo sobre o tema da musealização da fé judaica em Portugal e, consequentemente, definir o melhor caminho a seguir num novo equipamento cultural criado no Porto – o Museu Judaico Barros Basto.



## **PARTE II**

# **O Projeto Museológico do Museu Judaico Barros Basto**

*Museums have an obligation to recognize the legitimacy of many of the claims that faith groups make upon them, where these do not unreasonably interfere with the cultural rights of others [...] What museums cannot do is to cede open cultural space or the interpretation of collections to the control of faith adherents.*

**(Anderson, 2012)**

## 1. Considerações Iniciais

Antes de iniciar a descrição dos trabalhos, urge apresentar algumas noções básicas diretamente relacionadas com o projeto aqui descrito.

Segundo Victor Sequeira Roldão (2000: 8) um “projeto” é uma organização que pretende o cumprimento de um objectivo. Assim, a sua existência perdura desde a criação desse objectivo (ou objectivos) até à sua conclusão e caracteriza-se por ter um carácter temporário, ter um início e fim definidos e obedecer, por norma, a um plano.

Na sequência do “projeto”, surge o conceito de “gestão de projetos” que se caracteriza por ser um processo de planeamento, execução e controlo de um projeto desde que é iniciado até que é finalizado. Desta forma, “o principal objectivo a atingir na Gestão do Projeto é um produto final, com o melhor desempenho, numa perspectiva dinâmica e flexível, ou seja, procedendo às alterações necessárias que se verifiquem durante o avanço do mesmo projeto” (Roldão, 2000: 9).

Segundo o mesmo autor:

(...) a Gestão do Projeto forma um ciclo dinâmico que se inicia no Planeamento com a fixação de objectivos, estabelecimento de recursos e definição de estratégias, passando à Execução com afetação de recursos, gestão da execução e coordenação de esforços e, finalmente ao Controlo com avaliação de resultados, elaboração de relatórios e resolução de problemas com eventual tomada de medidas corretivas.

Podendo ser aplicada a uma multiplicidade de objectivos, os projetos são a melhor forma de estruturar um conjunto de atividades, cada qual com as suas tarefas, de forma a chegar a uma meta bem definida.

Desta forma, pretendeu-se realizar um projeto de concepção de uma “coleção visitável” (ver *Lei Quadro dos Museus Portugueses*), ou exposição visitável (como terá mais lógica chamar), que poderá, eventualmente, no futuro, se constituir como museu devidamente credenciado uma vez que apresenta um acervo composto por bem materiais móveis (coleções/objetos) assim como por “testemunhos resultantes da materialização de ideias” (nomeadamente documentação e publicações) e por “bens de património cultural imóvel” (designadamente a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim). A



instituição, neste momento, apenas não cumpre, algumas das funções museológicas designadas na *Lei Quadro*, devido à falta de recursos humanos e financeiros que possibilitem, nomeadamente, conservar e interpretar de uma forma desejável o seu acervo.

Uma exposição compreende, para Luís Alonso Fernández (2006: 208), um processo composto por cinco fases de desenvolvimento: a concepção e objectivos; a planificação ou programa; a produção e gestão do projeto; o desenho, instalação e montagem; e a análise e avaliação. Estas cinco fases, que deverão ser coordenadas entre si, devem expressar quatro conceitos básicos de um projeto expositivo como forma de comunicação: o emissor, a mensagem, o receptor e a relação ou nível contextual.

Olhando para o modelo de Alonso Fernández é importante referir que este projeto apenas contemplará a concepção e objectivos, a planificação e o desenho da exposição, tendo, no entanto, os quatro conceitos base por si defendidos.

Um outro conceito que será importante descrever de forma prévia é o de museografia (em contraste com o de museologia).

O ICOM (1970 citado em Alonso Fernández, 2006:34) define a museologia como “a ciência do museu, que estuda a história e a razão de ser dos museus, a sua função na sociedade, os seus sistemas peculiares de investigação, educação e organização, relação que guarda com o meio ambiente físico e classificação dos diferentes tipos de museus” e a museografia como “a única técnica que expressa os conhecimentos museológicos no museu. Relaciona-se, especialmente, com a arquitetura e ordenação das instalações científicas dos museus”. Esta definição vai, aliás, no sentido de uma anterior da autoria de Georges Henri Rivière, em que este define a museologia como “a ciência que tem como objectivo estudar as funções e a organização dos museus” e a museografia como “o conjunto das técnicas relacionadas com a museologia” (UNESCO, 1958 citado em Alonso Fernández, 2006:34), tendo mais tarde acrescentado que a “museografia era um conjunto de técnicas e práticas aplicadas ao museu”.

Apesar destas definições, alguns autores desenvolveram, cada um à sua maneira, o sentido destes termos. Mas seria interessante aqui deixar a opinião de Fernández (2006: 34) que sintetiza esta problemática da seguinte forma: “a museografia move-se no plano do prático e do concreto das ações” enquanto a “museologia, como ciência teórica, normativa e de planeamento, move-se no plano da análise dos fenómenos

museológicos, que é importante que se tenha presente para que evitem imprecisões e equívocos”, acrescentando-se a posição de R. Rojas, J. L. Crespan e M. Trallero (Rojas et al., 1973 in Alonso Fernández, 2006: 34):

“[a museografia é] a teoria e prática da construção dos museus, incluindo aspectos arquitetónicos, de circulação e as instalações técnicas. Mas tudo isto, mais os problemas relacionados com as aquisições, métodos de exposição, armazenamento de reservas, medidas de segurança e de conservação, restauro e atividades culturais projetadas a partir dos museus, constitui uma nova disciplina mais ampla que recebe o nome de museologia”

Desta forma, uma das atividades deste projeto relaciona-se diretamente com o conceito de museografia, como desenho de uma exposição, embora os métodos expositivos a si associados se relacionem com o conceito de museologia como disciplina teórica e de planeamento.

O presente projeto apenas conta com um elemento (o autor do presente Relatório de Projeto) devido ao facto de o mesmo ter finalidades académicas. Ainda assim, pretendeu-se a colaboração pontual de algumas pessoas, nomeadamente a propósito da orientação académica/científica (o Senhor Professor Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva); da orientação em questões relacionadas com o Judaísmo e a ortodoxia judaicas, assim como a propósito de informações relacionadas com a Instituição, o edifício, o Capitão Barros Basto e com o acervo (Direção da Comunidade Israelita do Porto e o Rabino Daniel Litvak); e do apoio prestado a propósito de informações acerca de alguns museus judaicos e do tema da musealização da fé.

No processo de programação de um projeto, a construção de redes e a análise de tempos é bastante importante. Assim, optou-se, pela elaboração de uma Rede PERT-CPM (*Programe Evaluation and Review Technique e Critical Path Method*) para o planeamento do projeto, uma vez que é um dos modelos mais claros e práticos, permitindo avaliar o projeto e planifica-lo como um todo. Este modelo exige um estudo cuidadoso das atividades e suas sequências, a determinação dos seus tempos e meios necessários à execução, sendo necessário haver um conhecimento prévio e bastante preciso acerca das atividades e suas tarefas (Roldão, 2000: 99-100).

As Redes PERT<sup>16</sup> e CPM<sup>17</sup> são métodos que utilizam a programação recorrendo a redes criadas após a definição da listagem de atividades do projeto, da construção da rede (olhando para as suas relações de dependência) e a definição do caminho crítico (linha temporal que não poderá ser ultrapassada).

Assim, “a noção de atividade pode compreender um trabalho qualquer a executar, uma tarefa, uma operação, um processo ou um tempo de espera e, é definida por dois acontecimentos que delimitam o seu início e o seu fim. A uma atividade real associa-se sempre uma duração”, já os acontecimentos “não consomem nem tempo nem recursos”, sendo que a “simbologia mais correntemente utilizada representa as atividades por setas e os acontecimentos por círculos” (Roldão, 2000:100).

Para a estimativa do tempo necessário para desenvolver cada uma das atividades do projeto utilizou-se o método intuitivo, ou seja, estimou-se, de uma maneira geral, o tempo que, em princípio, levaria a concluir cada etapa.

Posto isto, foram decididas as seguintes atividades para o presente projeto, tendo em consideração as etapas necessárias para a concepção de uma exposição desde a definição inicial do conceito até a análise final do produto conseguido.

Assim, foi criada uma tabela a partir da qual foi criado o esquema da Rede PERT-CPM [Ver Tabela 1].

<b>Atividade</b>	<b>Nome da Atividade</b>	<b>Duração (Meses)</b>	<b>Atividade Precedente</b>
<b>A</b>	Definição do conceito do Projeto	1	-
<b>B</b>	Identificação das especificidades da Instituição	4	A
<b>C</b>	Definição do carácter cultural e social da Instituição	1	A

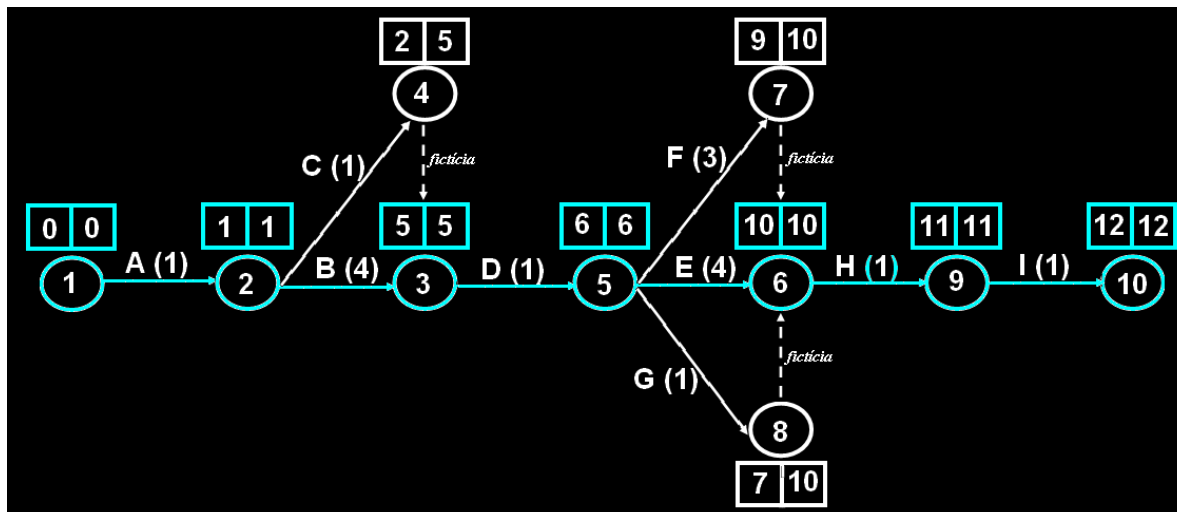
<sup>16</sup> Desenvolvido em 1956 por Booz, Allen, Hamilton e pela Marinha Norte Americana.

<sup>17</sup> Desenvolvido em 1957 por J. E. Kelly e Morgan Walrees.

<b>D</b>	Definição dos temas a constar na exposição	1	B / C
<b>E</b>	Construção de textos	4	D
<b>F</b>	Recolha e análise de fontes e bibliografia	3	D
<b>G</b>	Seleção de objetos e imagens	1	D
<b>H</b>	Museografia	1	E / F / G
<b>I</b>	Análise final do projeto e elaboração do relatório	1	H

**Tabela 1** – Tabela demonstrativa das Atividades do Projeto, da sua duração e relações

Já o resultado do planeamento, e consequentemente da Rede PERT-CPM é o que se apresenta de seguida:



**Figura 18** - Rede PERT-CPM do Projeto

Como é possível verificar, existem algumas atividades paralelas. Relacionadas com os acontecimentos estão quadrados indicativos do tempo utilizado (em meses) – mínimo e máximo – até esse acontecimento. A azul está representado o caminho crítico, composto pelas atividades que por serem mais demoradas que outras atividades

iniciadas no mesmo acontecimento, permitem que estas últimas se possam atrasar até ao limite máximo de tempo estipulado para a atividade do caminho crítico.

Uma outra forma, mais básica, de representação das etapas do projeto é o Diagrama de Gantt [Ver Tabela 2], que não apresenta as interdependências entre as atividades, logo, desconhece-se até onde uma atividade pode ser alargada, não interferindo com o tempo disponível total para o projeto (demonstrado no caminho crítico da Rede PERT-CPM).

Atividades	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Total
A													1
B													4
C													1
D													1
E													4
F													3
G													1
H													1
I													1

Tabela 2 – Diagrama de Gantt do Projeto

## 2. Descrição dos Trabalhos Desenvolvidos

Neste capítulo serão referidas todas as atividades e suas tarefas que compõem o presente projeto, sendo que ao longo das atividades serão descritos todos os trabalhos desenvolvidos.

### A) Definição do conceito do Projeto

Nesta primeira atividade criou-se o conceito base de todo o projeto. Com uma Comunidade judaica organizada e pouco conhecida na Cidade do Porto é de estranhar o facto de uma boa parte da população da cidade desconhecer a existência de tal organismo religioso. Este facto, associado à ignorância que paira sob a grande parte da população portuguesa acerca de temas relacionados com o Judaísmo é tanto mais surpreendente se se verificar que pouca ou nenhuma informação há nos museus da cidade ou em qualquer outras estruturas culturais do Porto acerca destas temáticas.

Desta forma, encetou-se conversações com a Direção da Comunidade Israelita do Porto (CIP) de forma a que fosse possível chegar à melhor forma de aplacar, na medida das possibilidades da Instituição, o desconhecimento sobre temas a si associados.

As atenções, então, viraram-se para uma pequena exposição visitável que existe em três salas da sede da CIP – a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim – onde foram colocados alguns textos e objetos acerca de temas relacionados com a Comunidade Israelita do Porto e de Bragança (esta última já não existe), a Obra de Resgate, a presença de refugiados no Porto, a reabilitação recente do Capitão Barros Basto pela Assembleia da República, o Instituto Teológico Israelita do Porto e ainda algumas publicações de Barros Basto. Apesar dos muitos visitantes da Sinagoga serem jovens em idade escolar, a verdade é que a exposição não dedica qualquer atenção aos temas ligados ao Judaísmo como religião e cultura, tendo surgido, portanto, a ideia de reestruturar a exposição, torna-la mais acessível e confortável (a nível visual), mitigando alguns dos seus problemas e lacunas.

Assim, pretendeu-se criar um organismo associado à CIP – O Museu Judaico Barros Basto (MJBB) – que embora seja, segundo a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* (artigo 4.º) uma coleção visitável, deve o título de “Museu” à facilidade

comunicativa associada à expressão “museu judaico”, levando os futuros visitantes a perceberem concretamente do que se trata e à homenagem que se pretende fazer à personalidade mais importante ligada à CIP – Arthur Carlos de Barros Basto.

Este projeto, assim como todos os projetos do género, possuem um conjunto de pontos fortes e pontos fracos que poderão beneficiar ou dificultar a missão e objectivos do museu e, mais particularmente, da exposição permanente aqui idealizada.

Desta forma, os pontos fortes são:

- A vasta documentação acerca da Comunidade Israelita do Porto, assim como o vasto acervo relacionado com o Capitão Arthur Carlos de Barros Basto. A propósito do segundo, é de destacar a estreita ligação que a família de Barros Basto mantém com a própria CIP, o que facilita o acesso a muita documentação e mesmo a alguns objetos pertencentes ao Capitão.
- A possibilidade de se destacar, entre as demais instituições gestoras do património cultural e documental judaico, em áreas como a investigação, divulgação e, sobretudo, educação e civismo. Este ponto transmitirá uma imagem de uma instituição aberta ao diálogo e, portanto, não tão afastada como vulgarmente se consideram as comunidades judaicas. Este processo poderá culminar numa mudança de mentalidades que se encontram pontualmente na sociedade e que se pautam por um certo anti-semitismo, anti-judaísmo, ignorância, entre aspectos menos positivas.
- O colmatar da inexistência de um equipamento cultural no Porto (ou arredores) relacionado com Judaísmo, a cultura judaica, e a história judaica (nomeadamente no Porto), que tem trazido centenas de turistas à cidade (e mesmo a Portugal) em busca de uma presença judaica que muitas vezes é difícil de observar sem o devido acompanhamento de uma instituição preparada e com credibilidade.
- Estar associada a uma instituição de carácter religioso, articulada, ou com facilidade em se articular, com instituições nacionais e internacionais na área da religião judaica, cultura, património e investigação (uma rede não definida com exatidão, mas existente<sup>18</sup>).

---

<sup>18</sup> Nomeadamente as restantes duas comunidades judaicas do país – Lisboa e Belmonte –, o contacto com docentes e investigadores ligados a diversas universidades do país (sobretudo a Faculdade de Letras da Universidade do Porto), relações com a Embaixada de Israel em Portugal e com outras

- Localização numa zona nobre, acessível e calma da cidade (com transportes públicos próximos – autocarros e metro –, e local junto à Sinagoga onde é possível estacionar camionetas); próxima de algumas Faculdades (Faculdade de Arquitectura, Letras e Ciências da Universidade do Porto; Instituto Superior de Administração e Gestão); de zonas comerciais (Rotunda e Avenida da Boavista, Rua Júlio Dinis, *Shopping* Cidade do Porto); entre outros equipamentos (Cinema Nun'Álvares, Jardim Botânico/Casa Andersen, etc.).
- Valor arquitetónico, histórico e simbólico do edifício – Sinagoga Kadoorie Mekor Haim.

Já os pontos fracos são os que se seguem:

- Inexistência de uma equipa própria no MJBB. Esta carência atual de um quadro de empregados fixos e qualificados ligados ao MJBB (atualmente apenas se verifica a colaboração de voluntários) poderá representar a estagnação do desenvolvimento do MJBB.
- O reduzido acervo de alfaia religiosa judaica (*Judaica*), que poderia trazer uma mais-valia ao museu, podendo-se, inclusive, apostar numa secção de artes decorativas judaicas.
- O facto de uma parte do acervo não pertencer à CIP, estando apenas à sua guarda (depositando) e, portanto, sujeito a ser retirado.
- Espaços expositivos reduzidos.
- Inexistência de reservas com boas condições de conservação preventiva.
- Problemas de acessibilidade (muitas escadas) e de adaptação a museu devido à arquitetura do edifício.
- Reduzidos recursos financeiros direcionados para o Museu, o que impossibilita a alteração da categoria de Coleção Permanente para Museu, segundo a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*<sup>19</sup>.
- O facto de os espaços expositivos encontrarem-se no interior duma Sinagoga ativa e ortodoxa, devendo-se ter o máximo cuidado para não chocar com os interesses da instituição, nomeadamente com as festividades e os dias de culto.

---

instituições culturais no país (Museu Judaico de Belmonte, Centro Histórico Judaico de Faro/Cemitério Judaico de Faro, Sinagoga de Tomar/Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto; Rede de Judiarias de Portugal – Rotas de Sefarad; e ainda relações com instituições culturais estrangeiras – YadVashem; etc.)

<sup>19</sup> Embora os contornos desta alteração de estatuto não sejam bem definidos nesse diploma.



## **B) Identificação das Especificidades da Instituição**

Esta atividade, com a duração de três meses, pretendeu identificar as particularidades da instituição através da concretização de algumas tarefas. Essas tarefas tiveram, mais uma vez, a colaboração da Direção da CIP.

Desta forma, as tarefas executadas foram as seguintes:

### 1) Identificação da estrutura orgânica da CIP

A CIP é, perante a Lei Portuguesa, uma pessoa coletiva sem fins lucrativos e de natureza, sobretudo, religiosa. Legalizada no Governo Civil do Porto a 1 de Agosto de 1923, após Arthur Carlos de Barros Basto – o seu fundador – ter entregado os documentos relativos à sua legalização, datados de 27 de Julho do mesmo ano, sendo legalizada a 1 de Agosto de 1923. Esta associação judaica tem como principal finalidade, como está referido nos seus Estatutos, “praticar a religião israelita, fortalecer a cultura hebraica a dar assistência moral, e tanto quanto possível, material aos seus irmãos de fê” (*Estatutos da Comunidade Israelita do Porto*).

Atualmente, a CIP está sediada na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim (Fonte de Vida) situada na Rua Guerra Junqueiro, número 340, na Freguesia de Massarelos, Concelho e Distrito do Porto, tendo já passado por casas arrendadas: Rua Elias Garcia (1923), Rua de Fernandes Tomás (1924, Rua do Bonjardim (1925), Rua do Poço das Patas (1927) e Rua 5 de Outubro (1929) (Martins, 2006c: 51).

Com cerca de quarenta membros, esta comunidade independente organiza-se numa estrutura comum a diversas organizações do género, possuindo uma Assembleia Geral (órgão máximo composto por todos os associados) e respectiva Mesa, uma Direção (órgão essencialmente executivo) e respectivos elementos e um Conselho Fiscal, além de alguns grupos de trabalho específicos. Estes órgãos são eleitos pela Assembleia Geral (conjunto de todos os associados). Religiosamente orientada pelo Rabinato Central de Israel, esta congregação, apesar de ortodoxa, é composta de elementos de diversos ramos do Judaísmo (Reformistas, Conservadores, Seculares).

Do ponto de vista museológico, a CIP, ao estar, cada vez mais, direcionada para a componente cultural e educativa, tem vindo a desenvolver algumas atividades de divulgação do Judaísmo, de Barros Basto e da Obra de Resgate. A principal atividade realizada foi a exposição visitável que possui no seu 1º andar.

## 2) Análise do Edifício – Um “Museu Monumento”

À semelhança do que acontece em alguns museus judaicos, nomeadamente o Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto, na Sinagoga de Tomar (Portugal) e no *Museo Sefardí de Toledo*, na Sinagoga del Transito (Espanha), a exposição visitável da CIP encontra-se num edifício com uma enorme importância arquitetónica, histórica e cultural – a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim.



**Figura 19** - Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

A Sinagoga Kadoorie Mekor Haim encontra-se a uma latitude de 41°09'21.50''N., a uma longitude de 8°38'13.45''O., e a uma altitude, em relação ao nível médio das águas do mar, de cerca de 75 metros.<sup>20</sup> Encontra-se na bacia hidrográfica do Douro.

Localizado na Rua Guerra Junqueiro, número 340, na Freguesia de Massarelos, do Concelho e Distrito do Porto (Portugal), este edifício goza de uma relativa calma ao situar-se numa artéria importante, mas com pouco trânsito, da malha urbana da cidade do Porto. A existência de trânsito automóvel não muito intenso contrasta com o facto de se situar bem próxima da Avenida da Boavista – uma das mais movimentadas artérias da cidade. De uma maneira geral as vias de comunicação para se chegar ao edifício são

---

<sup>20</sup> Coordenadas retiradas da aplicação *Google Earth*, a 04/01/2011.

bastante boas: ruas largas e centrais, apesar de alguns acessos possuírem algum trânsito automóvel sobretudo nas “horas de ponta”; passeios largos; e vários transportes públicos e privados em seu redor (metros, camionetas e autocarros).

A calma zona urbana, é essencialmente residencial (vivendas), embora possua alguns escritórios, assim como se situa bem perto de um cemitério (Cemitério de Agramonte) e diversas faculdades, do Jardim Botânico do Porto/Casa Andresen, da Casa da Música, do Centro Comercial Shopping *Cidade do Porto*, entre outros pontos de referência, como já anteriormente foi referido.

Alguns dos equipamentos/edifícios sitos na mesma rua e que poderão ter algum interesse aqui mencionar são: Cinema Nun’Álvares, o Colégio Alemão do Porto, a Sede Distrital do Partido Social Democrata e a Igreja do Santíssimo Sacramento.

A propósito da Sinagoga, o seu projeto de construção foi enviado e autorizado pela Câmara Municipal do Porto em 1929, tendo a sua primeira pedra sido colocada a 30 de Junho desse mesmo ano. Após um período mais parado nos anos iniciais (devido à escassez de verbas), nos finais de 1933 (com a doação de 2000 libras por parte



Figura 20 - Interior da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

da família Kadoorie) arrancam de novo as obras sob a orientação do arquitecto Augusto dos Santos Malta e mais tarde, com a morte deste, do arquitecto Artur de Almeida Júnior, tendo a inauguração do templo ocorrido a 16 de Janeiro de 1938. É importante referir, ainda, a colaboração de Rogério de Azevedo a nível dos interiores, conforme nolo comprovam manuscritos (diários) do próprio Capitão Barros Basto.

A propósito da construção, Augusto dos Santos Malta descreve na *Memória Descritiva presente na Licença 477-1929/509* do Arquivo Histórico Municipal do Porto o seguinte:

“Sendo o edificio de carácter religioso e associativo, procurou-se dar ao mesmo essa característica instalando-se além da grande sala para exercício do culto, várias

outras salas e gabinetes indispensáveis, não só à vida associativa da Comunidade, mas ainda, para estudo e repouso nos dias de grandes solenidades. E, assim, no primeiro pavimento, um pouco abaixo do nível do terreno, ficam os vestiários para homens, com retretes, urinoes, etc.

No segundo pavimento, precedida dum grande vestíbulo que igualmente dá acesso às escadas para os andares superiores, e ladeado por duas salas de espera, é estabelecida a grande sala destinada aos atos de culto, com dois pequenos gabinetes ao fundo para a guarda de alfaías religiosas; no 3º, destinado somente a senhoras, é instalada, na ala Norte, uma pequena biblioteca, uma sala de estar, gabinete de toilette e grande vestíbulo para acesso à galeria da sala do culto onde tem os seus logares e, finalmente, no 4º pavimento, é instalada uma sala de reuniões da Comunidade com várias salas anexas para Secretaria, gabinete de leitura e do Conselho Diretor da mesma; tem ainda retretes, urinoes, um pequeno vestiário e um pátio para recreio.

O terreno em que assenta o templo é de saibro, suficientemente resistente para suportar, sem quaesquer humidades excessivas ou outros defeitos que, de futuro, venham a prejudica-la. O esqueleto de todo o edificio é de alvenaria de granito pouco poroso para, posteriormente, ser revestido a argamassa de simento; na base das paredes, sobre os alicerces, e ainda naqueles até 0,30 centímetros fóra da terra, é deitada uma capa de asfalto para evitar infiltrações naturaes do terreno para o prédio.

Os pavimentos do rez do chão e subterraneo são de mosaico e, os restantes, feitos em madeira.

Parte do interior é rebocado a argamassa idráulica com lambris de azulejo cerâmico e, o restante, rebocado e estucado a argamassa de cal e saibro e, cal e areia fina.

A cobertura do edificio, feita em vários planos e terminada por uma série de cúpulas semi-esféricas ou cilíndricas, é feita em beton de simento armado, de que adiante se apresentam os cálculos respectivos.

As madeiras empregadas em portas exteriores e interiores, balaustradas, escadas, etc., são todas de castanho ou madeira equivalente. As grades dos lanternins, para iluminar a grande sala, são feitas de ferro forjado com vidros brancos e de côr.

Os pavimentos de todas as retretese urinoes são feitos com mozaico cerâmico; as paredes que as dividem são feitas com tijolo assente em argamassa de simento e areia e somente com a altura de 2,30 metros, de maneira a serem todas, e por dada grupo, iluminadas e ventiladas por uma só janela suficientemente ampla; nas paredes assentar-se-há uma faixa de azulejo. Terão para a limpeza, cada uma das bacias, um autoclismo e, para os urinoes, em cada grupo, um depósito de louza para água, de descarga periódica e automática, com capacidade de 20 litros aproximadamente. A ventilação é assegurada

por um tubo de respiro de 10 centímetros de diâmetro, elevando-se 1 metro acima da cobertura.

As águas pluviais são tomadas em canos condutores de xapa de ferro zincada e, trazidas ao solo, canalizadas para o aqueduto geral existente na rua.

Todos os trabalhos de madeira e ferro serão pintados convenientemente a tinta de óleo para o seu embelesamento e conservação dos materiais em que são aplicados. [...]"

Esta descrição do imóvel mantém-se, ainda hoje, atual, na medida em que as poucas alterações feitas, já no fim dos anos 1980/inícios de 1990 (Pignatelli, 2008: 164), poucas transformações provocaram (pintou-se o edifício, envernizou-se as madeiras, fez-se alguns reparos, modernizou-se os quartos de banho).

Assim, e como complemento à descrição supra citada, passar-se-á à apresentação dos espaços que constituem o edifício.



**Figura 21** - Fachada da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

O templo israelita branco majestoso e belíssimo onde impera o betão armado, de forma rectangular e caracteristicamente oriental (com cúpulas, terraço e ornamentações) num estilo *art déco*, está inserido no centro de um terreno vedado por todos os lados

com um muro de granito. Na fachada, de feição quadrangular, imperam as linhas rectas cortejadas e adornadas por elementos triangulares e circulares. A parte superior do muro é pintada de branco, estando encimada por grades de ferro pintadas de castanho. O portão que dá para a rua (de ferro pintado também) possui duas portadas e dá acesso a dois lances de escadas de pedra que levam até à porta principal que está ladeada por mais duas portas pequenas. No piso entre os dois lances de escada encontra-se um pequeno jardim (dividido em dois pelas escadas) com relva, duas palmeiras bastante grandes (uma em cada lado) e alguns arbustos e flores. Neste mesmo piso, dos dois lados do templo encontram-se dois corredores exteriores que dão acesso a cada uma das duas portas das fachadas laterais do templo (uma de cada lado, que vão dar ao átrio principal, no rés-do-chão), assim como, seguindo mais para a frente, às traseiras do templo, onde se encontra um pequeno terraço.

No interior, é possível dividir o imóvel em dois blocos. No bloco oriental (as traseiras do templo) é onde se situa a sala dos ofícios religiosos (embora também seja usada para outras atividades como os concertos e as conferências). Este bloco possui dois andares com soalho de madeira (o superior destinado às mulheres), altas janelas (do rés-do-chão até ao 1º andar), cinco de cada lado, também em madeira que conferem uma grande iluminação natural ao espaço. A parede ocidental, encontra-se a Arca – *Aron Kodesh* ou *Ekhal* – onde se guardam os rolos da Lei – *Sepher Torah*) de madeira. Com portas de madeira decoradas, cada uma com uma estrela de seis pontas, toda a Arca é fantasticamente trabalhada e ornamentada em madeira, gesso e pedra (com a predominância dos tons dourados, azuis e vermelhos). A ladear a Arca estão duas placas de mármore onde foram inscritos em letras hebraicas douradas os Dez Mandamentos (cinco de cada lado). Ainda na parte superior da Arca existem duas inscrições/passagens do *Tanack* (a Bíblia Hebraica), também elas, em hebraico:

*Escuta Israel! Adonai, é o nosso Deus, Adonai é Uno* (Deuterónimo, VI, 4)

*Eu, Eu sou Adonai e fora de mim não há salvador* (Isaías, 43, 11)

Também nos frisos do varandim do balcão superior, ou Galeria das Mulheres (*Hazarah*), que é trabalhado em madeira, apresenta as seguintes passagens:

*Sereis para mim santos, porque Santo sou Eu, Adonai* (Levítico, XX, 26)

*Santos sereis, porque Eu, Adonai, vosso Deus, sou Santo (Levítico, XIX, 2)*

*Amarás Adonai, teu Deus, de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todas as forças (Deuterónimo, VI, 6)*

*E vós sereis para Mim um reino de sacerdotes e uma nação santa (Êxodo, XIX, 6)*

*Adonai está com aqueles que O chamam e com os que O invocam com sinceridade (Salmo, 145, 18)*

Já nos frisos das paredes do balcão superior encontram-se as seguintes passagens:

*Mulher forte quem a achará? O seu valor excede o das pérolas (Provérbios, 31, 10)*

*O coração de seu marido está nela confiado que nada lhe faltará (Provérbios, 31, 11)*

*Ela lhe faz bem, e não mal todos os dias da sua vida (Provérbios, 31, 102)*

*Busca lã e linho, e trabalha com a indústria das suas mãos (Provérbios, 31, 13)*

*Ainda de noite se levanta e dá mantimento a sua casa e tarefas às suas servas (Provérbios, 31, 15)*

*Prova se é boa a sua compra, e a lâmpada não se apaga à noite (Provérbios, 31, 18)*

*Estende a sua mão ao fuso e as palmas das suas mãos pegam na roca (Provérbios, 31, 19)*

*Abre a sua mão ao aflito e ao necessitado estende a sua mão (Provérbios, 31, 20)*

*Faz para si tapeçaria de linho fino e púrpura é o seu vestido (Provérbios, 31, 22)*

(HA-LAPID, N.º 86, pp. 5-6)





**Figura 22** - À esquerda, o Ehal (Arca) da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim. À direita, o Balcão das mulheres onde é possível ver as inscrições hebraicas nos frisos do varandim

O mobiliário da sala é todo ele em madeira: assentos ao longo dos dois lados da sala, armários e o *bimah* (plataforma elevada de madeira de onde é lida a *Torah*).

Também existe nesta sala a habitual *Ner Tamid* de metal, a Luz Eterna que existe em todas as sinagogas junto aos Rolos da *Torah*.

Já o bloco ocidental (o da frente do templo) possui, além da cave e do rés-do-chão (que fica num nível superior à rua, devido à escadaria exterior já descrita), mais dois andares.

Na cave encontra-se, descendo um dos dois lances de escadas de acesso, um pequeno átrio, uma cozinha, algumas divisões que servem de habitação ao Shamash e sua família e ainda a *Mikveh* (balneário ritual de purificação que utiliza águas pluviais).

No rés-do-chão (onde se encontram as entradas para o edifício – a principal e as laterais), ao entrar pela porta principal depara-se com o átrio de entrada, ladeado por duas compridas salas (a Sala Barros Basto – da Direção; e a Sala Amílcar Paulo), cada uma com um pequeno anexo para arrumos. Subindo duas escadas, e ultrapassando um dos três arcos de acesso, chega-se a um átrio secundário que dá acesso aos dois lances de escadas que permitem chegar à cave e ao 1º andar. À frente deste átrio encontram-se as duas portas que dão acesso à sala dos ofícios, portanto, ao bloco ocidental.

Subindo as escadas, no 1º andar, além do átrio do piso (onde ocorrem os cursos, a visualização de filmes, entre outras atividades) que dá acesso através de 3 portas à zona do balcão – para as mulheres – da sala dos serviços religiosos (no bloco oriental), encontram-se ainda as três salas onde se encontra o museu/biblioteca-arquivo que mais



à frente será descrito com maior pormenor. Além destas divisões, ainda existe um quarto de banho (misto, para os dois sexos) com duas cabines com retrete e um pequeno lavatório exterior. Subindo o último lance de escadas encontra-se um pequeno átrio que leva para uma série de divisões: um quarto com escritório em frente (de quem sobe as escadas) e um corredor do lado esquerdo. Esse corredor dá acesso, do seu lado direito, a duas portas que levam à sala de refeições comunitárias e a uma outra que leva ao terraço externo, e do seu lado esquerdo dois quartos e a cozinha (com dois lavatórios, frigorífico, armários, uma mesa, balcões de cozinha, e um grande fogão com forno). Ao fundo encontra-se um quarto de banho equipado com banheira, lavatório e retrete. É neste andar que o Rabino fica, aquando da sua presença na Sinagoga.

Para o acesso aos vários pisos existem dois lances de escadas no bloco ocidental em cada um dos lados do edifício, desde a cave até o 1º andar. Aí, só o lado Norte possui escadas de acesso. O corrimão é de ferro, pintado a prateado, possuindo Estrelas de David e padrões geométricos ao longo do mesmo.

À exceção da cave, do piso térreo do bloco ocidental e dos acessos (escadas) que são de cimento, todos os outros pavimentos são de madeira. E as várias e altas janelas presentes ao longo de todo o edifício são de madeira pintada a prateado, formando padrões geométricos triangulares.

Ao longo de grande parte do edifício são visíveis azulejos de faiança fina com motivos de estilo árabe e português antigo. Apesar de alguns destes azulejos encontrarem paralelos em Toledo (na Estação Ferroviária), a partir de documentação presente no *Arquivo da Comunidade Israelita do Porto* foi possível, visualizando um catálogo, localizar a Fábrica onde foram adquiridos os azulejos – Fábrica de Loiça de Sacavém, cita na Rua dos Carmelitas, nº 40 (Porto).

Além dos serviços religiosos, várias outras atividades têm lugar no interior do edifício, nomeadamente: reuniões administrativas da CIP, conferências, apresentações de publicações, concertos musicais, cursos e, claro, visitas guiadas à Sinagoga e ao museu/biblioteca. Com a devida autorização da Direção da Comunidade, também é possível aceder ao arquivo situado na biblioteca (sobretudo para estudantes universitários e investigadores da área).

Em relação ao estado de conservação dos espaços, de uma maneira geral todo o edifício (e terreno circundante) está bem conservado, exceção feita a algumas infiltrações bem visíveis quer no interior, quer no exterior do edifício.

A nível do exterior, o jardim está bem tratado, os pavimentos e os muros sem grandes problemas. Já nas grades e, sobretudo, no portão de entrada, verificam-se grandes destacamentos da tinta. No exterior do edifício verifica-se um escurecimento da tinta branca que cobre todas as paredes. Também são visíveis, em várias partes da fachada, dejetos de pombas e gaivotas que, frequentemente, pousam nas palmeiras, no telhado e em saliências da fachada.

Todas as madeiras do imóvel (portas, mobiliário, pavimentos) têm marcas de galerias provocadas por pragas de caruncho. Em algumas das janelas e portas de acesso às varandas (de madeira) é visível o destacamento de tintas e a dilatação das madeiras (devido à humidade) o que leva a uma maior entrada de humidade, insectos e frio/calor. Infiltrações e humidade provocaram também o enegrecimento e o destacamento da tinta de algumas paredes e tectos (brancos) sobretudo no 2º e no 1º andar. Estes são, em linhas gerais os grandes problemas do edifício.

Para uma melhor concretização e realização deste projeto seria necessário providenciar algumas obras ao imóvel, algo que se encontra na eminência de acontecer.

Assim, é nesta eclética Sinagoga, que é considerada a maior da Península Ibérica, que se encontra a exposição visitável que se pretende reestruturar, sendo de máximo interesse aproveitar o privilégio que é estar neste edifício único em Portugal e que poderia perfeitamente – como aconteceu com a Sinagoga Sharé Tikva (Lisboa) – ser classificado como Imóvel de Interesse Público.

É preciso não esquecer ainda que é precisamente a Sinagoga o principal “objeto museológico” da CIP.

### 3) Análise dos espaços a equacionar em termos museográficos

Será de seguida feita uma descrição da atual exposição visitável patente na CIP e das três salas que irão compor a zona expositiva da futura exposição do MJBB.

Para aceder ao Museu/Biblioteca/Arquivo – espaço público de acesso controlado – é necessário entrar do rés-do-chão e passar pelo átrio de entrada e pelo átrio principal, subir as escadas e passar pelo átrio do 1º andar. Aí, uma porta dará acesso à primeira de três salas que constituem o museu/biblioteca.

Esta primeira sala quadrangular (biblioteca), a maior das três (6,42 metros de lado, ou seja, 41,22m<sup>2</sup>), dispõe de uma pequena varanda virada para a Rua Guerra Junqueiro (para a entrada) à qual se tem acesso através das seis portas que fazem a ligação entre o interior e o exterior. A toda a volta da sala encontram-se estantes de

madeira quase até ao tecto (com as portas superiores com vidros e as inferiores totalmente em madeira) adoçadas à parede. Aí estão guardados diversos livros sobre vários temas (sobretudo temas relacionados com o judaísmo – religiosos ou históricos), assim como várias outras publicações (sobretudo o jornal *Há-Lapid*) e parte do arquivo da CIP desde a sua fundação, assim como todo o acervo documental da extinta Comunidade Israelita de Bragança. Além destas estantes a sala ainda possui duas secretárias (com cadeira), um cofre e duas poltronas. Enquanto uma secretária apresenta três publicações oferecidas à CIP além de uma máquina de escrever (do Capitão Barros Basto), a outra apresenta artigos de jornais relacionados com o processo de reabilitação e de reintegração no Exército do Capitão, finalizado em 2012<sup>21</sup>.



**Figura 23** - Vista dos quatro cantos da Biblioteca (Sala Central) da Sinagoga Kadoorie Meor Haim

<sup>21</sup> Ver: “Relatório Final da Petição n.º 63/XII/1ª – Reintegração no Exército do Capitão de Infantaria Arthur Carlos de Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937” e Melo, 2012.

Na sala da esquerda (com 3,40m por 5,4m, ou seja, com cerca de 18,36m<sup>2</sup>) de quem entra, (lado sul), encontram-se quatro pequenas carteiras escolares do início do Século em madeira (com tampo móvel e bancos adoçados), assim como uma secretária (para o professor), três mapas (do mundo e de Portugal, com as antigas Colónias), um quadro de ardósia e mais duas secretárias (uma com um computador pessoal e *scanner* e outra com publicações).



**Figura 24** - Vista da antiga sala de aula da Yeshivah (Sala Sul) da Sinagoga Kadoorie Meor Haim

Já na sala da direita (norte) todo o espaço (com 3,40m por 7,65m, totalizando 26m<sup>2</sup>) é dedicado à exposição de algumas obras de teor religioso de Barros Basto (que se encontram no tampo de uma pequena mesa de madeira), de documentos relacionados com os refugiados da 2ª Guerra Mundial, do Instituto Teológico Israelita e do *Portuguese Marranos Committee* (dispostos em cima de uma grande mesa rectangular e tapados por três vitrinas de acrílico de 83 cm por 73 cm cada), de artigos publicados pelo capitão e por máquinas de impressão de jornais (no topo de uma pequena mesa), e de documentos relativos à Comunidade Israelita do Porto e Bragança, assim como alguns boletins *Ha-Lapid* (no topo de uma secretária/escritório com tampos inclinados móveis e tapados por vitrinas de acrílico de 60 cm por 63 cm). Alguns documentos (pregados à parede) e uma cadeira de circuncisão encontram-se também neste compartimento.



**Figura 25** - Vista da Sala Norte, onde é possível observar algumas das vitrinas de acrílico (Sinagoga Kadoorie Mekor Haim)

É de referir que todo o mobiliário das três salas (secretárias, mesas, armários e cadeiras) é de madeira e data do início do Século XX (e dos fins do Século XIX).

A exposição visitável patente na CIP desde Dezembro de 2007, e que acabou de ser descrita, não apresentava a mínima estrutura lógica de conteúdos, limitando-se apenas a apresentar alguns objetos absolutamente descontextualizados, levando o visitante a pensar que não houve um tratamento racional dos temas expostos, uma vez que muitos destes não se articulam entre si.

O grande motivo para a referida inexistência de uma estrutura coesa museológica, e até mesmo museográfica, prende-se com o facto de, até ao momento do início do presente projeto, não existir uma Missão e Objectivos que conduzam o Museu no sentido mais concreto e preciso, de forma a apresentar propostas coerentes e perfeitamente transmissíveis a um alargado público visitante.

Resta referir que a apresentação apenas de alguns objetos e documentos – sem informação a si associada – é tanto mais gravosa quando se verifica hoje uma clara tendência para se deslocar a atenção das coleções para a comunicação. Mas neste caso em particular, seria interessante encontrar um ponto de equilíbrio entre as duas, não caindo em carências nem em excessos quer de objetos, quer de informação, como mais à frente será abordado.



#### 4) Levantamento de Existências e caracterização do acervo disponível para o desenvolvimento do Projeto

Por levantamento de existências entende-se a constatação dos objetos presentes na CIP que possam ser incorporados na futura exposição visitável, ou seja, do acervo.

Por acervo (ou espólio) entende-se todo o conjunto de bens culturais móveis que constituem o património cultural e documental da CIP.

Além de alfaías religiosas já não usadas e de alguns objetos relacionados com o Capitão Barros Basto, foi revisto todo o arquivo da CIP, sobretudo aquele que se relaciona com os refugiados, o Há-Lapíd, o Instituto Teológico Israelita do Porto, a construção da Sinagoga e a Obra de Resgate.

Desta forma, poder-se-á dividir o acervo em duas grandes categorias: o acervo documental (que é composto por documentos de várias ordens, livros, jornais e fotografias) e os objetos museológicos.

Este último divide-se em três grandes grupos: as alfaías religiosas/*Judaica* (composto por objetos de vários materiais – madeira, couro, corno de carneiro, tecido de algodão, veludo, metal (ferro), etc.) e que são muito escassos; os objetos militares (objetos de vários materiais, nomeadamente tecido, madeira, metal, vidro, papel, etc.); e outros (mapas de tecido; o mobiliário de madeira das 3 salas de exposição – cadeiras, mesas, carteiras e secretárias; um quadro de ardósia, e duas máquinas de tipografia).

O MJBB não segue o esquema de classificação das coleções museológicas elaborado pelo *Instituto Português de Museus*, uma vez que este não prevê nesse esquema algumas das particularidades dos objetos que o Museu possui, além de que o reduzido acervo do Museu não o justifica.

#### **C) Definição do carácter social e cultural da Instituição**

Esta atividade, com a duração de um mês teve como finalidade a construção de algumas ferramentas prévias imprescindíveis para a concepção de uma exposição.

Desta forma, estruturaram-se algumas tarefas que visaram, precisamente, aplacar as carências que existiam na CIP a nível da sua posição perante a questão cultural, didática e educativa.

### 1) Os públicos: suas necessidades e expetativas

Apesar de só há muito pouco tempo haver registo de visitantes, foi possível esboçar, ainda que genericamente, o número e de onde vêm. Desta forma, com conversações com o anterior guia da Sinagoga – o Senhor Jorge Neves (antigo Vice-Presidente da CIP) – foi possível chegar a algumas conclusões importantes.

Assim, entre Setembro e Junho, os grupos que mais visitaram a Sinagoga foram, naturalmente, as escolas básicas. Estas visitas, maioritariamente organizadas no âmbito da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), pretendiam, além de mostrar uma realidade religiosa desconhecida por muitos dos alunos (aliás, a quase totalidade), pretendia-se também inculcar valores como a compreensão religiosa e a tolerância ao diferente. Nos restantes meses são os grupos turísticos, aqueles que mais visitam a Sinagoga. Com a análise dos dados fornecidos pelo anterior guia e com o registo de visitantes (iniciado em Junho de 2012) foi possível chegar ao número médio de 100 visitantes por mês.

Não se pretende, com a exposição desenvolvida, marginalizar nenhum grupo. Obviamente, tendo por base os dados (muito poucos) acerca dos visitantes que no último ano visitaram a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, é possível enumerar os grupos de visitantes que mais interesse têm em visitar a CIP.

Desta forma, os públicos potenciais gerais são os consumidores de turismo judaico (maioritariamente judeus), como foi referido na primeira parte do presente trabalho, as escolas do 2º ciclo ao ensino secundário (em disciplinas como História ou Educação Moral e Religiosa Católica), estudantes universitários da área da história e da religião (teologia, sociologia, psicologia, etc.) e o público sénior (muitas vezes inserido em Universidades Sénior). Com uma divulgação adequada também será possível despertar o interesse de pessoas que visitem os equipamentos culturais em torno da Sinagoga, nomeadamente o Jardim Botânico do Porto/ Casa Andersen e a Casa da Música.

A propósito do público escolar, esta tarefa também pretendeu definir claramente em que disciplinas, e que pontos programáticos dessas disciplinas, é que surge a possibilidade de introduzir temas relacionados com o Judaísmo.

Procedeu-se, portanto, a uma avaliação do Programa de História do 3º Ciclo (DGEBS, 1991) e ao Programa de História A – 10º, 11º e 12º Anos – Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas (Ministério da Educação – Departamento do Ensino Secundário, 2002).

Desta forma, tentando-se ir ao encontro das necessidades e expetativas dos alunos e das escolas, foram detectados pontos relacionados com o Judaísmo nos programas de História do 7º e 8º Ano (Ensino Básico – 3º Ciclo) e nos de História A do 12º (Ensino Secundário).

Assim, os alunos do 7º Ano escolaridade poderão aprofundar o ponto 1.3 (‘Contributos das Primeiras Civilizações’) dos conteúdos programáticos do 3º Ciclo, tocando conceitos/noções básicas como, por exemplo, o ‘Monoteísmo’, ‘Poder Sacralizado’ e ‘Fonte Escrita’, articulados com as crenças e tradições da própria comunidade judaica.

Já os alunos do 8º Ano de escolaridade poderão aprofundar o ponto 5.2 (‘Os Novos Valores Europeus’) onde se inserem conceitos como ‘Inquisição’ e ‘Cristão-Novo’.

Os alunos do 9º Ano de escolaridade terão a oportunidade de desenvolver os pontos 10.2 (‘Entre a Ditadura e a Democracia’) e 10.3 (‘A 2ª Guerra Mundial’) abordando-se, à semelhança do 12º Ano, conceitos como o ‘Nazismo’, ‘Anti-semitismo’, ‘Fascismo’ e ‘Genocídio’, articulados com a posição da CIP durante a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo.

E com os alunos do 12º Ano de escolaridade, também poder-se-á abordar temas relacionados com o ponto 2 (‘O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30’) do Módulo VII (‘Crises, Embates Ideológicos e Mutações Culturais na Primeira Metade do Século XX’) do Programa definido pelo Ministério da Educação e Ciência, desenvolvendo conceitos como ‘Totalitarismo’, ‘Nazismo’, ‘Anti-Semitismo’, ‘Genocídio’ e ‘Holocausto’, e que se articularão com o apoio que a CIP deu a centenas de refugiados durante a Segunda Guerra Mundial, assim como o ataque de que o fundador da Comunidade – Barros Basto – foi alvo durante o Estado Novo, por ser judeu. Também poder-se-á desenvolver o ponto 1.3 (‘Permanência de Focos de Tensão em Regiões Periféricas’) do Módulo 9 (‘Alterações Geoestratégicas, Tensões Políticas e Transformações Socioculturais no Mundo Atual’) onde a questão do ‘Sionismo’ e dos conflitos israelo-árabes poderão ser abordados.



Ainda no âmbito de disciplinas como Formação Cívica e Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), poderão ser, também, realizadas visitas de estudo à Sinagoga pois, dessa forma, é facilitado o diálogo inter-religioso e cultural, cultivando-se o respeito pelo outro, inclusivamente por um grupo social minoritário, como são os judeus.

Esta pequena proposta pretende apenas auxiliar os docentes, propondo-lhes uma atividade diferente no âmbito dos programas que têm de lecionar. Com este desafio, os conhecimentos adquiridos no âmbito das aulas poderão ser cortejados com esta experiência “diferente” e complementar.

Existe um outro objectivo para este museu, diretamente relacionado com os visitantes. De facto, todos os anos a CIP recebe visitantes não-judeus que, muitas vezes após algumas reticências em se deslocar à Sinagoga do Porto, acabam por visita-la, dizendo querer conhecer um pouco mais duma tradição, história, religião e cultura que consideram sua. Muitos destes marranos procuram informação e chegam mesmo a questionar o ingresso no Judaísmo, normalmente por causa de algum antepassado que lhe transmitiu este “segredo”. Assim, o MJBB poderá, de forma articulada com elementos da CIP, guiar e informar muitas dessas pessoas que se dirigem a si.

É também importante referir que os próprios manuais escolares e as Histórias Gerais de Portugal abrem caminho para a concretização de uma exposição na CIP, na medida em que apenas factos residuais acerca das comunidades judaicas em Portugal lá aparecem.

De facto, Jorge Martins (2010a: 66-111), apresenta um estudo onde, após analisar algumas das mais importantes Histórias de Portugal e alguns dos manuais escolares de História de maior circulação, chega à seguinte conclusão:

A história dos judeus portugueses não tem merecido a devida atenção, quer das sucessivas Histórias de Portugal, que, desde as “liberais” às “democráticas”, passando pelas “republicanas” e pelas “salazaristas”, não reconheceram a real dimensão das comunidades judaicas em Portugal desde os primórdios da nacionalidade; quer dos manuais escolares, sucedâneos da historiografia oficial dos vários períodos, que reproduzem a invisibilidade a que se condenou as vítimas da Inquisição. O próprio tribunal do Santo Ofício foi obliterado dos programas escolares, porventura considerado

violento de mais para as pobres mentes das criancinhas, como se a história devesse ser tratada como um conto de fadas.

(Martins, 2010a: 102)

O autor ainda referiu o “legado semântico discriminatório que não foi ainda totalmente banido, nem da língua corrente, nem dos dicionários”, sendo “isto que os nossos estudantes do ensino básico e secundário podem aprender nos dicionários que têm à sua disposição nas estantes das suas bibliotecas escolares” (Martins, 2010a:101).

Em suma, todos estes factores são demonstrativos da necessidade de reforçar a oferta cultural e educativa em torno dos temas relacionados com o Judaísmo.

## 2) Definição de Missão e Objectivos da Instituição

Realizadas conversações com a Direção da CIP, foi possível traçar, em conjunto, alguns pontos relacionados com os objectivos culturais e educativos da instituição. No fundo procurou-se materializar a vontade da direção no que toca a este tema. Assim, foram criadas e sugeridas propostas no âmbito deste projeto que, no futuro, se pretende que sejam aceites pela Direção.

Fazendo uso da proposta de Atul Shah já referida na primeira parte deste trabalho, na construção deste projeto apostou-se em diálogos frequentes com elementos da Comunidade Israelita do Porto, assim como o seu Rabino – Rev. Rabino Daniel Litvak. Desta forma, eliminam-se as “desvantagens” de um museólogo que não professa a religião que pretende expor e interpretar, referidas pelo autor. Todo este processo é facilitado com o facto de a exposição se encontrar sob a tutela de uma instituição ligada à religião.

Mas também há desvantagens neste facto. A influência da direção da CIP e dos seus membros em algumas matérias poderá influenciar algumas decisões, obrigando o projeto a tomar outro rumo.

Apesar de, ao longo da construção deste trabalho não ter havido qualquer tipo de problema nesta matéria, não quer dizer que no futuro, por razões que poderão surgir ou mesmo como consequência da mudança de direção e de membros da Comunidade, não possam haver interferências na conduta do museu, no que é exposto, na relação que se tem com os visitantes, etc.

Com as conversações com o Rabino da Comunidade, descartou-se a possibilidade de colocação de um busto de Barros Basto no museu, pois este tipo de homenagens deve ser evitado, afastando qualquer possibilidade de idolatria ou representação tridimensional. Também se afastou a possibilidade de gravar alguns ofícios religiosos, devido à proibição de uso de tecnologia no *Shabat* ou nas solenidades<sup>22</sup>.

Já a venda de artigos numa loja em dias que não sejam *Shabat* ou alguma festividade religiosa é permitida, assim como, a possibilidade de construção de um museu na Sinagoga, ou antes, em espaços que não sejam dedicados ao culto religioso, não havendo qualquer inconveniente em expor alfaías religiosas judaicas no museu, mesmo uma *Sepher Torah*.

Estes, aparentemente, pormenores, são bastante importantes no contexto de uma instituição essencialmente religiosa, permitindo uma certa segurança na realização da exposição.

Assim, a missão e objectivos da CIP caracterizam-se pela existência de três eixos principais, a saber: o Judaísmo como religião, a história do Judaísmo, e a importância histórica da Comunidade Israelita do Porto, da Obra do Resgate e do Capitão Arthur Carlos de Barros Basto.

À Direção interessou, sobretudo, o último ponto, na medida em que pretende divulgar temas diretamente relacionados com própria instituição, o seu fundador e a sua Obra, sobretudo porque é depositária de um património, muitas vezes inexistente noutros sítios, relacionado precisamente com esses temas.

Ainda assim, e tendo por base a tarefa anterior, definiu-se a Missão e Objectivos do futuro museu/exposição, aliando-se quer o desejo da Direção, quer as necessidades e expectativas dos alunos e escolas.

Desta forma a Missão da faceta cultural e educativa da CIP – o MJBB – é a que se transcreverá:

***O Museu Judaico Barros Basto tem como Missão a aquisição, documentação, investigação, conservação e divulgação do património cultural relacionado com o Judaísmo histórico, religioso, social e cultural e com a vida***

---

<sup>22</sup> Curiosamente ambas surgem no CHJF.

*e obra do Capitão Arthur Carlos de Barros Basto, promovendo, assim, o conhecimento e fruição dos objetos, documentos e publicações de que é depositário, tendo um papel social ativo no que diz respeito à educação cívica e social.*

Já os objectivos do MJBB são os seguintes:

- a) Adquirir, documentar, investigar e conservar o acervo relativo ao Capitão Arthur Carlos de Barros Basto e à sua Obra de Resgate;*
- b) Divulgar a vida e obra do Capitão Arthur Carlos de Barros Basto através de, pelo menos, uma exposição permanente;*
- c) Adquirir, documentar, investigar, divulgar e conservar objetos, documentos e publicações relacionados com a herança cultural judaica (sua história e tradições);*
- d) Disponibilizar, aos interessados, toda a informação que a Comunidade Israelita do Porto tenha em sua posse acerca de temas relacionados com o Judaísmo, a Comunidade Israelita do Porto, o Capitão Arthur Carlos de Barros Basto e a Obra de Resgate;*
- e) Promover, periodicamente, exposições temporárias sobre temas relacionados com o Judaísmo;*
- f) Promover atividades didáticas e culturais, fomentando o conhecimento acerca do Judaísmo e promovendo a inclusão social, o respeito por todos e a desmistificação de ideias e preconceitos errados acerca dos judeus;*
- g) Dar a conhecer o edifício da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim – Sede da Comunidade Israelita do Porto – e a sua importância histórica, arquitetónica e simbólica.*

Esta missão e estes objectivos são a base através da qual se poderá alicerçar o desenvolvimento deste trabalho e a concepção de uma exposição permanente visitável para o MJBB.

### 3) A construção do Regulamento do MJBB

Segundo o *Código Deontológico para os Museus*, do ICOM (2006), no seu ponto 2.2, “todo o museu deve ter um regulamento escrito ou outro documento que

defina claramente o seu estatuto jurídico, a sua missão, a sua natureza permanente de organismo com fins não lucrativos, de acordo com as leis nacionais correspondentes. A entidade responsável de um museu deve preparar e difundir uma declaração clara nas suas metas, objectivos e política do museu, bem como o papel e composição da entidade responsável”.

Assim, o objectivo desta terceira tarefa da terceira atividade, foi criar um regulamento interno para o MJBB [Ver Apêndice 1], suportado pela *Lei Quadro dos Museus Portugueses*, pelo *Código Deontológico para os Museus* (ICOM, 2006), pelas Bases Orientadoras para a Elaboração do Regulamento Interno dos Museus Portugueses (IPM, s/d.), pelo Regulamento da CIP e relacionada com as especificidades da CIP e vontade da sua Direção (em reuniões realizadas com o Senhor Jorge Neves (ex Vice-Presidente) e com a Senhora Doutora Isabel Ferreira Lopes (atual Vice-Presidente)).

Desta forma, para a elaboração da proposta de Regulamento consideraram-se os seguintes pontos:

- Identificação e enquadramento orgânico do MJBB e da CIP
- Localização
- Missão
- Objectivos
- Logótipo (provisório)
- Horário de funcionamento
- Contactos
- Regime de entradas
- Direitos e deveres dos utilizadores
- Visitas
- Política de incorporação
- Política de documentação
- Acesso ao Arquivo e Biblioteca

Estes pontos foram divididos por seis capítulos, havendo, ainda, um preâmbulo proposto no âmbito deste projeto, que pretende introduzir o restante documento.

Estes pontos pretendem, também, incluir-se nas matérias que deverão constar de um regulamento, descritas no Artigo 53.º da Lei Quadros dos Museus Portugueses.

Assim, apresenta-se de seguida uma tabela onde consta a relação entre as matérias da Lei Quadro e os artigos do regulamento criado:

Artigo 53.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses	Artigos do Regulamento Interno do MJBB
a) Vocação do museu	3.º
b) Enquadramento orgânico	1.º
c) Funções museológicas	4.º
d) Horário e regime de acesso público	6.º a 10.º
e) Gestão de recursos humanos e financeiros	---

**Tabela 3** – Relação entre a Lei-Quadro e o Regulamento do MJBB

Relativamente à alínea “e) Gestão de recursos humanos e financeiros”, como foi possível observar, o Regulamento aqui criado não contempla nenhum artigo. Isto deve-se ao facto de tais funções serem da competência direta da Direção da CIP, não se acrescentando nada a esse propósito.

Apesar desta ausência, o Regulamento obedece, de uma maneira geral, às disposições da Lei nacional e das sugestões internacionais, apesar de o MJBB não ser um museu, mas sim uma coleção/exposição visitável.

É preciso referir também que o Regulamento dispõe de dois anexos – uma ficha de inventário predefinida para a inventariação das coleções da CIP e as respectivas instruções. Estes dois documentos foram realizados tendo em consideração as *Normas Gerais de Inventário de Artes Plásticas e Artes Decorativas* do IPM (2000). Obviamente, devido à heterogeneidade dos objetos da CIP, foi necessário fazer adaptações que possam abranger um maior número de tipos de objetos.

#### **D) Definição de temas a constar na exposição**

Com base na definição do carácter social e cultural da CIP, definidas na atividade anterior, nomeadamente com a avaliação de públicos e, posteriormente, com a

regulamentação da Missão e Objectivos da instituição, foi possível definir com exatidão os temas que deverão constar no MJBB.

É preciso, também, antes de mais, referir que esta decisão também esteve assente nas conclusões tiradas das visitas que se efetuaram a alguns museus e locais visitáveis relacionados com o Judaísmo, a saber:

- Museu Judaico de Belomonte
- Museo Sefardí de Toledo
- Sinagoga Sharé Tikvá (Comunidade Israelita de Lisboa)
- Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto (Sinagoga de Tomar)
- Centro Histórico Judaico de Faro (Cemitério Judaico de Faro)

Assim, com as visitas efectuadas pretendeu-se caracterizar as museografias concretizadas nesses espaços (ver Parte I deste trabalho) e verificar quais os temas lá abordados, de forma a não saturar, no MJBB, determinadas temáticas.

Devido ao facto de o MJBB dispor de apenas 3 pequenas salas onde poderão ser colocados os objetos e os seus contextos informativos, não se vai poder desenvolver muito as temáticas. Desta forma, textos mais pequenos e diretos serão suficientes para informar os visitantes dos conteúdos que se pretende apresentar, não sendo maçador de mais a visita ao museu (é preciso não esquecer que a maioria dos visitantes são crianças em idade escolar, e, portanto, mais irrequietas e desinteressadas, sendo necessário cativar a sua atenção) e inculcando o interesse nos temas (para que depois os possam aprofundar).

Resta, portanto, referir os temas a abordar na exposição visitável do MJBB:

<b>Temas gerais</b>	<b>Público-alvo privilegiado</b>	<b>Justificação</b>	<b>Presença noutros museus</b>
<b>Judaísmo (etapas da vida de um judeu; festividades; símbolos; rituais; textos)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Público em idade escolar (dos 6-18)</li><li>▪ Público sénior (a partir dos 55)</li></ul>	Apesar de quase todos os museus abordarem este tema, a verdade é que ele é imprescindível se se pretende trazer um público escolar pois é precisamente este grupo que mais interesse tem em conhecer as tradições e	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Museu Judaico de Belomonte</li><li>▪ Centro Histórico Judaico de Faro</li><li>▪ Museo Sefardí de Toledo</li><li>▪ Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto</li></ul>

		especificidades da religião judaica	
<b>História dos Judeus (desde o período bíblico até hoje)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Público em idade escolar (dos 6-18)</li> <li>▪ Público sénior (a partir dos 55)</li> </ul>	Apesar de alguns museus abordarem a história judaica, são poucos os que exploram toda a sua extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Museu Judaico de Belomonte</li> <li>▪ Museo Sefardí de Toledo</li> </ul>
<b>Judeus no Porto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Turistas</li> <li>▪ Público sénior (a partir dos 55)</li> </ul>	Este é um tema inédito nos museus judaicos do país, havendo pouca informação sobre o tema	---
<b>Holocausto (definição geral e refugiados em Portugal)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Público em idade escolar (dos 6-18)</li> <li>▪ Público sénior (a partir dos 55)</li> <li>▪ Turistas</li> </ul>	Tema difícil de encontrar em museus judaicos em Portugal. Mesmo na Europa é comum existirem museus específicos para este tema	---
<b>Comunidade Israelita do Porto (Sinagoga; Obra do Resgate; Marranismo; Instituto Teológico Israelita)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Turistas</li> <li>▪ Público sénior</li> </ul>	Tema por excelência da CIP, devido ao facto de ser depositária da maioria da documentação a si relacionada	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Museu Judaico de Belomonte (de forma parcial)</li> </ul>
<b>Arthur Carlos de Barros Basto (vida e obra)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Turistas</li> <li>▪ Público sénior</li> </ul>	Tema por excelência da CIP, devido ao facto de ser depositária da maioria da documentação a si relacionada	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Museu Judaico de Belomonte (de forma parcial)</li> </ul>

**Tabela 4** - Temas a abordar no MJBB

É importante referir que apesar de alguns temas estarem presentes nos museus indicados, a realidade é que poucos abordam as temáticas de forma tão completa como o MJBB pretende abordar. Isso verifica-se nomeadamente a propósito da Obra de Resgate e de Barros Basto que apesar de estar, hoje, presente no Museu Judaico de Belmonte, só há pouco tempo viu um dos corredores ser ocupados com informação relativa a esses temas. Apesar de se tentar transmitir uma informação básica aos visitantes, a verdade é que muitos destes temas deveriam ser tratados de forma exaustiva. No entanto, o reduzido espaço não permite que haja uma explanação demasiadamente grande.



Também urge deixar claro que os públicos-alvo mencionados na tabela anterior são apenas aqueles que mais facilmente se identificarão com os temas a que se referem, podendo, contudo, haver outros grupos de visitantes com interesse nesses conteúdos. Assim, essa coluna deve ser entendida como uma mera proposta indicativa.

### **E) Construção de textos**

Como foi referido na atividade anterior, os textos não deverão ser maçadores, devendo pautar-se por uma linguagem fácil e acessível a todos (mais uma vez relembra-se que a maioria dos visitantes são crianças), breve, concisa e direta.

É precisamente a produção dos textos [Ver Apêndice 2] um dos principais objectivos do presente projeto, uma vez que estes são entendidos, aqui, como a principal componente de contextualização de objetos e principal método de transmissão de conteúdos e informação (e, provavelmente, o mais completo), sendo também um método privilegiado de uma boa parte dos museus.

Desta forma, e com base nos resultados que foram sendo alcançados na atividade F, os textos (conteúdos) foram sendo produzidos, tendo sido, posteriormente, reduzidos de forma a serem incorporados nos placares expositivos finais.

Estes textos tiveram como base, como mais à frente se verá, a revisão e análise crítica de extensa bibliografia atualizada sobre as diversas temáticas tendo sido, também sustentada pelas fontes documentais disponíveis no Arquivo da CIP.

É importante referir que durante os textos não se escreverá a palavra “Deus”, sendo esta substituída por “D’us”, cumprindo, desta forma, um preceito religioso judaico de não inscrever o nome divino em algo perecível.

Em relação a alguns os textos relacionados com a vida judaica, optou-se por fazer uma pequena introdução acerca da etapa (cerca de um parágrafo), seguida dos rituais marcantes do percurso de vida judaico, relacionados com as celebrações, tradições e objetos a si relacionados.

Também não se desenvolveu mais a ação dos diplomatas portugueses nesta secção por motivos espaciais, por ser ter procurado criar um texto mais abrangente e porque outras instituições desenvolvem essas temáticas, nomeadamente o CHJF (com a

homenagem que faz nos seus jardins) e o site/exposição virtual sobre Aristides de Sousa Mendes<sup>23</sup>.

Esta atividade relaciona-se diretamente com as atividades F e G, devendo ser finalizada nunca antes da atividade F, embora possa iniciar-se mais cedo que esta.

## **F) Recolha e análise de informação**

Entendida no conjunto das atividades E e G, com as quais deverá ser articulada, a recolha e análise de informação acerca da musealização da fé (Parte I deste trabalho) e dos temas a constar no MJBB caracteriza-se por ter sido um processo bastante heterogéneo. De facto, a recolha de informação tomou a forma de investigação bibliográfica (iniciada com as obras gerais até finalizar nas obras mais específicas); investigação documental (recorrendo, essencialmente, ao Arquivo da CIP) e, como já foi referido, à visita de alguns museus e contactos com os seus funcionários acerca de algumas questões relacionadas com os mesmos (efetuados na atividade D) de forma a conseguir alcançar alguns paralelismos com o MJBB.

Para chegar à informação, foram, portanto, realizadas, além dos contactos diretos nos museus, algumas tarefas que serão expostas de seguida:

### 1) Realização de contactos

Nesta tarefa foram realizados contactos via e-mail para algumas pessoas ligadas a universidade e museus que tenham desenvolvido algum trabalho sobre a musealização da fé, preferencialmente sobre a musealização de património cultural judaico. Da teoria até à prática, tentou-se obter informações e sugestões que pudessem ajudar a construir este trabalho.

As respostas que se obterem remetiam, essencialmente, para algumas obras de referência que, de outra forma, nunca teriam sido consultadas se não se tivesse optado por esta tarefa.

Assim, das cerca de vinte instituições e pessoas contactadas, apenas as seguintes replicaram:

---

<sup>23</sup> Exposição disponível em: <http://mvasm.sapo.pt/> [visualizado a 30 de Maio de 2012]

- Associação de Museus Judaicos Europeus (*Association of European Jewish Museums*), na pessoa da Senhora Doutora Eva Koppen, que reproduziu as minhas mensagens a alguns dos museus da associação;
- Rede de Judiarias de Espanha – Caminhos de Sefarad (*Red de Judiarias de España – Caminos de Sefarad*), na pessoa da Senhora Doutora Ariane Roura;
- O Senhor Doutor Hanno Loewy, em representação do Museu Judaico de Hohenems (*Jüdisches Museum Hohenems*);
- O Senhor Professor Doutor Martin Bellamy, dos Museus de Glasgow (*Glasgow Museums*);
- O Senhor Professor Doutor Crispin Paine, da Faculdade Universitária de Londres (*University College London*);
- Os Senhores Professores Doutores Eilean Hooper Greenhill, Richard Sandell e Simon J. Knell e a Senhora Doutora Janet Marstine, da Universidade de Leicester (*Leicester University*).

Resta referir ainda que o Orientador deste trabalho – o Senhor Professor Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva – também contribui nesta fase como um dos coordenadores do Museu Judaico de Belmonte.

## 2) Investigação bibliográfica e documental

Nesta tarefa pretendeu-se reunir o maior número de publicações de referência possível sobre as matérias abordadas. Desta forma, foram realizadas pesquisas na Biblioteca da CIP, na Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na biblioteca particular do autor deste trabalho e na Internet. A partir dos livros adquiridos foi possível estender o número de publicações a partir das referências presentes nos mesmos.

A nível documental, todo o Arquivo da CIP foi lido (e organizado, de uma maneira genérica), tentando-se definir quais os documentos de maior interesse para o trabalho.

Uma outra fonte importantíssima de informação largamente usada neste trabalho foi o jornal Ha-Lapid (O Facho) – Órgão da Comunidade Israelita do Porto. A partir desta publicação (presente no Arquivo da CIP e na Biblioteca Central da Faculdade de Letras) foi possível relacionar as diversas temáticas da exposição.

Esta foi uma das mais morosas tarefas do projeto, mas também uma das mais importantes na medida em que quase todo o projeto está sustentado nos resultados desta mesma tarefa.

Resta apenas referir que, logicamente, nem todas as fontes e bibliografia consultadas e analisadas contam deste relatório de projeto, tentando-se colocar apenas que foram diretamente usadas no mesmo.

### **G) Seleção de objetos e imagens**

Nesta atividade procedeu-se à seleção de objetos do acervo da CIP que possam cortejar os textos apresentados nos painéis. Logicamente estes objetos terão que se articular com os textos.

Optou-se por escolher os objetos que se encontravam em melhor estado, sendo mais apelativos aos visitantes, e na ausência de mais do que um objeto de cada tipo (na secção do Judaísmo), no único objeto existente.

Devido ao facto de haver objetos que deveriam constar na exposição, mas não existem na CIP, sugere-se a aquisição dos mesmos por forma a enriquecer materialmente a exposição.

Optou-se nesta exposição, incluir em cada um dos painéis informativos que serão feitos (ver atividade seguinte) um exemplar do Há-Lapid referente ao tema que se está a abordar, sempre que houver material para tal. Assim, os visitantes poderão ter uma ideia da importância documental que representa este jornal no contexto da CIP e da Obra do Resgate.

### **H) Museografia**

Por museografia, e à parte da sua definição já aqui descrita, entende-se o desenho da exposição a constar no MJBB. Desta forma, pretende-se, com esta atividade, relacionar os espaços disponíveis para a exposição, equacionando as diversas opções museográficas.

Como já foi referido, existem três espaços para albergar a exposição visitável e as suas coleções. Cada uma dessas três salas têm uma particularidade própria que se pretende aproveitar.

Assim, a sala central, onde se encontra a Biblioteca e o Arquivo deverá manter-se com essas mesmas funções, o que remeterá para o período de atividade do Instituto Teológico Israelita (1929-1935, sendo que o mesmo só nos últimos anos foi transferido para o local), onde a biblioteca era bastante frequentada pelos alunos.

Já a sala sul, do antigo Instituto Teológico do Porto, também deverá manter as suas quatro carteiras, devendo ser-lhe acrescentadas as restantes duas (guardadas num outro local), devendo manter-se, também, o quadro de ardósia, os três mapas e a secretária do docente. Esta posição pretende recriar um pouco o ambiente do Instituto aquando da sua existência nos anos 1930, um pouco ao jeito de uma “sala-museu”. Desta forma, os visitantes mais jovens poderão contactar com recriação de uma realidade escolar típica do início do Século XX e os mais velhos poderão relembrar-se de mobiliário escolar que muitas vezes fizeram parte da sua infância. De facto, são alguns os visitantes mais velhos que se deliciam ao visitar esta sala, relembrando os seus tempos de meninice.

Por fim, a sala norte, será completamente transformada de forma a hospedar os diversos painéis sobre o Tema do Judaísmo, da História Judaica, dos Judeus na Cidade do Porto e do Holocausto. Assim, os painéis deverão ser colocados nas paredes livres.

Na concepção deste museu optou-se, a partir dos temas presentes, nomear as salas da seguinte forma:

- Sala Central (Biblioteca) – Sala Barros Basto
- Sala Sul (antiga sala de aula) – Sala da Obra do Resgate
- Sala Norte – Sala do Judaísmo

Em relação ao percurso expositivo, não se pretendeu definir um aos visitantes da exposição. Dentro das três salas de exposição, os visitantes deverão ter liberdade de se deslocar para onde entenderem, excepto nas visitas guiadas que seguirão a linha de condução criada por cada guia. A este propósito, Hanno Loewy (2012: 44) observa o seguinte:

[os visitantes] “nem sempre seguem a ordem prescrita pelos curadores, mas decidem os seus próprios movimentos no espaço expositivo, baseados em diversos factores que os curadores nunca poderão controlar completamente, como a atração pela beleza de diferentes objetos e a sua hierarquia subjetiva aos

olhos dos visitantes, a forma como os visitantes se movem e o potencial de comunicação deles (se fazem parte de um grupo, numa família, num casal ou se estão sós). E o que nós [curadores] aprendemos com eles é que tudo isto é um processo criativo.”

Portanto, apesar do pequeno espaço, pretende-se que sejam os visitantes a criar os seus circuitos, tirando o máximo de informações com os seus trajectos no interior do museu.

Tendo em atenção a situação financeira da CIP e as particularidades dos espaços destinados à exposição, optou-se por idealizar uma exposição que recorra essencialmente a painéis informativos. Estes painéis serão adossados, não de forma intrusiva, de forma a preservar o local e a poder-se efetuar alterações aos painéis de forma fácil, no futuro [Ver Apêndice 4].

Com base nas medidas efetuadas às salas, chegou-se ao desenho dos painéis [Ver Apêndice 3]. Estes painéis serão, graficamente divididos por três cores.

Os painéis relativos ao Judaísmo religioso e histórico (da Sala do Judaísmo) serão azuis. A cor azul remete para o logótipo oficial da CIP, além de representar a cor utilizada geralmente na *Talit*.

Já os painéis relativos a Barros Basto, à Obra do Resgate e à CIP serão vermelhos. Esta escolha invoca o brasão de armas da Comunidade criado por Barros Basto e descrito desta forma: “sobre campo de sangue, emerge dumas chamas uma torre de prata tendo no seu eirado um candeeiro de ouro com 7 lumes” que mais não representa a “fortaleza de Israel, de onde emane permanentemente a luz espiritual da fé de Abraham, servindo de farol bendito para aqueles que, reconditamente, pelos vales e pelos montes do norte de Portugal, ainda elevam em espírito e verdade, os seus louvores e as suas preces a Adonai” (Há-Lapid, n.º 1).

Por fim, os painéis negros dedicados ao Holocausto, invocarão o luto pela morte de cerca de 7 milhões de judeus.

A parte inferior destes painéis ficará vazia de forma a poder ser encostado, a cada um dos painéis, as mesas existentes na Sinagoga. Assim, poder-se-á poupar alguns recursos financeiros em vitrinas, mostrando, ao mesmo tempo, peças museológicas de elevado valor artístico, como são algumas das mesas centenárias pertencentes à CIP,

onde serão colocadas cartolinas *acid free* nos tampos. Como também foi referido, algumas dessas mesas já possuem vitrinas (tampos acrílicos), que embora não se caracterizem por ser a forma mais segura de proteger os objetos, a verdade é que estes ficam protegidos dos organismos externos e de possíveis roubos (este último cortejado com a presença constante de funcionários na sala). É necessário, porém, adquirir mais vitrinas acrílicas de forma a poder-se tapar todas as mesas.

Já em relação às legendas dos objetos, preparou-se a descrição do rótulo que se segue:

- Nome da peça
- Datação
- Proprietário

É importante referir ainda que cada uma das salas terá “folhas de sala” com a tradução, em várias línguas (pelo menos em inglês, hebraico, espanhol e francês), dos textos e legendas aí presentes, de forma a que os estrangeiros possam aceder à informação disponibilizada.

## **I) Análise final do projeto e elaboração do relatório**

Nesta última atividade foram revistas todas as etapas do projeto de forma a analisar de forma conclusiva e crítica os resultados alcançados.

Na primeira parte deste trabalho, foi referido o desafio que seria associar o lado artístico dos objetos religiosos – neste caso *Judaica* – ao seu lado religioso. Neste projeto, o facto da maioria dos objetos expostos serem documentos ou publicações, tal desafio não se aplica, pelo menos tanto quanto nos museus que apresentam maioritariamente ou exclusivamente *Judaica*. Ainda assim, é pretendido, aqui, associar as alfaías religiosas e outros objetos do quotidiano judaico aos ritos da própria religião, nunca descurando o seu lado artístico. Assim, além da possibilidade dos visitantes vislumbrarem o valor artístico e estético dos objetos expostos, também poderão relaciona-los diretamente às práticas judaicas, obtendo informação básica e credível relativa a cada um deles.

No terceiro ponto abordado por Reeve (2012) e exposto na primeira parte deste trabalho, o autor questiona se se deve ou não apresentar ao público o lado menos negativo das religiões. No que diz respeito ao tema proposto neste trabalho – o Judaísmo –, esses temas seriam, sem margem para dúvida, as duas destruições de Jerusalém e do Templo, a diáspora, a escravidão no Egipto, a Inquisição, as leis de pureza de sangue inicialmente judaicas e posteriormente cristãs-novas (embora não haja uma relação direta e exata entre este grupo e os judeus em si, sobretudo da parte dos cristãos-novos que efetivamente se converteram) e a *Shoah* ou Holocausto. Embora a maioria dos museus certamente evitasse tocar em muitos destes aspectos da história do Judaísmo, a função educativa que se pretende que o MJBB possua, impele a que estas temáticas sejam incluídas a título de prevenção e educação de públicos (sobretudo os visitantes em idade escolar).

Pretende-se, portanto, com a criação deste Museu celebrar a memória da Comunidade Israelita do Porto e sua importância social desde a sua fundação em 1923. Paralelamente pretende-se divulgar a cultura e história judaicas numa cidade que apesar de muito dever a este grupo social (nomeadamente, antes da expulsão/conversão em 1496-7), pouco ou nada apresenta nos seus museus ou nas suas histórias sobre o tema. A própria vida e obra do fundador da CIP tem uma enorme importância histórica apesar de aparecer apenas residualmente na sociedade.

O espaço museológico definido para este museu, não pretende ser apenas um espaço de reposição de coleções, mas antes um lugar onde os objetos expostos possam ser contextualizados de forma a que os seus visitantes adquiram determinadas informações e possam, eventualmente, desenvolver uma consciência crítica acerca dos temas abordados. Com o crescente anti-semitismo (ou anti-judaísmo) um museu que disponibilize um conjunto de informações sobre a cultura e religião judaica será uma mais-valia social, na medida em que, na ausência de debate sobre o tema no percurso escolar e académico dos estudantes em Portugal, as escolas e mesmo os encarregados de educação poderão fornecer mais este conhecimento aos jovens.

Assim, esta disponibilização de património cultural, que de outra forma não poderia ser acessado por outros, contribui largamente para uma educação informal, não institucionalizada (pelo menos publicamente), promovendo uma construção de tolerância, cidadania, investigação, crítica construtiva e conhecimento.



Pretende-se informar e esclarecer os diversos públicos (não se exceptuando ninguém) acerca dos temas trabalhados pelo MJBB, transmitindo-lhes valores como o respeito e a inclusão social ao mesmo tempo que se divulga a importância da arte, tradição, história e cultura judaica. Este objectivo acaba por ser, no fundo, um serviço público, na medida em que a CIP chama a si uma responsabilidade social (muitas vezes inexistente em organismos públicos) de educação de públicos. A viabilidade e sustentabilidade financeira do MJBB também deverá ser assegurada, neste contexto.

A vantagem de criar atividades paralelas à exposição do MJBB, nomeadamente criação de colóquios e exposições temporárias e a promoção de debates e publicações, etc., pretende-se com objectivos que passam pela fidelização e cativação de públicos, a promoção de uma estratégia de *marketing* e de divulgação a nível local mas também nacional, estender a difusão dos conhecimentos que a instituição pode oferecer por um maior número de pessoas aumentando a oferta de serviços oferecidos pela CIP, etc.

Algumas dessas atividades poderão passar pela promoção da discussão e debate acerca de determinados temas acerca do Judaísmo histórico, cultural ou, até, religioso de pessoas especializadas na matéria.



### 3. Considerações Finais

Um dos grandes objectivos deste trabalho foi, de facto, construir um projeto museológico tendo em consideração a natureza religiosa, social, comunitária, espacial, financeira e cultural da instituição. E foi precisamente aqui que residiram os grandes problemas que pautaram este trabalho: a pouca liquidez financeira, os impedimentos inerentes a uma comunidade religiosa que se pauta pela ortodoxia, o reduzido número de associados da Comunidade, o espaço reduzido, etc.

Daí ter-se deixado de lado, desde o início deste projeto, um trabalho que se apresentasse como utópico ou dificilmente executável. O que aqui se propôs foi um projeto concreto, pensado, estudado, feito “à medida” para a Comunidade Israelita do Porto. Um projeto que pudesse ser integrado no edifício-sede da Comunidade – a Sinagoga – e que se localizasse nas áreas previamente reservadas para o efeito.

Apesar de o projeto não passar, para já, de uma proposta, estando a sua concretização dependente de uma série de factores totalmente alheios ao seu autor, a intenção do mesmo é que seja realmente concretizado. Daí se ter posto de lado elementos, cenários, expositores e materiais que dificultasse a sua concretização, embora tal fosse mais prestigiante, atual e dinâmico (à cabeça as TIC).

No futuro será necessário desenvolver um estudo aprofundado das coleções constantes na CIP, assim como estudos alargados de público de forma a traçar, com ainda mais clareza e exatidão científica, as necessidades e expectativas todos os grupos de visitantes possíveis.

Ao longo do amadurecimento da instituição dever-se-á repensar as exposições, assim como as estratégias de comunicação com os públicos (quer inseridas nas próprias exposições, quer no *marketing* e divulgação da própria instituição).

Pretende-se, também, no futuro, continuar o inventário, assim como o estudo aprofundado das coleções constantes na CIP. A aquisição de novas coleções também será uma mais-valia para a instituição e poderá, eventualmente, facilitar os objectivos e, consequentemente, a missão do MJBB. A conservação preventiva das coleções, apesar de no geral estarem salvaguardadas, deverá ser, no futuro, uma outra aposta da instituição, podendo esta cooperar com instituições ligadas, precisamente, à conservação e ao restauro.

Embora o presente projeto não tenha incluído temas relacionados com a conservação das coleções, o desenvolvimento do marketing do museu e a concepção de formas de aumentar a acessibilidade dos conteúdos expostos a todos os grupos de eventuais visitantes (nomeadamente pessoas portadoras de deficiência) – por motivos de tempo e do número de páginas disponíveis para o presente trabalho –, no futuro, dever-se-á apostar nestas áreas. A realização de muitas destas propostas permitirão à instituição credenciar-se como Museu, podendo concorrer à *Rede Portuguesa de Museus*, o que lhe dará um novo fôlego e, sem dúvida, muita experiência como instituição gestora de património cultural.

Apesar de poder ter sido mais exaustiva do ponto de vista explicativo e do recurso a textos sagrados, evitou-se com esta exposição, explicar em demasia a complexidade dos rituais e tradições judaicas, por ter um carácter educativo dirigido, sobretudo, a alunos do básico e do secundário.

Assim, prestou-se mais atenção aos conteúdos que se pretendem transmitir aos diversos públicos visitantes e que contextualizarão toda a exposição, do que propriamente aos objetos e seu respectivo estudo (i.e. estudo de coleções), que devido à brevidade do tempo disponível e do tamanho máximo do trabalho, não foi possível desenvolver.

Ou seja, no fundo, pretende-se criar uma ferramenta a partir da qual a CIP poderá construir uma exposição pioneira.

Esta seria também a primeira exposição permanente a realizar-se numa Sinagoga ativa, o que constitui um trabalho pioneiro que tem de estar bem fundamentado do ponto de vista da ortodoxia judaica. Assim, além das recomendações de organismos ligados à museologia como o ICOM e o IMC, é preciso ter em atenção um conjunto de regras religiosas, além das contingências particulares da CIP, como comunidade, sendo importante ter sempre presente os Estatutos e as exigências/diretrizes da Direção e do Rabino.

Pretendeu-se, portanto, com este trabalho, fugir um pouco à normalidade e aos típicos trabalhos académicos que se limitam a enumerar os regulamentos museológicos. Aqui, será preciso lidar com a falta de recursos financeiros, a falta de recursos humanos, a falta de espaço disponível para as exposições e as particularidade de uma casa religiosa, onde apertadas regras religiosas imperam.

Seria também, no futuro, interessante assegurar parcerias com outras instituições culturais, religiosas, de ensino, etc., de forma a potencializar a ação da instituição.

Algumas dessas parcerias poderão passar pela Memoshoh<sup>24</sup>, por vários museus judaicos (ou mesmo a Associação do Museus Judaicos da Europa), por outras instituições museológicas na Cidade do Porto (quer municipais, quer estatais como museus, bibliotecas e arquivos), etc.

Como se referiu anteriormente, a exposição tem de estar assente na missão e objectivos já definidos e tendo em vista as necessidades e expectativas dos grupos visitantes. Assim, o objectivo fundamentalmente instrutor, educativo e informativo que se pretende alcançar não se coaduna com uma mera apresentação descontextualizada de objetos religiosos judaicos. Optou-se, portanto, por apresentar o mínimo de alfaia judaicas – suficientes para enquadrar as práticas religiosas da religião – ao invés de multiplicar os objetos levando à distração do objectivo educativo da exposição e consequente afastamento da missão e objectivos da instituição.

Desta forma, termina aqui este trabalho, na esperança de que ele possa ser melhorado e concretizado.

**Hugo Miguel Sacramento Vaz**

---

<sup>24</sup> Acerca desta instituição ver: <http://w3.memoshoa.pt/> [visualizado a 30 de Maio de 2012]

## Referências Bibliográficas

### A – FONTES

#### 1 – Manuscritas:

- Arquivo da Comunidade Israelita do Porto

#### 2 – Impressas:

- *Ha-Lapid (O Facho)* (1927-1958). Órgão Oficial da Comunidade Israelita do Porto.
- **MELO, António (2012)**. “E fez-se justiça ao capitão excluído Barros Basto” in Público, 23 de Agosto, pp. 10-12.

#### 3 – Outros:

- Relatório Final da Petição n.º 63/XII/1ª – Reintegração no Exército do Capitão de Infantaria Arthur Carlos de Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937
- Estatutos da Comunidade Israelita do Porto, 1923.
- Memória Descritiva presente na Licença 477-1929/509 do Arquivo Histórico Municipal do Porto
- Lei-Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º47/2004 de 19 de Agosto.
- **IPM (s/d.)**. Bases Orientadoras para a Elaboração do Regulamento Interno dos Museus Portugueses.

### B – OBRAS CONSULTADAS

**AGAMBEN, Giorgio (2006)**. *Profanação*. Lisboa: Cotovia.

**ALONSO FERNÁNDEZ, Luís (1999)**. *Museología y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

**ANDERSEN, David (2012).** “Creativity, Learning and Cultural Rights” in SANDELL, Richard; NIGHTINGALE, Eithne [Ed.] *Museums, Equality and Social Justice*. London e New York: Routledge.

**ATTIAS, Jean-Christophe e BENBASSA, Esther (2000)** – *Dicionário Temático Larousse: Civilização Judaica*. Lisboa: Círculo de Leitores.

**AZEVEDO, Lúcio (1975)** – *História dos Cristãos Novos Portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora (1ª Edição 1921)

**BASTO, Arthur Carlos de Barros (1929).** *Os Judeus no Velho Porto*. Separata da Revista de Estudos Hebraicos, Vol. 1 e 2. Lisboa: s.n.

**BATCHELOR, Ray (1994)** “Not looking at Kettles”, in PEARCE, Susan M., *Interpreting objects and collections*. London: Routledge.

**BLECH, Benjamin (2004)** – *O Mais Completo Guia Sobre Judaísmo*. São Paulo: Editora e Livraria Sêfer.

**CANELO, David (1987)** – *Os Últimos Cripto-Judeus em Portugal*, Belmonte, Ed. Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral

**COELHO, António Borges (1998)** – *Cristãos-Novos Judeus e os Argonautas*, Lisboa, Editorial Caminho.

**COELHO, António Borges (2002)** – *Inquisição de Évora 1533-1668*, Lisboa, Editorial Caminho.

**COELHO, Nuno; KERSHAW, Adam (2009).** *A Land Without People for a People Without Land: A Colouring Book About Palestine / Uma Terra Sem Gente Para Gente Sem Terra: Um Livro de Colorir Sobre a Palestina*. s.l.: Nuno Coelho e Adam Kershaw.

**COHN-SHERBOK, Dan (2009)** – *Judaísmo*. Lisboa: Edições 70.

**DAVALLON, Jean (2000)**. *L'Exposition à l'ouvre : Stratégies de communication et médiation symbolique*, L'Harmattan

**DELGADO, M. (1988)**. “Sagrado/Profano” in AGUIRR, Angel [ed.] *Diccionario Tematico de Antropologia*. Madrid: PPU. Pg. 591-595.

**DGEBS (1991)**. *Programa de História do 3º Ciclo*. Lisboa: DGEBS.

**DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2003)** – “Presença de Judeus no Porto: Da Idade Média à Modernidade”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* [coord. de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos], Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 437 a 439

**DI NOLA, Alfonso (1987)**. “Sagrado/Profano” in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 12. Lisboa: XXX. Pg. 107-110.

**DODD, Jocelyn; SANDELL, Richard (2001)** *Including Museums: perspective on museums, galleries and social inclusion*. Leicester: RCMG.

**EDSON, Gary; DEAN, David (1994)** – *The Handbook for Museums*. London and New York: Routledge.

**ELIADE, Mircea (1958)** *Patterns in Comparative Religion*. London e New York: Sheed and Ward.

**ELIADE, Mircea (2006)** *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.

**ELKANN, Alain (2005)** – *Mitzváh*. Lisboa: Cavalo de Ferro Editores.

**GAARDER, Jostein (2007)**. *O Livro das Religiões*. Lisboa: Editorial Presença.



**GILBERT, Martin (2009).** *História de Israel*. Lisboa: Edições 70.

**GILBERT, Martin (2011)** – *Os 5000 Anos de História e Fé do Povo Judeu: Cartas à Tia Fori*. Lisboa: Alêtheia Editores.

**GREENBERG, Reesa (2003).** “The Jewish Museum, Vienna: A Holographic Paradigm for History and the Holocaust” in HORNSTEIN, Shelley; JACOBOWITZ, Florence [Ed.], *Image and Remembrance: Representation and the Holocaust*. Bloomington: Indiana University Press. Pg. 235-250.

**GUÍA Museo Sefardí – Toledo (2011).** Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales, Subdirección General de Museos Estatales

**HAYOUN, Maurice-Ruben (2007).** *O Judaísmo*. Lisboa: Teorema.

**HEIN, George (1998).** *Learning in the Museum*. London/New York: Routledge.

**HERCULANO, Alexandre (s/d)** – *História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 3 Volumes, Lisboa, 13ª Edição, organizada por Jorge Borges de Macedo, Livraria Bertrand

**HINNELLS, J. R. (1990)** “Religion and the arts”, in U. King [ed.], *Turning Points in Religious Studies: Essays in Honour of Geoffrey Parrinder*. Edimburgh: T. and T. Clark.

**HOOPER-GREENHILL, Eilean (1994).** *The Educational Role of the Museum*. London/New York: Routledge.

**HOOPER-GREENHILL, Eilean (1998).** *Los Museos y sus Visitantes*. [Trad. Alfredo Álvarez Álvarez]. Gijón: Trea.

**HOOPER-GREENHILL, Eilean (2000).** *Museums and the Interpretation of Visual Culture*, Routledge

**ICOM-Portugal (2006).** *Código Deontológico do ICOM para Museus.*

[[http://www.icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM\\_PT%202009.pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM_PT%202009.pdf)]

[acesso em 9 de Junho de 2011]

**IPM (2000)** *Normas Gerais de Inventário de Artes Plásticas e Artes Decorativas.*

Direção de Serviços de Inventário / Instituto Português de Museus.

**JEFFERY-CLAY, K. R. (1998).** “Constructivism in museums: How museums create meaningful learning environments” in *Journal of Museum Education*, vol. 23, nr. 1

**KAVANAGH, Gaynor [ed.] (1996)** – *Making Histories in Museums*. London and New York: Leicester University Press.

**KAVANAGH, Gaynor (2002)** “Remembering ourselves in the work of museums: trauma and the place of personal in the public”, in Richard Sandell [ed.], *Museums, Society, Inequality*. London: Routledge, pp. 110-122.

**KHÂN, Gabriele Mandel (2012).** *Alfabeto Hebraico: Estilos, Variantes e Adaptações Caligráficas*. s.l.: MEDIApromo.

**LAPIERRE, Dominique; COLLINS, Larry (2001).** *Oh Jerusalém*. s.l.: Bertrand Editora.

**LLORIS, Miguel Beltrán (1991)** – *Museo de Zaragoza: Programa*. Zaragoza: Diputación General de Aragón, Departamento de Cultura y Educación.

**LOEWY, Hanno (2012).** “Diasporic Home or Homelessness: The Museum and the Circle of Lost and Found” in *Bulletin*, Volume XXXIV, No. 1. London: German Historical Institute London. Pg. 41-58.

**MARTINS, Jorge (2006a)** – *Portugal e os Judeus: Volume I*. Lisboa: Nova Vega.

**MARTINS, Jorge (2006b)** – *Portugal e os Judeus: Volume II*. Lisboa: Nova Vega.

**MARTINS, Jorge (2006c)** – *Portugal e os Judeus: Volume III*. Lisboa: Nova Vega.

**MARTINS, Jorge (2009)** – *Breve História dos Judeus em Portugal*. Lisboa: Nova Veja.

**MEA, Elvira Cunha de Azevedo (1979)** – “A Inquisição do Porto”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Volume II, Porto, Centro de História da Universidade do Porto

**MEA, Elvira Cunha de Azevedo (1996)** – “Conflito de Poderes a Propósito da Visita Inquisitorial ao Porto em 1618”, in *III Jornadas de Estudo Norte de Portugal – O Poder Regional: Mitos, Realidades, Aquitânia – Actas*, Porto, CENPA, Universidade do Porto

**MEA, Elvira Cunha de Azevedo (1997)** – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI: A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida

**MEA, Elvira Cunha de Azevedo (1998)**. “Ha-Lapid: Órgão da Comunidade Israelita do Porto, Espelho da Obra do Resgate” in *Associação Portuguesa de Estudo Judaicos, O Património Judaico Português, I Colóquio Internacional*. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudo Judaicos. pp.239-249.

**MEA, Elvira Cunha de Azevedo (2002)** – “Os Portuenses Perante o Santo Ofício – Século XVI”, in *I Congresso Sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Actas – Volume II*, Porto/Arouca

**MEA, Elvira Cunha de Azevedo Silva (2004)**. *A Gente de Nação do Porto: O Desafio duma Identidade Dissimulada ou o Esbarrar com o Desterro de Portugal (1580-1640)*. Lição de síntese destinada à prestação de Provas de Agregação em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: s.e.

**MEA, Elvira de Azevedo (2009a)**. “Instituto Teológico do Porto” in Mucznik, Lúcia Liba; Tavim, José Alberto Rodrigues da Silva, Mucznik Esther e Mea, Elvira de Azevedo [Coord.], *Dicionário de Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença.

**MEA, Elvira de Azevedo (2009b).** “Porto” in Mucznik, Lúcia Liba; Tavim, José Alberto Rodrigues da Silva, Mucznik Esther e Mea, Elvira de Azevedo [Coord.], *Dicionário de Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença.

**MEA, Elvira de Azevedo (2009c).** “Comunidade Israelita do Porto” in Mucznik, Lúcia Liba; Tavim, José Alberto Rodrigues da Silva, Mucznik Esther e Mea, Elvira de Azevedo [Coord.], *Dicionário de Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença.

**MEA, Elvira; Inácio STEINHARDT (1997).** *Ben-Rosh: Biografia do Capitão Barros Basto, O Apostolo dos Marranos*. Porto: Edições Afrontamento.

**MENDES, Alexandre Teixeira (2007).** *Barros Basto: A Miragem Marrana*. Porto: Ladina – Associação de Cultura Sefardita.

**MILGRAM, Avraham (2010).** *Portugal, Salazar e os Judeus*. Lisboa: Gradiva Publicações S. A.

**Ministério da Educação – Departamento do Ensino Secundário (2002).** *Programa de História A – 10º, 11º e 12º Anos – Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento do Ensino Secundário.

**MORENO, Humberto Baquero (1985).** “Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos séculos XIV e XV” in *Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença.

**MORENO, Humberto Baquero (1990).** “Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval” in *Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença.

**MORENO, Humberto Baquero (1993).** “Os Judeus na Cidade do Porto nos Séculos XIV e XV” in *Revista de Ciências Históricas – Universidade Portucalense*, Vol. VIII. Porto: Universidade Portucalense. Pp. 55-64.

**MUCZNIK, Esther (2009a).** “Holocausto” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 269-270

**MUCZNIK, Esther (2009b).** “Judaísmo” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 269-270

**MUCZNIK, Esther (2009c).** “Shaaré Tikvá, Sinagoga” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 269-270

**MUCZNIK, Esther (2012).** *Portugueses no Holocausto: Histórias das Vítimas dos Campos de Concentração, dos Cônsules que Salvaram Vidas e dos Resistentes que Lutaram Contra o Nazismo*. Lisboa: Esfera dos Livros.

**O'BRIEN, Joanne; PALMER, Martin (2007).** *The Atlas of Religion: Mapping Contemporary Challenges and Beliefs*. Brighton: Earthscan.

**OHLIG, Karl-Heinz (2007)** – *Religião: Tudo o que é Preciso Saber*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

**OLIVAL, Fernanda (2001)** – *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora

**O'NEILL, M. (1996)** “Making histories of religion”, in G. Kavanagh [ed.], *Making Histories in Museums*. London: Leicester University Press.

**ORFALI, Moisés (2009).** “Aboab II, Isaac (1433-1493) ” in Mucznik, Lúcia Liba; Tavim, José Alberto Rodrigues da Silva, Mucznik Esther e Mea, Elvira de Azevedo [Coord.], *Dicionário de Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença.

**PAINE, Crispin (2000).** “Preface” in *Godly Things: Museums, Objects and Religion*. London: Leicester University Press.

**PAINE, Crispin [ed.] (2000)** – *Godly Things: Museums, Objects and Religion*. London and New York: Leicester University Press.

**PAULO, Amílcar (1956).** A Comuna Judaica do Porto: apontamentos para a sua história in *O Tripeiro*

**PAULO, Amílcar (1969)** – *Os Criptojudéus*, Porto, Athena

**PAULO, Amílcar (1985)** – *Os Judeus Secretos em Portugal*, Porto, Editorial Labirinto

**PAULO, Amílcar; MEA, Elvira Azevedo (1981)** – “O Contributo Científico-Judaico Para a Expansão Quatrocentista Portuguesa (A Escola de Sagres)”, in *Proceedings of the Seventh World Congress of Jewish Studies: History of the Jews in Europe*, Jerusalem, World Union of Jewish Studies

**PEARCE, Susan M. (1994).** *Interpreting objects and collections*. London: Routledge

**PEREIRA, Firmino (1914).** *O Porto d’Outros Tempos: notas históricas, memórias, recordações*. Porto: Livraria Chardron.

**PIGNATELLI, Marina (2008)** – *Interioridade e Exterioridades dos Judeus de Lisboa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

**PIMENTEL, Irene Flunser (2008).** *Judeus em Portugal Durante a II Guerra Mundial: Em Fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: Esfera dos Livros.

**PIMENTEL, Irene Flunser; MILGRAM, Avraham (2009).** “Refugiados na Segunda Guerra Mundial” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp.439-451

**PINTO, Ralf (2000).** *Renascimento da Comunidade Judaica do Algarve e Outros Acontecimentos Judaicos em Portugal 1991-2000*. Portimão: Ralf Pinto.

**REEVE, John (2006).** *Visitor's Guide to World Religions*. Londres: British Museum Press.

**REEVE, John (2012).** “A Question of Faith: The Museum as a Spiritual or Secular Space” in SANDELL, Richard; NIGHTINGALE, Eithne [Ed.] *Museums, Equality and Social Justice*. London e New York: Routledge.

**REMÉDIOS, J. Mendes dos (1895).** *Os Judeus em Portugal*, Vol. I. Coimbra: Alcalá.

**ROLDÃO, Víctor Sequeira (2000).** *Gestão de Projetos: Uma Perspectiva Integrada*. Lisboa: E. Monitor.

**RODRIGUES, Manuel Augusto (2009a).** “Hebraico (Ensino) ” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 256-263.

**RODRIGUES, Manuel Augusto (2009b).** “Hebraico (Língua) ” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 263-265.

**RODRIGUES, Manuel Augusto (2009c).** “Zacuto, Abraham Bar Samuel (c.1450-1522)” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 549.

**ROTH, Cecil (2001).** *História dos Marranos*. Porto: Editora Civilização.

**SANDELL, Richard (2007).** *Museums, Prejudice and the Reframing of Difference*, Routledge.

**SARAIVA, António José (1958)** – *A Política de Discriminação Social e a Repressão da Heterodoxia*, Lisboa, Jornal do Foro

**SARAIVA, António José (1969)** – *Inquisição e Cristãos-Novos*, Porto, Editorial Inova

**SCHMID, G. (1979)** *Principles of Integral Science of Religion*. The Hague: Mouton.

**SEGALEN, M. (2000)**. “O Rito, o Sagrado e o Símbolo” in *Ritos e Rituais*. Lisboa: Publicações Europa-América.

**SILVA, Armando Coelho F.; CENTENO, Rui M. S. [coord.] (2005)** – *Museu Judaico de Belmonte*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

**SIMÕES, M. J. Santos (1943)**. *Tomar e a sua Judiaria*. Tomar: Museu Luso-Hebraico.

**SOUSA, Armindo de (2000)** – “Tempos Medievais”, in *História do Porto* [Direção de Luís A. De Oliveira Ramos], 3ª edição, Porto, Porto Editora, pp. 120 a 253

**STEINHARD, Inácio (2009a)**. “BRIT-MILÁ (heb., «aliança da circuncisão») ” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 125.

**STEINHARD, Inácio (2009b)**. “BAR-MITZVÁ (Filho de mandamento, i. e., obrigado a cumprir os mandamentos)” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 80.

**STEINHARD, Inácio (2009c)**. “Jerusalém – Simbolismo” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 293-294.



**STUCZINSKY, Claude (2009).** “Marranismo” in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo [Ed.], *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença. Pp. 341-343.

**TAVARES, Maria de Fátima Amorim Nozes (2001).** *Ha-Lapid (O Facho): análise do Órgão Oficial da Comunidade Israelita do Porto*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição do Autor.

**TAVARES, Maria José Ferro (1982).** *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

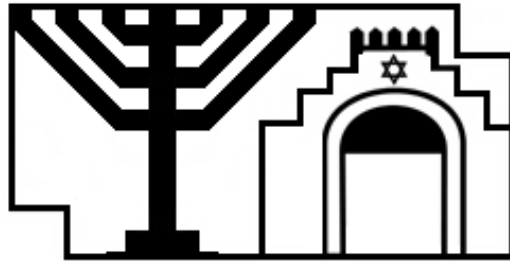
**TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1992).** “A Judiaria de Tomar” in Simões, J. M. Santos, *Tomar e a sua Judiaria*, Tomar: Câmara Municipal de Tomar.

**TWORUSCHKA, Monika; TWORUSCHKA, Udo (2010)** – *Religiões do Mundo: Judaísmo*. Lisboa: Círculo de Leitores.



## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE 1 – Regulamento Interno do Museu Judaico Barros Basto**



---

MUSEU JUDAICO BARROS BASTO  
COMUNIDADE ISRAELITA DO PORTO

---

# **REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU JUDAICO BARROS BASTO**

# REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU JUDAICO BARROS BASTO

## PREÂMBULO

*A reabilitação do Capitão Arthur Carlos de Barros Basto, o grande responsável pela criação da Comunidade Israelita do Porto e da Obra de Resgate, surge como o ponto de partida para a consciencialização da necessidade de haver uma instituição de gestão de património cultural que suprima o desconhecimento que existe, na maioria da população portuguesa, acerca de temas como o Judaísmo, a importância histórica e cultural judaica em Portugal e sobretudo a importância da obra do Capitão Barros Basto – o Apóstolo dos Marranos – no contexto sociopolítico do Século XX.*

*Assim, a Comunidade Israelita do Porto, reiterando o desejo de se assumir como uma instituição não só religiosa mas também cultural, sente a necessidade de criar uma estrutura que tem como principais objectivos a educação de públicos no que concerne às temáticas supra citadas, assim como a disponibilização, a investigadores, da documentação de que é depositária.*

*É de grande importância a criação de uma estrutura cultural que, por estar articulada com uma estrutura religiosa, terá uma posição privilegiada no combate ao desconhecimento existente sobre a temática na nossa sociedade.*

*A Assembleia Geral da Comunidade Israelita do Porto, reunida a ?? de ??? de 2012, afirma a decisão de criar o **Museu Judaico Barros Basto** e aprova e decreta o seguinte Regulamento Interno do Museu Judaico Barros Basto:*

# CAPÍTULO I

## DISPOSIÇÕES GERAIS

### ARTIGO 1.º – (Identificação e Enquadramento Orgânico)

Por Museu Judaico Barros Basto entende-se o conjunto de objetos museológicos expostos e em reserva na Comunidade Israelita do Porto e toda a informação a si associada, inserida ou não nas exposições permanentes e temporárias.

Também o próprio edifício onde se insere – Sinagoga Kadoorie Mekor Haim – e o Arquivo/Biblioteca da Comunidade Israelita do Porto fazem parte do Museu Judaico Barros Basto, devendo, portanto, ser entendidos como um todo.

Desta forma, o Museu Judaico Barros Basto, cuja sigla oficial é “M.J.B.B.”, é uma coleção visitável (Art. 4.º da Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto) que depende directamente da Comunidade Israelita do Porto (C.I.P.), sendo sua unidade orgânica e estando a sua administração a cargo dos órgãos de gestão dessa mesma Comunidade, nomeadamente da MAHAMAD (Direção).

A Comunidade Israelita do Porto é uma pessoa colectiva sem fins lucrativos que tem como principais objectivos “praticar a religião israelita, fortalecer a cultura hebraica e dar assistência moral e, tanto quanto possível, material aos seus irmãos de fé”.

Serve, portanto, este documento para manifestar formalmente a intenção de criar a instituição museológica supra referida.

### ARTIGO 2.º – (Localização)

O Museu Judaico Barros Basto localiza-se na sede da Comunidade Israelita do Porto (Sinagoga Kadoorie Mekor Haim) sita na:

*Rua Guerra Junqueiro, 340*  
*4150-386 Porto*  
*Portugal*

### ARTIGO 3.º – **(Missão)**

O Museu Judaico Barros Basto tem como Missão a aquisição, documentação, investigação, conservação e divulgação do património cultural relacionado com o Judaísmo histórico, religioso, social e cultural e com a vida e obra do Capitão Arthur Carlos de Barros Basto, promovendo, assim, o conhecimento e fruição dos objetos, documentos e publicações de que é depositário, dispondo um papel social activo no que diz respeito à educação cívica e social.

### ARTIGO 4.º – **(Objectivos)**

São objectivos do Museu Judaico Barros Basto:

- a) Adquirir, documentar, investigar e conservar acervo relativo ao Capitão Arthur Carlos de Barros Basto e à sua Obra de Resgate;
- b) Divulgar a vida e obra do Capitão Arthur Carlos de Barros Basto através de, pelo menos, uma exposição permanente;
- c) Adquirir, documentar, investigar, divulgar e conservar objetos, documentos e publicações relacionados com a herança cultural judaica (sua história e tradições);
- d) Disponibilizar, aos interessados, toda a informação que a Comunidade Israelita do Porto tenha em sua posse acerca de temas relacionados com o Judaísmo, a Comunidade Israelita do Porto, o Capitão Barros Basto e a Obra de Resgate;
- e) Promover, periodicamente, exposições temporárias sobre temas relacionados com o Judaísmo;
- f) Promover atividades didáticas e culturais fomentando o conhecimento acerca do Judaísmo e desmistificando ideias e preconceitos errados relacionados com o tema;
- g) Dar a conhecer o edifício da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim – Sede da Comunidade Israelita do Porto – e sua importância histórica, arquitetónica e simbólica.



## ARTIGO 5.º – (Logótipo)

Inspirado no logótipo da Comunidade Israelita do Porto, foi desenvolvido, também, um logótipo para o Museu Judaico Barros Basto de forma a que este organismo possa ser visualmente identificado através dele.

O logótipo do Museu Judaico Barros Basto é o que a seguir se apresenta:



(Logótipo Provisório)

## ARTIGO 6.º – (Horário de Funcionamento)

1. O Museu Judaico Barros Basto está aberto ao público de domingo a sexta-feira, excepto se esses dias coincidirem com feriados nacionais e municipais ou celebrações religiosas judaicas.

2. O Museu Judaico Barros Basto dispõe do seguinte horário nos dias em que se encontra aberto:

*domingo a quinta-feira: 9h – 19h*

*sexta-feira: 9h – 16h*

3. Apesar do horário fixo referido no número anterior, é ainda possível visitar o Museu noutros dias mediante marcação e confirmação da MAHAMAD (Direção) através dos contactos referidos no artigo 7.º do presente regulamento.

4. A Biblioteca e o Arquivo da Comunidade Israelita do Porto também poderão ser acedidos mediante marcação e confirmação da MAHAMAD (Direção) através dos contactos referidos no artigo 7.º do presente regulamento, gozando do mesmo horário de funcionamento.

## ARTIGO 7.º – (Contactos)

Os contactos para as marcações de visitas ao Arquivo, à Biblioteca ou ao Museu Judaico Barros Basto (nos dias em que este não se encontra aberto) ou para outros assuntos relacionados com o Museu são os seguintes:

**E-Mail:** [info@comunidade-israelita-porto.org](mailto:info@comunidade-israelita-porto.org)  
[direccao@comunidade-israelita-porto.org](mailto:direccao@comunidade-israelita-porto.org)

**Telefone:** +351 226 092 789

## ARTIGO 8.º – (Regime de Entradas)

1. As visitas ao Museu Judaico Barros Basto estão sujeitas à compra de um bilhete de ingresso cujo valor é o seguinte:

- *Individual (maiores de 16 anos): 5,00€*
- *Crianças e Jovens até 16 anos: 2,00€*
- *Escolas (grupos a partir dos 50 alunos acompanhados por professores): 1€*

2. Cabe à MAHAMAD (Direção) a revisão e actualização do preço do bilhete de ingresso.

3. Cabe à MAHAMAD (Direção) as decisões relativas aos descontos assim como às isenções de pagamento do bilhete de ingresso.

4. Todas as entradas no Museu e Arquivo/Biblioteca deverão ser registadas para posterior tratamento estatístico, de forma a que se possa construir uma maior e melhor percepção do público visitante.

5. A Comunidade Israelita do Porto tem o direito de não permitir a entrada de um ou mais visitantes no Museu Judaico Barros Basto, se assim se justificar.

## ARTIGO 9.º – (Direitos e Deveres dos Utilizadores)

1. Os visitantes têm o direito a:

- a) Usufruir dos serviços disponibilizados no Museu;

- b) Ser informados acerca do Regulamento do Museu e das regras da Comunidade Israelita do Porto.

2. Os visitantes têm o dever de:

- a) Aceitar e respeitar as regras da Comunidade Israelita do Porto, assim como as regras constantes no presente Regulamento;
- b) Aceitar e respeitar as indicações que lhe sejam dirigidas pelos funcionários do Museu ou por qualquer membro da Comunidade Israelita do Porto;
- c) Respeitar a santidade do local em termos de vestuário, linguagem e demonstrações públicas de afecto;
- d) Depositar sacos, guarda-chuvas ou outros objetos volumosos na recepção do Museu;
- e) Cumprir a sinalética do edifício;
- f) Fazer um bom uso das instalações visitadas e da documentação disponibilizada.

#### ARTIGO 10.º – (Visitas)

1. Todas as visitas, guiadas ou não, ao Museu Judaico Barros Basto serão sempre acompanhadas por um elemento designado pela MAHAMAD (Direção).

2. As visitas guiadas ao Museu Judaico Barros Basto deverão ser solicitadas previamente, de forma a estruturar, sempre que possível, um programa de serviço educativo para cada visitante ou grupo.

3. As visitas serão direccionadas não só no sentido da missão e objectivos do Museu como também no sentido das necessidades e expectativas de cada público visitante, criando-se, desta forma, um ponto de contacto.

## CAPÍTULO II

### DAS INCORPORAÇÕES

#### ARTIGO 11.º – (Definição)

Por incorporação entende-se o acto de “integração formal de um bem cultural” (n.º 1 do art. 13.º da Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto) no acervo do Museu Judaico Barros Basto.

A incorporação poderá ser realizada através de compra, doação, legado, herança, recolha, achado, transferência, permuta, afetação permanente, preferência ou dação em pagamento.

#### ARTIGO 12.º – (Política de Incorporação)

1. As decisões relativas à incorporação de bens culturais no acervo do Museu Judaico Barros Basto serão tomadas pela MAHAMAD (Direção) tendo sempre em consideração os seguintes pontos:

- a) Importância e coerência dos bens culturais incorporados no contexto da missão e objectivos do museu;
- b) Capacidade do museu, e das suas reservas, de albergar os bens culturais incorporados, tendo em atenção o espaço disponível, a segurança e a conservação futura desses mesmos bens.

2. A decisão de incorporar um bem ou bens culturais deverá ser acompanhada de um documento escrito e assinado pela MAHAMAD (Direção) onde conste a autorização da aquisição desses bens culturais, a sua identificação e o anterior proprietário.

3. Nos casos em que seja possível deverá existir um título de propriedade legal do bem ou dos bens incorporados.

4. Os bens culturais depositados no Museu Judaico Barros Basto, embora não possam ser incorporados, gozarão de tratamento igual aos restantes bens culturais. Nestes casos deverá ser firmado um contrato legal entre o Museu Judaico Barros Basto

(ou a sua tutela) e o proprietário ou proprietários dos bens depositados no museu, por forma a garantir as condições concretas do depósito, nomeadamente do período de permanência dos bens culturais no museu.

## CAPÍTULO III

### DA DOCUMENTAÇÃO

#### ARTIGO 13.º – **(Definição)**

A documentação (ou inventariação) caracteriza-se por ser “a relação exaustiva dos bens culturais que constituem o acervo” (n.º 1 do art. 16.º da Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto) do Museu Judaico Barros Basto.

A documentação deverá incluir uma ficha de inventário museológico devidamente preenchida (ANEXO A) e, sempre que se justifique, a documentação prevista nos n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º do presente regulamento.

#### ARTIGO 14.º – **(Número de Inventário)**

1. A todos os bens culturais incorporados deverá ser atribuído um número de registo de inventário único e intransmissível.

2. O número de registo de inventário será associado ao respectivo bem cultural da forma tecnicamente mais adequada.

3. Utilizar-se-á a seguinte forma de numeração de inventário: sigla do museu (ponto) ano de inventariação (ponto) número de série (*exemplo: MJBB.2012.1*).

#### **ARTIGO 15.º – (Ficha de Inventário)**

1. Todos os objetos museológicos constantes no acervo do Museu Judaico Barros Basto deverão ser obrigatoriamente objeto de elaboração da correspondente ficha de inventário

2. Para o preenchimento das fichas de inventário museológico, deverão ser seguidas as regras de procedimento para a inventariação do Museu Judaico Barros Basto (ANEXO B).

3. Serão realizadas duas cópias digitais de segurança das fichas de inventário, garantindo, assim, a protecção da informação no caso de perda das fichas originais que ficarão no museu. Uma das cópias ficará na posse do NASSY da MAHAMAD (Presidente da Direção da Comunidade Israelita do Porto) e a outra ficará na posse do SEGAN da MAHAMAD (Vice-Presidente da Direção da Comunidade Israelita do Porto).

## **CAPÍTULO IV**

### **DO ARQUIVO E BIBLIOTECA**

#### **ARTIGO 16.º – (Identificação)**

O Arquivo e Biblioteca da Comunidade Israelita do Porto fazem parte integrante do Museu Judaico Barros Basto, partilhando com ele o mesmo espaço físico, a mesma missão e objectivos.

#### **ARTIGO 17.º – (Acesso)**

O acesso à documentação do Arquivo e às publicações da Biblioteca do Museu Judaico Barros Basto é livre e gratuito, sendo apenas necessária a autorização prévia da MAHAMAD (Direção) conforme referido no n.º 4 do artigo 6.º do presente regulamento.

## CAPÍTULO V

# DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

### ARTIGO 18.º – (Casos Omissos)

A resolução dos casos não previstos no presente regulamento, assim como dos casos de dúvida em relação ao seu conteúdo, estará a cargo da MAHAMAD (Direção).

## **ANEXO A**

### **Ficha de Inventário do Museu Judaico Barros Basto**



## FICHA DE INVENTÁRIO

<b>MJBB.2012. _____</b>	<i>(fotografia)</i>
<b>N.º INV. FOTOGRÁFICO:</b> <b>LOCALIZAÇÃO:</b> <b>AUTOR:</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO GERAL</b>	
<b>INSTITUIÇÃO / PROPRIETÁRIO</b>	
<b>SUPER-CATEGORIA</b>	
<b>CATEGORIA</b>	
<b>SUBCATEGORIA</b>	
<b>DENOMINAÇÃO</b>	
<b>TÍTULO</b>	
<b>OUTRAS DENOMINAÇÕES</b>	
<b>Nº DE INVENTÁRIO</b>	
<b>Nº DE INVENTÁRIO ANTERIOR</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	
<b>REPRESENTAÇÃO</b>	
<b>ICONOGRAFIA</b>	
<b>INSCRIÇÃO</b>	
<b>OUTRAS</b>	
<b>PRODUÇÃO</b>	
<b>AUTORIA</b>	
<b>JUSTIFICAÇÃO/ ATRIBUIÇÃO</b>	
<b>OFICINA / FABRICANTE</b>	
<b>LOCAL DE EXECUÇÃO</b>	
<b>TIPO</b>	
<b>DATAÇÃO</b>	
<b>ANO(S)</b>	
<b>SÉCULO(S)</b>	
<b>JUSTIFICAÇÃO DA DATA</b>	
<b>INFORMAÇÃO TÉCNICA</b>	
<b>MATÉRIA</b>	
<b>TÉCNICA</b>	
<b>DIMENSÕES</b>	
<b>ALTURA (CM)</b>	
<b>LARGURA (CM)</b>	
<b>PROFUNDIDADE (CM)</b>	
<b>PESO (GR)</b>	
<b>OUTRAS DIMENSÕES (CM)</b>	

CONSERVAÇÃO	
ESTADO	
ESPECIFICAÇÕES	
DATA	
INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO	
LOCAL	
DATA DE SAÍDA	
DATA DE ENTRADA	
DESCRIÇÃO	
ORIGEM	
HISTORIAL	
EVOLUÇÃO	
OBJETOS RELACIONADOS	
DENOMINAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	
N.º DE INVENTÁRIO	
INCORPORAÇÃO	
DATA DE INCORPORAÇÃO	
MODO DE INCORPORAÇÃO	
OUTROS DADOS	
LOCALIZAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	
DATA	
REGISTOS	
TIPO DE REGISTO	
LOCALIZAÇÃO	
AUTOR	
N.º DE INVENT. DO REGISTO	
EXPOSIÇÕES	
TÍTULO	
LOCAL	
DATA DE INÍCIO	
DATA DE FIM	
Nº CATÁLOGO	
BIBLIOGRAFIA	
PUBLICAÇÃO	
DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
TIPO	
DESCRIÇÃO	
VALIDAÇÃO	
PREENCHIDO POR	
DATA	
ASSINATURA	

**– COMUNIDADE ISRAELITA DO PORTO –**

**SINAGOGA KADOORIE MEKOR HAIM – RUA GUERRA JUNQUEIRO, 340, 4150-386 PORTO**



# ANEXO B

## Regras de Procedimento para a Inventariação

Neste anexo serão apresentadas as regras de procedimento para a inventariação do acervo museológico do Museu Judaico Barros Basto.

Tendo por base as regras de inventariação propostas pelo IPM (2000), no que diz respeito às normas gerais de inventário para as artes plásticas e artes decorativas, apresentar-se-ão de seguida os tópicos a constar nas fichas de inventário do Museu Judaico Barros Basto (que por ser tão heterogénea a propósito das formas e dos materiais, apresentarão tópicos gerais, que, obviamente, não serão todos preenchidos em cada objeto, e em alguns casos, em nenhum dos objetos).

---

### **IDENTIFICAÇÃO GERAL:**

**Instituição/Proprietário** – identificação completa da instituição onde se encontra a peça a inventariar e colocar em parêntesis o nome do proprietário do caso dos depósitos.

**Super-categoria / Categoria / Subcategoria** – Designa os agrupamentos (e seus grupos e subgrupos) de objetos, tendo por base determinado tema, nomeadamente a técnica, os materiais base, a funcionalidade, etc.

Segundo a informação disponibilizada pelo Matriz do IMC, a coleção de objetos religiosos presente no Museu Judaico Barros Basto aqui estudada deveria ser inserida na Super-Categoria “Etnologia” e na Categoria “Ritual”, o que, convenhamos, é imensamente relativo. A título de exemplo será apresentada uma tabela com uma classificação por categorias (baseada na função que os objetos possuem e no seu sentido simbólico), e que será utilizada nos objetos museológicos relacionados com o culto judaico:

**Super-Categoria** – *Alfaías religiosas.*

(objetos utilizados no âmbito de rituais ou práticas religiosas ou ainda em contextos “seculares” a si associados).

**Categoria** – *Judaísmo; Cristianismo; Islão; Budismo; Hinduísmo; Taoísmo, Confucionismo; Jainismo; etc.*

(aqui serão apresentadas as religiões ou fés em que se inserem contextualmente os objetos ou alfaías religiosas)

**Subcategoria** – *Uso Contexto Religioso* (objetos usados aquando da prática de rituais religiosos colectivos ou individuais); *Uso Contexto Secular* (objetos usados no dia-a-dia, apesar de possuírem uma carga simbólica religiosa, ou estarem relacionados com determinada religião, sendo usados pelos seus praticantes); *Uso Contexto Misto* (objetos usados nos dois contextos já descritos); *Decoração* (objetos associados a uma religião ou credo, mas desinvestidos de uma função prática); *Celebração de Acontecimento* (objeto comemorativo de um acontecimento ligado a uma religião ou credo); *Outros* (objetos que não cabem em nenhuma das subcategorias anteriormente descritas).

**Denominação** – Identidade estrita e inequívoca do objeto, tendo em conta a função do mesmo e/ou o nome pelo qual é vulgarmente designado.

**Título** – Apresentação do título que alguns objetos possam ter. Este ponto pode substituir a denominação ou com ela coexistir.

**Outras Denominações** – Outros nomes pelos quais o objeto também é conhecido.

**Nº de Inventário** – Número pelo qual os objetos foram inventariados. No caso do Museu Judaico Barros Basto, uma vez que nunca se procedeu à numeração dos objetos, deverá utilizar-se a seguinte forma de numeração de inventário: sigla do museu (ponto) ano de inventariação (ponto) número de série (*exemplo: MJBB.2012.1*)

**Nº de Inventário Anterior** – Números de inventário anteriores ao que o objeto possui neste momento (objetos que são incorporados e que vêm de outras entidades museológicas).

### **DESCRIÇÃO:**

**Descrição** – Aqui é feita uma descrição minuciosa do objeto inventariado, partindo do geral para o particular.

### **REPRESENTAÇÃO:**

**Iconografia** – Descrição de toda a iconografia (linguagem visual a partir de imagens) que um objeto possa ter.

**Inscrição** – Apresentação de todas as inscrições presentes num objeto.

**Outras** – Apresentação de todas as outras formas de representação presentes num objeto.

### **PRODUÇÃO:**

**Autoria** – Todo e qualquer interveniente no processo de fabrico de um objeto, à excepção das entidades colectivas. Apresentação do nome completo, se possível, e dos pseudónimos (se existirem).

**Justificação / Atribuição** – Justificação da autoria do objeto (se este estiver assinado) ou atribuição hipotética de um autor (recorrendo à comparação de tipologias, à documentação associada, etc.).

**Oficina / Fabricante** – Local onde o objeto foi produzido (oficina, fábrica, etc.) – produção colectiva.

**Local de Execução** – Campo de abrangência geográfica vasta em que foi efectuada a produção do objeto.

**Tipo** – Apresentação da técnica utilizada para a produção do objeto (feito à mão, impresso, etc.)

### **DATAÇÃO:**

**Ano(s)** – Sempre que possível, registar o ano ou o período dentro do qual se compreende o fabrico do objeto.

**Século(s)** – Sempre que possível, registar o século ou o período dentro do qual se compreende o fabrico do objeto.

**Justificação da Data** – Se a datação estiver presente no objeto, a justificação fazer-se-á com a localização no objeto. Caso não esteja, a justificação será proposta a partir da semelhança com outros objetos e com base documental, referindo as fontes.

### **INFORMAÇÃO TÉCNICA:**

**Matéria** – Neste campo deverá constar os materiais, meios e suportes utilizados no fabrico do objeto.

**Técnica** – Regista-se neste campo todos os processos ou procedimentos utilizados na construção do objeto.

### **DIMENSÕES:**

**Altura / Largura / Profundidade** – Nestes tópicos serão sempre consideradas as dimensões máximas dos objetos, devendo ser utilizada como unidade de medição os centímetros (cm.). Em relação aos objetos bidimensionais, dever-se-á medir a altura e a largura. Nos objetos tridimensionais, considerar-se-ão as dimensões lançadas pela ordem seguinte: altura, largura e profundidade. Em relação aos objetos circulares ou sub-circulares, utilizar-se-á o diâmetro, no campo “Outras Medições”, descrito mais à frente.

**Peso** – Medido em gramas, poder-se-á, se se justificar, apresentar este valor.

**Outras Medições** – Além do diâmetro (expresso em centímetros) poderão ainda ser apresentadas outras medições, tais como as escalas, os quilates, etc.

### **CONSERVAÇÃO:**

**Estado** – Aqui será apresentado o estado de conservação do objeto. Para isso, utilizar-se-ão os cinco graus de conservação propostos pelo Programa Matriz do IMC, apresentados na seguinte tabela:

**Muito Bom:** Peça em perfeito estado de conservação.

**Bom:** Peça sem problemas de conservação (materiais estabilizados) mas que pode apresentar alguma(s) lacuna(s) e/ou falha( s).

**Regular:** Peça que apresenta lacuna(s) e/ou falha(s) e que necessita de intervenções de conservação e/ou restauro.

**Deficiente:** Peça em que é urgente intervir.

**Mau:** Peça muito mutilada que apresenta graves problemas de conservação.

**Especificações** – Aqui será apresentada a justificação da opção tomada no campo anterior, atendendo às marcas de degradação do objeto.

**Data** – Apresentação da avaliação do estado de conservação.

### **INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO:**

**Local** – Aqui será apresentado o local onde ocorreu a intervenção ao objeto.

**Data de Saída** – Data de saída do objeto da exposição ou da reserva, para ser intervencionado.

**Data de Entrada** – Data de entrada do objeto na exposição ou na reserva, após ser intervencionado.

**Descrição** – Descrição da intervenção ou intervenções feitas a nível da conservação e do restauro. Deverá ser apresentado também o nome da ou das pessoas que procederam à intervenção.

### **ORIGEM:**

**Historial** – Aqui será descrito o percurso realizado pelo objeto desde que foi executado (o seu contexto de criação e utilização), passando à sua condição de objeto museológico, até ter chegado até onde chegou na actualidade.

**Evolução** – Descrição de alterações significativa da forma ou função original do objeto e dos novos significados e funções.

### **OBJETOS RELACIONADOS:**

**Denominação / Localização / N.º de Inventário** – Aqui serão salvaguardadas as relações existentes entre o objeto inventariado e outros que, por qualquer motivo ou circunstância lhe estão ou estiveram remotamente associados. Serão apresentadas as denominações, as localizações e o n.º de inventário desses mesmos objetos.

### **INCORPORAÇÃO:**

**Data de Incorporação** – Apresentação da data em que o objeto entrou na instituição onde se encontra.

**Modo de Incorporação** – Modo como essa incorporação se deu: achado (descoberto), aquisição (comprado), depósito (quando um objeto se encontra numa instituição que não é a proprietária legal do mesmo, situação que pode ser de curta ou longa duração), desconhecido, doação, legado, transferência, outros (permutado, criado, etc.).

**Outros Dados** – Apresentação de dados que complementem o campo anterior.

### **LOCALIZAÇÃO:**

**Localização** – Local onde se encontra o objeto (instituição, sala, se em exposição ou reserva).

**Data** – Data da última movimentação.

### **REGISTO:**

**Tipo de Registo** – Tipo de registo do objeto (fotografia e seu tipo, filme, etc.).

**Localização** – Localização do registo efectuado ao objeto.

**Autor** – Nome do autor ou empresa que fez o registo.

**N.º de Invent. do Registo** – Apresentação do número do inventário do registo efectuado, se for política da casa fazê-lo.

### **EXPOSIÇÕES:**

**Título / Local / Data de Início / Data de Fim** – Aqui serão apresentados estes tópicos no que concerne à presença do objeto inventariado em exposições.

**N.º de Catálogo** – Apresentação do número do objeto no catálogo da exposição (se existir).

### **BIBLIOGRAFIA:**

**Publicação** – Aqui será apresentada toda a bibliografia, devidamente referenciada, em que o objeto inventariado aparece, ou então obras relacionadas com este tipo de objetos.

### **DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA:**

**Tipo** – Apresentação de toda a documentação associada que, de algum modo, tenha sido gerada pelo objeto museológico que está a ser inventariado, ou que nele se tenha inspirado. Dever-se-á especificar qual o formato e/ou as características da documentação associada.

**Descrição** – Deverá explicar qual a sua relação com o objeto em causa.

### **VALIDAÇÃO:**

**Preenchido Por / Data / Assinatura** – Nome da pessoa que preencheu a ficha de inventário, assim como a data desse preenchimento e a assinatura.

---

## **Bibliografia Fundamental:**

**IPM (2000)** *Normas Gerais de Inventário de Artes Plásticas e Artes Decorativas*.  
Direção de Serviços de Inventário / Instituto Português de Museus.



## **APÊNDICE 2 – Descrição dos Painéis Informativos**



## SALA DO JUDAÍSMO

### Painel 1

<b>Título</b>	JUDAÍSMO, JUDEUS E SEUS SÍMBOLOS
<b>Texto</b>	<p>Ao contrário do que acontece com outras religiões, o Judaísmo define como <b>judeu (hebreu ou ainda israelita) aquele que descende de uma mãe judia e que não professe qualquer outra fé</b>. Assim, todos aqueles que conseguirem traçar uma descendência matrilinear até uma antepassada reconhecida como judia, poderão ser reconhecidos como judeus. No entanto, as conversões são também aceites, apesar de este ser um processo complicado que apenas é concluído após uma sólida formação, um teste e um rigoroso exame dos motivos que levaram o candidato a querer abraçar esta nova religião.</p> <p>O Judaísmo não se pauta pelo proselitismo (encorajamento das conversões) e é entendido não só como uma <b>religião</b>, mas também como um conjunto de pessoas que partilham uma <b>história</b>, uma <b>cultura</b> e uma <b>forma de vida</b>.</p> <p>O seu princípio base é a <b>unicidade absoluta de D'us</b> (monoteísmo), a quem atribuem a Criação (do mundo e do Homem), reconhecendo-Lhe atributos como a onnipresença, onnipotência e a omnisciência, e cuja identidade é tão sagrada que nem se quer é escrito o Seu nome. Desta forma refutam completamente a idolatria.</p> <p>Apesar de o Judaísmo ser considerado uma religião universal – cujo conteúdo se aplica a toda a Humanidade –, existe, também, a noção do judeu e do não-judeu. Se os judeus têm a obrigatoriedade de cumprirem todos os preceitos da religião (num total de 613), os não-judeus apenas têm de observar as 7 Leis de Noé:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Instituir um sistema judicial;</li><li>2. Proibição da blasfémia;</li><li>3. Proibição da idolatria;</li><li>4. Proibição do incesto e do adultério;</li><li>5. Proibição do homicídio;</li><li>6. Proibição do roubo;</li><li>7. Proibição de consumir uma parte de um animal vivo.</li></ol> <p>Existem alguns símbolos identitários associados ao Judaísmo. Dois dos mais característicos são o <i>Menorah</i> e a <i>Maguen David</i>.</p> <p>O <b>Menorah</b>, ou candelabro de sete braços, é um dos símbolos mais representativos da religião judaica e dos judeus. Terá sido feito obedecendo a instruções de Moisés, inspirado pela revelação divina, aquando da errância dos judeus pelo Deserto do Sinai.</p>

	<p>Composto de uma haste de onde partem três braços de cada lado, este grande candelabro de ouro possuía em cada um dos seus braços um recipiente onde era colocado óleo ritual de forma a acender uma chama. O número de braços que possui é muitas vezes associado ao <i>Shabat</i> (7º dia da semana) e às sete direções do mundo: este, oeste, norte, sul, cima, baixo e a localização do Homem. Após a peregrinação pelo Deserto, o <i>Menorah</i> foi transferido para Canaã sendo, posteriormente, colocado no Templo de Jerusalém. Com a destruição do Segundo Templo de Jerusalém e a consequente transferência do <i>Menorah</i> para Roma (episódio representado no Arco de Tito), passou a representar a identidade judaica, estando, hoje, representado nos lares judaicos, assim como no selo do Estado de Israel.</p> <p>Já o <i>Maguen David</i>, ou Escudo de David (conhecido, erradamente, por Estrela de David), caracteriza-se por ser o símbolo que, em todo o mundo, é mais associado aos judeus. Formado por dois triângulos sobrepostos em posições inversas, este símbolo representa os três grandes momentos da história judaica – Criação, Revelação e Redenção –, assim como os três pilares da fé judaica – D’us, Terra/Povo e Homem.</p> <p>Tendo chegado a ser usado nas roupas dos judeus, como medida discriminatória, <i>Maguen David</i> tornou-se, mais tarde, com o Movimento Sionista, o símbolo do Movimento Nacional Judaico estando, actualmente, representado na bandeira nacional do Estado de Israel.</p>
<b>Citações</b>	<p><i>“Que quer dizer sentir-me judeu? Quer dizer sentir-me eu próprio. Uma pessoa que vem de longe, que atravessou muitas vidas numa só e que sempre teve como ponto de referência o ser judeu. Ser judeu quer dizer prestar atenção, fazer o melhor possível para garantir alguma certeza a si mesmo e aos outros. Quer dizer saber ser olhado com suspeita, com inveja ou com respeito excessivo, mas de qualquer modo como um perigo. Ser judeu quer dizer ter de defender-se, tentar construir uma força interior para não ser destruído. Ser judeu quer dizer ter a responsabilidade de levar para a frente a cultura de um povo com mais de cinco mil anos de história e que ninguém ainda conseguiu, apesar das muitíssimas tentativas, exterminar, mandar calar. Ser judeu é um exercício de modéstia. É preciso saber a priori que nem tudo é acessível a um judeu, assim como a um pessoa de cor, a um homossexual ou um cigano.”</i></p> <p><b>(Alain Elkann (2004). Mitzváh. Lisboa: Cavalo de Ferro Editores. Pg. 15-16)</b></p>
<b>Imagens</b>	Imagem de Estrela de David; Imagem do pormenor do Arco de Tito
<b>Objetos</b>	Peça de impressão com estrela; Menorah
<b>Há-Lapid</b>	3

<b>Fontes e Bibliografia</b>	Attias e Benbassa, 2000: 212; Coelho e Centeno, 2005: 132 e 136; Cohn-Sherbok, 2009:28; Mucznik, 2009b: 296-298; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 12-13; Elkann, 2004.
<b>Painel 2</b>	
<b>Título</b>	TANACK, TALMUD E O HEBRAICO
<b>Texto</b>	<p>A aprendizagem e o estudo constante são importantíssimos no Judaísmo, devendo, sobretudo os rapazes, ser encorajados a dedicarem-se de forma intensiva ao estudo dos textos religiosos.</p> <p><b>Tanach</b>, ou a <b>Bíblia Hebraica</b>, é uma abreviatura das três partes que compõe este livro: <b>Torah</b> (os cinco livros de Moisés ou Pentateuco), <b>Neviim</b> (ou Profetas) e <b>Kethuvim</b> (Textos). A mais importante destas partes é a <i>Torah</i> que quer dizer “instrução” ou “lei” e é lida ao longo de um ano às segundas, quintas, sábados (<i>Shabatot</i>), dias festivos e jejuns em público numa Sinagoga. Ao todo são 54 as partes – <i>Parasha/Parashiot</i> – lidas a partir do Rolo da <i>Torah</i> (<i>Sepher Torah</i>) que é um pergaminho manuscrito em caracteres hebraicos quadrados seguro por duas hastes.</p> <p>Segundo os judeus ortodoxos estes cinco livros terão sido escritos por Moisés após uma revelação de D’us.</p> <p>Os Livros que compõem a <i>Torah</i> são:</p> <p><b>Gênesis</b>: onde se descreve a criação do mundo e do Homem, o pecado original, o dilúvio de Noé, a destruição da Torre de Babel, o pacto entre D’us e Abraão – e todos os seus descendentes (Povo Escolhido) – e a história dos restantes Patriarcas – Isaac, Jacob, Esaú e José;</p> <p><b>Êxodo</b>: onde são relatados os sofrimentos dos judeus ou israelitas (descendentes de Israel ou Jacob) escravizados pelo Egito, a saída (êxodo) dos israelitas do Egito pelas mãos de Moisés e a entrega das Tábuas da Lei (os Dez Mandamentos) no Monte Sinai;</p> <p><b>Levítico</b>: onde são descritos os requisitos culturais e regras de procedimento moral dos israelitas;</p> <p><b>Números</b>: onde se relata a errância pelo deserto e as primeiras conquistas da Terra Prometida (Canaã);</p> <p><b>Deuterónimo</b>: onde são descritos os últimos discursos de Moisés antes da sua morte.</p> <p>O <b>Talmud</b> é uma compilação de livros e ensaios com comentários acerca da</p>

	<p>doutrina judaica, como resultado de muitas discussões em torno do <i>Tanack</i>. O <i>Talmud</i> é composto pela <i>Mishnah</i> (que se subdivide em <i>Halaca</i> – mandamentos religiosos – e <i>Haggada</i> – narrativas e considerações teológicas) e pela <i>Guemara</i> (síntese e conclusão da <i>Mishnah</i>). O <i>Talmud</i> representa, no fundo, um conjunto de estudos, por vezes contraditórios, acerca da <i>Torah</i>, mas que ajudam os judeus a entender e a discutir questões em torno dos textos sagrados.</p> <p>É em <b>hebraico</b>, a língua sagrada do Judaísmo, que os textos sagrados são escritos e as orações proferidas. Para os judeus, terá sido esta a língua usada por D’us na Criação do mundo e aquela falada por Adão e Eva, sendo, também, a língua da Revelação. Esta língua semita é composta por 22 letras e não possui vogais. Com a Primeira destruição de Jerusalém e do Templo, o hebraico clássico caiu em desuso tendo sido substituído pelo aramaico. Só no Século XIX é que a língua renasceu – o hebraico moderno – tendo-lhe sido acrescentadas algumas alterações.</p>
<b>Citações</b>	<p>“<i>Tem direito, aquele que se lembra.</i>”</p> <p><b>Chaïm Weizmann (Primeiro Presidente do Estado de Israel)</b></p>
<b>Imagens</b>	Torah; alfabeto hebraico
<b>Objetos</b>	Sefer Torah; Talmud
<b>Há-Lapid</b>	-
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Blech, 2004: 73-137; Gaarder, 2007: 116-119; Rodrigues, 2009a e 2009b; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 22-25; Khân, 2012.

### Painel 3

<b>Título</b>	CRONOLOGIA DA HISTÓRIA JUDAICA		
<b>Texto</b>	CRONOLOGIA DO JUDAÍSMO		
	DATAS	ACONTECIMENTOS	
	c. 2000 – 1750 a. E. v. (antes da Era vulgar)	Era dos Patriarcas (Abraão, Isaac e Jacob).	
	c. 1750	Jacob, José e sua família fixam-se no Egito.	
	Séculos XVII / XVI	Domínio do Egito por parte da Dinastia asiática dos Hicsos (escravatura).	
	Séculos XIII / XII	Êxodo do Egito, errância no Deserto do Sinai e Estabelecimento em Canaã. Era dos Juizes.	
	Século XI	Instauração da Monarquia com o Reinado de Saul.	
	Século X	Era do Rei David e da conquista de Jerusalém. Era do Rei Salomão e da construção do Primeiro Templo.	
	c. 930	Morte do Rei Salomão e divisão do Reino: Judá (a Sul) e Israel (a Norte).	
	Meados Século IX	Era dos Profetas Elias e Eliseu.	
	Século VIII	Era dos Profetas Amos, Oseias, Miqueias e Isaías.	
	Finais Século VIII	O Rei Ezequias de Judá procede a uma reforma do culto.	
	Finais Século VII	Reformas do Rei Josias.	
	721	O Reino de Israel é invadido pelos assírios.	

586	Deportação das Dez Tribos do Norte. Destruição do Primeiro Templo pelos Babilônios.	
586 – 538	Exílio dos Judeus na Babilónia.	
538	A Babilónia cai nas mãos dos Sírios. Regresso dos hebreus a Jerusalém e reconstrução do Templo.	
Século V	O escriba Ezra lidera um processo de renovação religiosa.	
Séculos IV / III	A Judeia cai na órbita, respectivamente, dos Impérios Persa, Macedónico e Egípcio.	
198	A Judeia é conquistada pelos selêucidas.	
164	Revolta dos Macabeus, que obtêm uma independência precária.	
63	A Judeia torna-se parte do Império Romano.	
37 a. E. v. – 4 e. v. (Era vulgar)	Reinado de Herodes. Reconstrução do Templo.	
Século I	Era dos fariseus, saduceus e essênios.	
70	Destruição do Segundo Templo de Jerusalém durante a Guerra dos Judeus.	
132 – 135	Rebelião de Simeão bar Kochba, que acaba por ser esmagada.	
Finais Século II	Criação da academia rabínica de Javneh.	
Século III	Compilação da Mishnah por Judá ha-Nasi.	
Finais Século IV	Compilação do Talmude de Jerusalém.	
Século VI	Compilação do Talmude da Babilónia.	
c. 800	O Pacto de Omar regulamenta a vida dos judeus no Império Muçulmano.	
Século IX / X	As comunidades judaicas espalham-se pela Europa, Norte de África e Iraque.	
Séculos X – XII	<b>Era de prosperidade dos judeus na Península Ibérica.</b>	
1096	Massacre dos judeus da Renânia durante a Primeira Cruzada.	
Finais do Século XI	Compilação dos comentários bíblicos de Rashi.	
Meados do Século XII	O filósofo Maimónidas elabora o código da lei judaica.	
1291	Expulsão dos judeus de Inglaterra.	
A partir do Século XIII	Protecção dos judeus na Polónia.	
Finais do Século XIII	Aparecimento do Zohar e da tradição mística da Cabala.	
1492	Expulsão dos judeus do Reino de Leão e Castela (Espanha).	
1496	<b>Expulsão/Conversão dos judeus de Portugal. Emigração.</b>	
1506	<b>Massacre de Lisboa.</b>	
1536	<b>Surge o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em Portugal.</b>	
1648	Massacre de Chmielnicki na Polónia / Lituânia.	
Início do Século XVIII	Aparecimento do Hassidismo na Europa Oriental.	
Meados do Século XVIII	Iluminismo Judaico com Moisés Mendelssohn.	
Séculos XVIII / XIX	Atribuição gradual de direitos civis aos judeus da Europa.	
Século XIX	Expansão do movimento da Reforma na Europa Ocidental e nos EUA.	
1880 – 1920	Pogroms contra os judeus na Europa Oriental. Emigração em massa para os EUA.	
1896	Caso Dreyfus em França.	
1897	Theodor Herzl convoca Primeiro Congresso Sionista na Basileia.	
1904	Inauguração da Sinagoga Sharé Tikva, em Lisboa	
1912	Legalização da Comunidade Israelita de Lisboa	
1919	A Sociedade das Nações atribui ao Reino Unido a administração da Palestina.	
1926	<b>Legalização da Comunidade Israelita do Porto</b>	
1929	<b>Criação do Instituto Teológico Israelita do Porto – Yeshivah Rosh Pinah</b>	

	1938	Inauguração da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, no Porto.
	1933 – 1945	Noite de Cristal na Alemanha. Shoah / Holocausto Apoio português a imigrantes e refugiados da 2ª Guerra Mundial
	1948	Criação do Estado de Israel.
	1989	Legalização da Comunidade Judaica de Belmonte.
	1996	Inauguração da Sinagoga Beit Eliahu, em Belmonte.
Citações	<p><i>“Por ocasião do desaparecimento do Segundo Templo cerca de 70 da nossa era, que o judaísmo rabínico foi confrontado com um terrível desafio: face à derrota militar, à destruição do santuário de Jerusalém, à deportação para a Babilónia e à ocupação do seu território pelas legiões romanas, este judaísmo rabínico foi obrigado a «reposicionar-se» e a aprender a viver num meio estranho e por vezes bastante hostil. Foi então que um erudito das Escrituras, de nome Samuel (III século E. v.) emitiu um princípio suposto regular a coexistência entre um povo monoteísta e uma potência ocupante pagã. Esse dictum intitula-se Dina de-Malkhut dina: a lei do reino é lei (que se impõe a todos). Não é possível transgredi-la impunemente; convém, porém, limitar-lhe a aplicação se ela voltasse a pôr em causa pontos fundamentais da essência do judaísmo. Foi este sábio princípio que permitiu aos judeus atravessar séculos de anti-semitismo sem grandes problemas e sem jamais renegar as suas doutrinas fundamentais...”</i></p> <p><b>(HAYOUN, Maurice-Ruben (2007). O Judaísmo. Lisboa: Teorema. Pg. 150-151)</b></p>	
Imagens	Imagens de autos-de-fé;	
Objetos		
Há-Lapid	4; 98	
Fontes e Bibliografia	Attias e Benbassa, 2000; Blech, 2004; Gaarder et al., 2007; Cohn-Sherbok, 2009; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 14-15; <i>Museo Sefardi Toledo</i> , 2011; Hayoun, 2007; Azevedo, 1975; Coelho, 1998; Coelho, 2002; Gilbert, 2011; Herculano, s/d; Martins, 2006b; Olival, 2001; Saraiva, 1958; Saraiva, 1969; Paulo e Mea, 1981.	
Painel 4		
Título	JERUSALÉM E AS ORAÇÕES	
Texto	<p><b>Jerusalém</b> é a principal cidade do Judaísmo e a cidade que nunca sai do pensamento de um judeu, sobretudo durante as orações.</p> <p>Conquistada pelo Rei David, que aí ergueu a capital do seu Reino, Jerusalém foi também palco da construção do <b>Primeiro Templo de Jerusalém</b> mandado erguer pelo Rei Salomão. Após a destruição deste Primeiro Templo pelos Babilónios (586 a.E.v.) é construído o <b>Segundo Templo</b> pelo Rei Herodes que é, mais uma vez, destruído pelos romanos (70 E.v.), iniciando-se, pouco depois, o exílio dos judeus e a sua dispersão pelo</p>	



	<p>mundo. Foi esta a cidade que D’us escolheu para “estabelecer aí o Seu nome”, sendo que os judeus nunca se poderão esquecer dela.</p> <p>Hoje apenas ao Muro Ocidental desse Segundo Templo perdura – o <b>Muro das Lamentações</b> – sendo, portanto, o local mais importante do Judaísmo. Milhares de judeus de todo o mundo peregrinam até lá de forma a poderem rezar bem perto deste marco histórico e simbólico da religião Judaica.</p> <p>No Judaísmo o acto de <b>orar</b> é bastante importante uma vez que é o único meio de contactar diretamente com D’us. As orações podem ser individuais ou coletivas, sendo a mais conhecida o <b>Shema Israel</b> (“Escuta, Israel! O Senhor é o nosso D’us, o Senhor é uno!”). Os judeus rezam três vezes ao dia: de manhã (<i>shacharit</i>), à tarde (<i>mincha</i>) e à noite (<i>maariv ou arvit</i>) e usam o <b>Sidur</b>, o livro judaico de orações.</p> <p>Durante as orações e quando entram na Sinagoga, os judeus costumam usar um <b>kippah</b> (solidéu) mostrando o seu respeito para com D’us. Os judeus mais ortodoxos usam-no todo o dia. Também usam um xaile de orações com riscas pretas ou azuis nas orlas chamado <b>tallit</b>, assim como duas pequenas caixas pretas quadradas de couro – <b>tefilim</b> (filactério) – que deverão ser presas na parte superior do braço (menos usado) e na testa, recorrendo a correias incorporadas no couro. No interior dessas caixas encontram-se referências bíblicas do Livro do Êxodo e do Deuteronómio escritas em pergaminho manuscrito. Alguns judeus usam ainda o <b>tsitsit</b>, que consiste numa franja ou borda presa a um casaco por baixo da camisa.</p>
<b>Citações</b>	<p><i>“Pálidos e curvados por uma existência inteiramente dedicada ao estudo, estes velhos encarnavam a perpetuidade da presença judia em Jerusalém. Rabinos, talmudistas ou doutores da lei, eles tinham sobrevivido de século em século, parcela quase ignorada pela comunidade dispersa. Eles tinham prestado honras ao dia do Sabat e fixado todos os actos das suas pobres vidas segundo os preceitos sagrados. Decoraram os versículos da Torah e copiaram cuidadosamente os textos do Talmude os quais transmitiam de geração em geração. Prostravam-se todos os dias diante do Muro das Lamentações implorando ao D’us de Abraão o regresso do seu povo à terra de onde tinha sido expulso. Nunca tal dia parecera tão próximo.”</i></p> <p><b>(LAPIERRE, Dominique; COLLINS, Larry (2001). Oh Jerusalém. s.l.: Bertrand Editora. Pg. 9)</b></p>
<b>Imagens</b>	Imagens de Jerusalém e do Muro das Lamentações e representações do Templo de

	Jerusalém
<b>Objetos</b>	Kippah; Tefilim; Sidur; Talit; Tsitsit
<b>Há-Lapid</b>	87
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Attias e Benbassa, 2000: 152-154; Blech, 2004: 312-325; Steinhardt, 2009c: 293-294; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 26-29; Lapierre e Collins, 2001
<b>Painel 5</b>	
<b>Título</b>	DO NASCIMENTO À MORTE – O Nascimento e a Infância
<b>Texto</b>	<p>No início do Genesis, D’us ordena a Adão e Eva que se multipliquem. Esta <i>Mitzvah</i> (mandamento) é uma obrigação que os judeus devem levar em consideração, devendo, portanto, ter filhos.</p> <p>É com um <i>Mazal Tov</i> (Boa Sorte) que é costume os judeus saudarem um acontecimento, inclusivamente é costume dirigir esta expressão aos pais de uma criança quando esta nasce.</p> <p>Após o nascimento, todos os rapazes são circuncidados ao oitavo dia de vida (salvo se este tiver algum problema de saúde que o impeça de o fazer na altura), numa cerimónia designada por <i>Brit Milá</i> (<b>‘Aliança da Circuncisão’</b>), um ritual iniciado com o Patriarca Abraão como símbolo da Aliança entre D’us e o Povo Escolhido. Nesta cerimónia, o prepúcio do recém-nascido é cortado pelo <i>mohel</i> – um profissional treinado para o fazer – dando-se o nome ao bebé. É comum o padrinho sentar-se numa cadeira alta, própria, com o afilhado ao colo enquanto se procede a operação cirúrgica, devendo estar também presentes, pelo menos, o pai e dez judeus homens maiores de idade (<i>minyán</i>). No final o pai profere uma oração pedindo protecção para a mãe e o filho.</p> <p>Também é frequente encontrar-se uma cadeira vazia na sala onde é feito este procedimento – a <b>Cadeira de Elias</b> – pois, segundo a tradição, o Profeta Elias está presente em todas as circuncisões, em que se renova a esperança da vinda do Messias.</p> <p>As raparigas não são circuncidadas, no entanto, é-lhe atribuído o nome numa cerimónia – <b><i>Zeved Habat</i> ou <i>Simhat Habat</i> (alegria da filha)</b> – realizada no primeiro <i>Shabat</i> após o nascimento, onde o pai participa nos ofícios religiosos e profere uma bênção dirigida à mãe e à filha.</p> <p>É comum, ao trigésimo dia de vida de um rapaz primogénito, o pai oferecer a um Cohen (descendente da linha sacerdotal de Aarão, irmão de Moisés) um pagamento simbólico (uma pequena quantia de dinheiro ou uma peça em prata) numa cerimónia denominada por <b><i>Pidyan Ha-Ben</i></b>. Este ritual além de relembrar a última praga ocorrida no Egito (a morte dos primogénitos egípcios enquanto os judeus foram poupados), tem a objetivo de redimir o primeiro filho da função para que era designado originalmente – a</p>

	<p>de sacerdote –, responsabilidade atribuída posteriormente aos Cohanim (plural de Cohen).</p> <p>No Judaísmo a questão da <b>educação</b> é extremamente importante, sendo a educação das crianças levada bastante a sério. Entre o lar e a sinagoga, as crianças aprendem os valores humanos básicos, os fundamentos da religião, o hebraico e os textos sagrados. Este processo prepará-los-á para a maioridade onde serão capazes de intervir nos cultos religiosos públicos.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	
<b>Objetos</b>	Cadeira de Elias, material de circuncisão, livro de registo das circuncisões
<b>Há-Lapid</b>	
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Attias e Benbassa, 2000: 184, 189; Blech, 2004: 205-241; Gaarder et al., 2007: 123-126; Cohn-Sherbok, 2009: 91-97; Steinhardt; 2009a; Steinhardt; 2009b; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 42-49; <i>Museo Sefardi Toledo</i> , 2011: 172-181.
<b>Painel 6</b>	
<b>Título</b>	DO NASCIMENTO À MORTE – A Maioridade e a Vida Adulta
<b>Texto</b>	<p>Aos 13 anos os rapazes judeus atingem a idade adulta. No <i>Shabat</i> seguinte ao seu aniversário é realizado o <b>Bar-Mitzvá (filho do mandamento)</b>, em que o rapaz participa pela primeira vez nos serviços religiosos, passando a contar para o <i>minyan</i> (quórum mínimo de dez homens adultos judeus obrigatórios para a realização de orações públicas). Posteriormente é comum a realização de uma festa oferecida pelos pais, de forma a celebrar esta etapa importante da vida judaica. É também a partir deste momento que passam a usar as <i>tefilin</i> e o <i>talit</i>.</p> <p>Em relação às raparigas, estas atingem a maioridade – <b>Bat-Mitzvá (filha do mandamento)</b> – automaticamente ao completarem 12 anos. No entanto, recentemente, é comum as raparigas participarem numa parte dos ofícios religiosos e de lhes ser oferecida uma festa de comemoração além de poderem proferir algumas palavras aquando da santificação do vinho do <i>Shabat</i> – o <i>Kiddush</i>.</p> <p>A próxima grande etapa de um judeu é, sem dúvida, o <b>casamento – Nissuín</b> –, na medida em que a família desempenha um papel bastante importante no Judaísmo. Instituído por D'us, o casamento é única forma de coabitação permitida, sendo o celibato reprovado. Apesar de ser normal o casamento entre judeus, é cada vez mais frequente o casamento misto (entre judeus e não-judeus).</p> <p>No ritual judaico é frequente a mulher purificar-se antes do casamento na <i>Mikvé</i></p>

	<p>(tanque ritual de purificação composto por águas pluviais), preparando-se, desta forma, para o casamento. No dia do enlace não é comum os noivos verem-se até à cerimónia, assim como é normal ambos jejuarem. A cerimónia efectua-se sob um toldo ou dossel – a <b>Chupah</b> – que simboliza o céu, assim como o novo lar que será formado e é iniciada com a noiva a dar sete voltas ao noivo o que simboliza as sete vezes que surge na <i>Torah</i> “quando um homem recebe uma esposa”, podendo, também, simbolizar o sétimo dia da semana – o <i>Shabat</i> – ou ainda a captura de Jericó por Josué, em que este marchou por sete vezes ao seu redor. O oficiante da cerimónia, geralmente um rabino, pronuncia sete bênçãos enquanto os noivos partilham um <b>copo de vinho</b> (que simboliza a alegria e contentamento) e, posteriormente, o noivo coloca o <b>anel</b> no dedo indicador da mão direita da noiva. A aceitação, por parte da noiva, do anel expressa o seu consentimento. Mais tarde é lido o contrato nupcial – o <b>Ketubah</b> – onde constam as obrigações matrimoniais do marido para com a mulher, incluindo o apoio que este deve prestar à esposa em caso de divórcio, salvaguardando-a. No final, o noivo <b>parte um copo</b> com o pé, relembrando, desta forma, a destruição do Templo de Jerusalém, que nunca deverá ser esquecida.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	
<b>Objetos</b>	Lista de Bar/Bat Mitzvá; ketubah, lista de casamentos da Sinagoga, chupah, copo de vinho, anel,
<b>Há-Lapid</b>	
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Igual ao Pannel 5.
<b>Pannel 7</b>	
<b>Título</b>	DO NASCIMENTO À MORTE – A Morte
<b>Texto</b>	<p>Na tradição judaica, a crença numa outra vida após a morte está bastante enraizada. Assim, a morte é a última grande etapa na vida humana, devendo ser tratada com o máximo de respeito.</p> <p>Na hora da morte ou no <b>funeral</b> os parentes mais próximos do defunto – filhos, pais, irmãos e conjugues – costumam <b>rasgar a própria roupa (Keriá)</b> em representação da dor, da angústia e da importância dada àquele membro da família. O corpo, que nunca deverá ser deixado sozinho, é cuidadosamente preparado para o enterro, com a realização da <b>tahara</b> (ritual de lavagem do corpo, corte de unhas e cabelo) após o qual se enrola o corpo numa <b>mortalha branca e limpa de linho ou algodão (Tachrichim)</b>, sendo frequente, também, os homens serem enterrados com o seu <i>talit</i>. O enterramento deverá ocorrer o mais rapidamente possível e o corpo deverá ser enterrado num <b>caixão simples</b></p>

	<p>(sem adornos) de madeira, evitando, desta forma, a ostentação dos ricos em relação aos pobres. O caixão é enterrado enquanto são proferidas algumas orações em que se destaca o <i>Kaddish</i>, uma oração de consagração do nome de D'us em aramaico, recitada em direção a Jerusalém. Uma lápide – <b>Mazewa (marca)</b> – é colocada sobre a terra que cobre o caixão e pretende lembrar o defunto.</p> <p>Após o enterro, os familiares deverão reservar um período de sete dias de luto – <i>Shivá</i> – em que deverão permanecer num só local. Assim, todos aqueles que desejem expressar as suas condolências poderão fazê-lo. Existe ainda mais duas etapas de luto: o <i>Sheloshim</i>, que é o período de 30 dias após o <i>Shivá</i>, em que existem algumas restrições especiais apesar do luto ser menos carregado; e o <b>período de luto de onze meses</b> que serve para sustentar a tristeza dos enlutados e a consequente incapacidade de retomar, por completo, o ritmo das suas vidas normais. Durante este período o <i>Kaddish</i> continua a ser recitado diariamente.</p> <p>Todos os anos os defuntos são recordados no aniversário hebraico da sua morte – <i>Yahrzeit</i> – onde se mantém viva a memória dos que morreram acendendo-se uma vela que arde o dia inteiro.</p> <p>Não é costume os rituais fúnebres conterem flores, nem se quer nas sepulturas dos defuntos. Nestas últimas é comum a colocação de <b>pequenas pedras</b>, demonstrando – com um objecto duradouro e não efêmero – respeito pelo falecido.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	Imagens de túmulos com pedras e de uma Tahara.
<b>Objetos</b>	Mortalhas, lista de falecidos, foto do túmulo de Barros Basto, livro Kadish.
<b>Há-Lapid</b>	
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Igual ao Painel 5.
<b>Painel 8</b>	
<b>Título</b>	A SINAGOGA
<b>Texto</b>	<p>Mais do que um edifício, uma Sinagoga é, antes de mais, um conjunto de dez ou mais homens judeus (maiores de idade) – um <b>minyam</b>. É com este conjunto de pessoas que poderá ser realizado um culto público e consequentemente uma leitura pública da Torah às segundas-feiras, quintas-feiras, sábados (Shabat) e alguns feriados religiosos.</p> <p>Ainda assim, hoje, as comunidades judaicas juntam-se, nos seus cultos, num edifício próprio para esse fim e que, geralmente, apresenta uma arquitectura bastante característica, muitas vezes tentando reproduzir o destruído Templo de Jerusalém. Apesar da função mais conhecida das Sinagogas ser o culto religioso, a verdade é que estes</p>

	<p>edifícios possuem, na maior parte das vezes, outras funções, tais como a reunião dos membros da comunidade, a discussão de ideias e o ensino.</p> <p>Outras designações para Sinagoga são: <b>Bêt Tefilá</b> (Casa de Oração), <b>Bêt Knesset</b> (Casa de Assembleia) e <b>Bêt Midrásh</b> (Casa de Estudo) ou <b>Shul</b> (Escola). Estas designações são bem demonstrativas da pluralidade de funções que uma Sinagoga tem.</p> <p>Estas Sinagogas não dispõem de altares nem de imagens religiosas, uma vez que estas são proibidas. Desta forma, o principal ponto de uma Sinagoga é a Arca ou armário que se guarda os rolos da Lei – a <b>Sefer Torah</b>. Esta Arca, ou <b>Aron Kodesh</b> (ou ainda Helal), localiza-se invariavelmente na parede Leste da Sinagoga (na <b> direcção de Jerusalém</b>) e é a partir daqui que a Torah é transportada, quando é lida, até a uma plataforma – a <b>Bimá</b> – geralmente localizada no centro da sala de oração, demonstrando a centralidade que representa na religião judaica e nos seus cultos. Nas suas portas também é frequente encontrar uma <b>Mezuzah</b>, pequena caixa onde foi colocada uma passagem bíblica em pergaminho e que é colocada no umbral da porta.</p> <p>A <i>Sefer Torah</i> é feita em pergaminho e escrita à mão, não podendo conter qualquer erro ou imperfeição. Presa a duas hastes geralmente de madeira, este precioso objecto de culto é normalmente embrulhado em seda ou veludo ricamente trabalhados ou numa caixa de metal. Quando é lida é costume utilizar-se um ponteiro com a forma de uma mão com o dedo indicador esticado – o <b>yod</b> – mostrando, ao não tocar no texto sagrado, o respeito devido.</p> <p>Em frente à Arca é normal encontrar uma lamparina a arder – o <b>nêr tamid (Luz Eterna)</b> – representando a luz com que D’us guia e protege.</p> <p>Nas Sinagogas ortodoxas as mulheres não participam nos serviços religiosos ao lado dos homens, estando-lhes reservado um balcão superior ou uma ala separada por uma divisória. Esta ala feminina é denominada por <b>Ezrát Nashim</b>.</p> <p>Geralmente uma Sinagoga possui um <b>Shamásh</b>, que é quem cuida dos aspectos práticos da vida da Sinagoga e supervisiona os serviços diários.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	Ner Tamid; Sinagogas
<b>Objetos</b>	Mezuzah; yod; pergaminho de uma Mezuzah
<b>Há-Lapid</b>	
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Attias e Benbassa, 2000: 160 e 263; Blech, 2004: 149-155 e 300-310; Gaarder et al., 2007: 120-121; Cohn-Sherbok, 2009: 80-81; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 30-33 e 50-53; <i>Museo Sefardi Toledo</i> , 2011: 182
<b>Painel 9</b>	

<b>Título</b>	O SHABAT
<b>Texto</b>	<p>Para os judeus o <i>Shabat</i> é o dia de descanso, devendo reservar-se o dia à família, oração e estudo da <i>Torah</i>. Ao observar o <i>Shabat</i>, os judeus relembram a conclusão, ao sétimo dia, da Criação – o dia em que D’us descansou – assim como relembram a libertação da escravidão no Egito, às mãos de D’us. Neste dia, que se inicia ao pôr-do-sol de sexta durando até ao pôr-do-sol de sábado, são proibidas todas as actividades, incluindo as actividades domésticas.</p> <p>O ritual inicia-se na Sinagoga com uma oração – o <i>Lecha Dodi</i> (“Vem, meu amigo”) –, referindo-se à maneira como é saudada uma noiva. É normal os judeus, neste dia, cumprimentarem-se com um <i>Shabat Shalom</i> (Paz no Shalom). Aos sábados de manhã é lida, entre outras leituras (salmos, cânticos e orações), uma passagem da <i>Torah</i>. Aí, a <i>Torah</i> é retirada do <i>Aron Kodesh</i> e transportada até a <i>Bimah</i>, onde é elevada para que todos a vejam, sendo lida por sete membros da Comunidade. É geralmente o <b>Rabino</b> – oficiante e líder espiritual da Comunidade, sendo, muitas vezes, ele que dá formação religiosa – que profere o sermão, onde interpreta a passagem lida da <i>Torah</i>. Em algumas comunidades existe também o <i>Hazan</i> – o responsável pelo cântico litúrgico nos serviços religiosos.</p> <p>Em casa, é a mulher que abre o Shabat com o acender de <b>duas velas</b>, recitando uma oração enquanto tapa os olhos com as mãos, louvando D’us. Mais tarde o chefe de família abençoa os filhos e a mulher, proferindo, de seguida, o <b>Kidush</b>, uma bênção de santificação, sob um copo ou taça de <b>vinho</b> (um símbolo da alegria). São também partilhados <b>dois pães</b>, a <i>hala</i>, um pão tradicional entrelaçado típico do <i>Shabat</i> que simboliza as relações que o dia traz e que se encontravam tapados por um <b>pano</b> (relembrando que no <i>Shabat</i>, durante a errância no Deserto, os judeus recebiam duas vezes a ração ofertada nos restantes dias, por dádiva divina). É em tom festivo e alegre que as refeições são realizadas, como reconhecimento da santidade do dia e das relações familiares.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	imagens dos ofícios e do Rabino
<b>Objetos</b>	Livro do Kidush, pano, velas, pratos
<b>Há-Lapid</b>	124
<b>Fontes e Bibliografia</b>	O mesmo do painel 8.
<b>Painel 10</b>	
<b>Título</b>	AS REGRAS DIETÉTICAS - KASHERUT

<b>Texto</b>	<p>Os judeus possuem disposições dietéticas precisas que deverão observar rigorosamente. Estas disposições – as leis do <i><b>Kasherut</b></i> – definem se um alimento é puro (<i><b>Kasher</b></i> ou <i><b>Kosher</b></i>) ou não (<i><b>Treif</b></i>).</p> <p>As regras do <i>Kasherut</i> são dever das mulheres, sendo elas as responsáveis por preservá-las no seio do seu lar.</p> <p>Assim, não se poderá consumir, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- carne que não seja proveniente de animais ruminantes que possuam patas fendidas em dois (como o porco, o camelo, o cavalo, o burro, o coelho, a lebre, etc.);</li> <li>- aves predadoras e selvagens (como a águia, o falcão, o abutre, a avestruz, o papagaio, o cuco, etc.);</li> <li>- peixes que não tenham escamas e barbatanas e outros animais marinhos (descartando-se o marisco, o polvo, as lulas, o tubarão, a baleia, a enguia, etc.);</li> <li>- insetos, animais rastejantes, répteis (descartando-se as cobras, os lagartos, os ratos, formigas, etc.);</li> <li>- o leite e os ovos vindos de animais proibidos;</li> <li>- comida que possua sangue ou vísceras (devendo abater-se os animais de uma forma típica (com misericórdia), além da utilização de sal e água para retirar os restos de sangue dos animais abatidos);</li> <li>- pratos que misturem leite ou produtos lácteos com carne (sendo comum utilizar dois conjuntos de louça: um para o leite e produtos lácteos e outros para a carne).</li> </ul> <p>Os judeus mais ortodoxos, consideram ainda que além destas interdições, só poderão consumir bebidas e alimentos produzidos por judeus, devendo os processos de produção ser supervisionados por um Rabino.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	Símbolos de alimentos Kasher; exemplos de refeições judaicas
<b>Objetos</b>	
<b>Há-Lapid</b>	
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Attias e Benbassa, 2000: 158-159; Blech, 2004: 256-265; Gaarder et al., 2007: 122; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 96-99
<b>Painel 11</b>	
<b>Título</b>	O ANO JUDAICO
<b>Texto</b>	<p>O calendário anual judaico é lunar e contem 354 dias, divididos por 12 meses de 29 ou 30 dias.</p> <p>Os meses do ano judaico são os que se seguem:</p>



	<table><tr><th>Mês Judaico (nome do mês + equivalência no calendário secular + dias no mês)</th><th>Festividades (nome das festividades + dias das mesmas)</th></tr><tr><td>Tishri (setembro-outubro) – 29</td><td>Rosh Ha-Shana (1-2); Yom Kippur (10); Sukot (15-22)</td></tr><tr><td>Heshvan (outubro-novembro) – 29 ou 30</td><td></td></tr><tr><td>Kislev (novembro-dezembro) – 29 ou 30</td><td>Hanuka (25-29 ou 30)</td></tr><tr><td>Tevet (dezembro-janeiro) – 30</td><td>Hanuka (continuação: 1-2 ou 3)</td></tr><tr><td>Shevat (janeiro-fevereiro) – 30</td><td></td></tr><tr><td>Adar (fevereiro-março) – 29</td><td>Purim (14 ou 14 de Adar II, na existência deste mês)</td></tr><tr><td>Nisan (março-abril) – 30</td><td>Pessah (15)</td></tr><tr><td>Iyar (abril-maio) – 29</td><td></td></tr><tr><td>Sivan (maio-junho) – 30</td><td>Shavuot (6-7)</td></tr><tr><td>Tamuz (junho-julho) – 29</td><td></td></tr><tr><td>Av (julho-agosto) – 30</td><td>Tis'a Be-Av (9)</td></tr><tr><td>Elul (agosto-setembro) – 29</td><td></td></tr></table>	Mês Judaico (nome do mês + equivalência no calendário secular + dias no mês)	Festividades (nome das festividades + dias das mesmas)	Tishri (setembro-outubro) – 29	Rosh Ha-Shana (1-2); Yom Kippur (10); Sukot (15-22)	Heshvan (outubro-novembro) – 29 ou 30		Kislev (novembro-dezembro) – 29 ou 30	Hanuka (25-29 ou 30)	Tevet (dezembro-janeiro) – 30	Hanuka (continuação: 1-2 ou 3)	Shevat (janeiro-fevereiro) – 30		Adar (fevereiro-março) – 29	Purim (14 ou 14 de Adar II, na existência deste mês)	Nisan (março-abril) – 30	Pessah (15)	Iyar (abril-maio) – 29		Sivan (maio-junho) – 30	Shavuot (6-7)	Tamuz (junho-julho) – 29		Av (julho-agosto) – 30	Tis'a Be-Av (9)	Elul (agosto-setembro) – 29	
Mês Judaico (nome do mês + equivalência no calendário secular + dias no mês)	Festividades (nome das festividades + dias das mesmas)																										
Tishri (setembro-outubro) – 29	Rosh Ha-Shana (1-2); Yom Kippur (10); Sukot (15-22)																										
Heshvan (outubro-novembro) – 29 ou 30																											
Kislev (novembro-dezembro) – 29 ou 30	Hanuka (25-29 ou 30)																										
Tevet (dezembro-janeiro) – 30	Hanuka (continuação: 1-2 ou 3)																										
Shevat (janeiro-fevereiro) – 30																											
Adar (fevereiro-março) – 29	Purim (14 ou 14 de Adar II, na existência deste mês)																										
Nisan (março-abril) – 30	Pessah (15)																										
Iyar (abril-maio) – 29																											
Sivan (maio-junho) – 30	Shavuot (6-7)																										
Tamuz (junho-julho) – 29																											
Av (julho-agosto) – 30	Tis'a Be-Av (9)																										
Elul (agosto-setembro) – 29																											
	<p>Devido ao fato de algumas festividades judaicas estarem associadas a grandes momentos da vida agrícola, é necessário preencher o desfasamento que existe entre este calendário lunar e o calendário solar (ou secular). Assim, um décimo terceiro mês de 29 dias – <i>Adar II</i> (ou <i>Adar Shení</i>) – é acrescentado 7 vezes em 19 anos.</p> <p>Os judeus estabelecem a data da Criação (com base nos textos sagrados) para definir o ano em que se deve começar a contar o tempo. Assim, o primeiro ano judaico foi em 3761 a. E. v. (antes da Era vulgar).</p>																										
Citações																											
Imagens																											
Objetos	Calendário judaico																										
Há-Lapid																											
Fontes e Bibliografia	Atias e Bennassa, 2000: 51-52 e 272-277; Blech, 2004: 141-204; Gaarder et al., 2007: 126-128; Cohn-Sherbok, 2009: 86-91; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 34-41; <i>Museo Sefardi Toledo</i> , 2011: 182-188																										
Painel 12																											
Título	AS CELEBRAÇÕES JUDAÍCAS - YAMIM NORAIM – Festas Solenes ou Dias Temerosos																										
Texto	<p>Período de dez dias em que se busca o perdão pelos pecados, através do arrependimento, auto-análise, reflexão sobre as próprias ações e tentativa de eliminar as más ações.</p> <p><b><i>Rosh Ha-Shana</i> – Ano Novo Judaico</b></p> <p>O <i>Rosh Ha-Shana</i> é o Ano Novo Judaico, o dia que celebra a Criação. Este dia</p>																										

	<p>abre um período de dez dias de contrição onde D’us julga a Sua Criação: a Humanidade.</p> <p>É comum fazer-se tocar o <i><b>Shofar</b></i> – um corno de carneiro (evocativo do carneiro que foi sacrificado por Abraão em lugar do seu filho, Isaac) – no ofício da Sinagoga, incitando os fiéis a despertar e a voltar-se para D’us, olhando para as suas ações e arrependendo-se dos pecados praticados ao longo do último ano. À tarde é realizada a cerimónia do <i><b>Tashlick</b></i>.</p> <p><b><i>Yom Kippur</i> – O Dia da Expição</b></p> <p>Neste dia, também conhecido como o Grande Perdão (o dia em que terminam os “dias temerosos”), é realizado um <b>jejum</b> de vinte e cinco horas, sendo proibido ingerir toda a comida e bebida, assim como ter relações sexuais, usar calçado de couro, tomar banho, além das interdições próprias do <i>Shabat</i>. Na Sinagoga, todo o dia é dedicado à oração e à mortificação, numa demonstração do seu arrependimento, de forma a pedir o perdão divino. Este período também é reservado para as conciliações entre as pessoas.</p> <p>A nível litúrgico, o <i>Yom Kippur</i> inicia-se com a recitação do <i>Kol Nidrei</i> (“todos os votos”), onde os votos de carácter religioso desaparecem; à tarde é lido o Livro de Jonas (que relata um arrependimento e um perdão); e à noite é terminada a liturgia com o <i>Nei’la</i>, um ofício de encerramento.</p> <p>O dia, assim como as suas obrigações, finaliza-se, mais uma vez, com o tocar do <i>Shofar</i>.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	Imagens das celebrações
<b>Objetos</b>	Shofar
<b>Há-Lapid</b>	
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Ver Paineis 11.
<b>Painel 13 e 14</b>	
<b>Título</b>	<b>AS CELEBRAÇÕES JUDAÍCAS - YAMIM TOBIM – Festas Maiores ou Dias Bons</b>
<b>Texto</b>	<p>As festas maiores ou os Dias das Peregrinações, referem-se aos acontecimentos históricos dos judeus, desde o Êxodo do Egito até à chegada da Terra Prometida. No passado, nestas festas, muitos judeus peregrinavam até Jerusalém de forma a depositar oferendas no Templo.</p> <p><b><i>Pessach</i> – A Páscoa Judaica</b></p> <p>A <i>Pessach</i> (“passagem”) representa a saída dos judeus do Egito, às mãos de</p>

Moisés (incumbido desta tarefa por D'us) e, consequentemente, o fim da escravatura. Este acontecimento, que se passou após a décima praga, enviada por D'us contra o Faraó e o seu povo, é uma das principais festividades judaicas. Em tempos bíblicos, como agradecimento por D'us ter poupado a vida dos primogénitos judeus na última praga (que continham sangue de cordeiro na porta de forma a que a morte galgasse esses lares), era costume haver um sacrifício de um cordeiro no Templo de Jerusalém.

Atualmente, durante os oito dias que antecedem a *Pessach*, é proibido haver pão, fermento ou produtos fermentados dentro de casa. É comum haver neste período uma limpeza geral nos lares judaicos de forma a eliminar qualquer vestígio do pão (mesmo as migalhas) no interior dos lares. Esta obrigação representa a saída repentina dos judeus no Egito, uma saída tão rápida que os pães não conseguiram fermentar.

Neste dia é praticado um ritual religioso especial que é realizado nos lares, sendo frequente o uso de louça própria, de que se destaca o *Keara* (um prato tradicional usado nesta festividade). Este ritual contém uma ordem própria, o *Seder da Pessach*, e é lido uma parte do livro de orações, a *Hagada*. Alguns dos alimentos próprios desta cerimónia são o **vinho** (cada pessoa deverá beber quatro copos, relembrando a alegria dos quatro estágios de libertação dos judeus); pelo menos três *Chag Matsot* (ou pão ázimo, pão não fermentado achatado, em memória dos três patriarcas: Abraão, Isaac e Jacob); **carpas** (um vegetal verde semelhante à salsa que simboliza a Primavera e o renascimento); *Charosset* (mistura entre maçãs cortadas, nozes, vinho e temperos que representam a argamassa feita pelos judeus no Egito, enquanto escravos); *Maror* (ervas amargas, que simbolizam a amargura da escravidão); *Betsa* (um ovo duro queimado, que simboliza o sacrifício feito no Templo de Jerusalém), *Zeroa* (um osso queimado, símbolo do cordeiro pascal); **água salgada** (símbolo das lágrimas dos antepassados no Egito); e o **Copo de Elias** (pois será ele que, durante um *Pessach*, anunciará a chegada do Messias).

As crianças têm uma posição de destaque nesta festividade na medida em que é normal serem incitadas a fazer perguntas e a participarem nas orações que acompanham a *Pessach*.

Na Sinagoga, além de textos próprios é, também, lido o *Shir Hashirim* ou Cântico dos Cânticos (uma dos cinco *megilot* – rolos).

### ***Shavuot* – A Festa das Semanas**

No passado, nesta festividade, eram apresentados no Templo de Jerusalém, os

	<p>primeiros frutos colhidos.</p> <p>Historicamente evoca-se, nesta festa, a entrega da <i>Torah</i> no Monte Sinai. É tradição <b>enfeitar as Sinagogas</b> com ramos e arranjos florais recordando o momento em que no Monte Sinai floresceu uma grande vegetação aquando da Revelação dos Mandamentos a Moisés e aos judeus.</p> <p>É costume na noite da véspera do <i>Shavuot</i> os judeus dedicarem-se absolutamente ao estudo ou à recitação de textos bíblicos e na Sinagoga, no ofício da manhã, é lida a passagem da <i>Torah</i> onde constam os Dez Mandamentos, assim como é lido o Livro de Rute ou <b><i>Meguiltt Ruth</i></b> onde surge uma narrativa de uma conversão emblemática, na época das colheitas.</p> <p><b><i>Sukot – Festa das Cabanas</i></b></p> <p>Celebrada durante oito dias, esta festividade comemora o período de errância dos judeus pelo Deserto, após a saída do Egito. Durante este período de 40 anos habitaram em tendas móveis e, para recordar este período difícil e a providência divina, é costume as famílias judaicas, nesta data, construírem uma cabana ou tenda – uma <b><i>Sukah</i></b> – com, pelo menos, três paredes e um tecto coberto de folhas e ramos. Durante a sua estadia no deserto, D’us alimentou este povo com alimento caído do céu e salvaguardou-o do calor. Durante os oito dias de duração desta festividade, que lembra que D’us está sempre disposto a ajudar mesmo nos momentos mais complicados, é hábito os judeus mais ortodoxos viverem nestas cabanas. É costume, no interior da <i>Sukah</i>, os judeus segurarem e balançarem quatro espécies diferentes de plantas que crescem na Terra Santa (o seu destino final), enquanto recitam uma bênção. Estas plantas são: a <b><i>Lulav</i></b>, um ramo de palmeira; <b><i>Arava</i></b>, um ramo de salgueiro; <b><i>Hadas</i></b>, um ramo de murta; e <b><i>Etrog</i></b>, um fruto cítrico semelhante ao limão.</p> <p>Na Sinagoga é frequente a leitura do <b><i>Eclesiastes</i></b> (uma das cinco Megilot).</p> <p>O último dia de <i>Sukot</i> é o <b><i>Simchat Torah</i></b> ou Alegria da Torah. É neste dia que, geralmente, o ciclo anual de leitura da <i>Torah</i> nas Sinagogas termina e recomeça. A celebração deste acontecimento é feita com danças com a <i>Torah</i> em redor dos braços, com uma enorme alegria.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	
<b>Objetos</b>	Keara, Seder de Passah, meguila Ruth, copo de Elias; sukah
<b>Há-Lapid</b>	
<b>Fontes</b>	e Ver Painel 11.

<b>Bibliografia</b>	
<b>Painel 15</b>	
<b>Título</b>	AS CELEBRAÇÕES JUDAÍCAS – Festa Menores
<b>Texto</b>	<p>Festividades que relembram feitos históricos do povo judaico e que merecem ser recordadas. Ao contrário das festas anteriores, estas festas não se encontram descritas na <i>Torah</i>. Ainda assim, e apesar de se relacionarem com acontecimentos mais recentes, são bem demonstrativos da nacionalidade judaica.</p> <p><b><i>Purim</i> – A Festa das Sortes</b></p> <p>A festa do <i>Purim</i> é considerada a festa do Exílio por excelência, ao serem lembrados os tempos do exílio da Assíria com a leitura da <i>Megilat Esther</i> (Rolos de Ester) nos serviços religiosos da noite e da manhã. Neste texto é lembrado o salvamento miraculoso protagonizado por Esther e pelo seu primo Marduqueu, aquando da tentativa do ministro assírio do Rei Assuero – Haman – exterminar os judeus do reino. No fundo, aqui é recordada a sorte que, a qualquer momento, pode ser invertida a favor dos judeus.</p> <p>A nível das festividades, neste dia, o <b>vinho</b> é tido como um dos protagonistas, na medida em que se pretende dar ênfase à alegria. Também são típicas as trocas de comida entre as famílias, os jogos, as peças de teatro de sátira, os bolos próprios e o barulho feito, normalmente, pelas crianças que utilizam <b>matracas</b> enquanto dizem o nome de Haman.</p> <p><b><i>Hanuka</i> – Festa das Luzes</b></p> <p>O <i>Hanuka</i> (“inauguração ou dedicação [do Templo]”) é a festividade que evoca por um lado o renascimento espiritual dos judeus e por outro a reconstrução nacional. De facto, este período celebra a vitória dos macabeus (judeus) sobre os seleucidas (helénicos), quando estes, numa demonstração de domínio e com coacção, profanaram o Templo de Jerusalém, proibiram os cultos judaicos impondo sacrifícios pagãos. Esta situação desencadeou uma revolta que resultou na independência política e na restauração religiosa.</p> <p>Segundo a tradição talmúdica, no momento em que se decidiu consagrar o Templo de Jerusalém acendendo a sua <i>Menorah</i>, descobriu-se óleo consagrado que daria apenas para um dia, mas que acabou por durar oito, o tempo suficiente para produzir mais óleo. Relembrando este milagre, é costume, nas oito noites do <i>Hanuka</i>, os judeus acenderem, junto às janelas, um candelabro de nove braços – o <i>Hanukia</i>. Assim, acende-se uma vela</p>

	<p>(ou pavio mergulhado em óleo) no primeiro dia, duas no segundo e assim por diante até à oitava noite (sempre da direita para a esquerda). O braço central, o nono, possui uma vela auxiliar com a qual se acendem as restantes.</p> <p>Nesta festividade onde as crianças são as protagonistas, é costume o ambiente ser de festa, sendo frequente oferecer prendas às crianças. Muitas delas jogam com um tradicional pião – o <i>Sevivon</i> ou <i>dreidel</i> – cujo corpo possui quatro faces onde estão inscritas as letras hebraicas iniciais da frase um “grande milagre ocorreu lá”.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	
<b>Objetos</b>	Hanukiah, Megilat Esther; matracas;
<b>Há-Lapid</b>	96
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Ver Painel 11.
<b>Painel 16</b>	
<b>Título</b>	AS CELEBRAÇÕES JUDAÍCAS – Os Jejuns
<b>Texto</b>	<p>Além do jejum do <i>Yom Kippur</i>, é normal observarem-se os seguintes <b>jejuns</b>:</p> <p><b><i>Tish’a Be-Av – o 9 do Mês Av</i></b></p> <p>Neste dia, é realizado um jejum rigoroso (nos moldes do realizado no <i>Yom Kippur</i>) que pretende recordar a destruição do Primeiro Templo de Jerusalém (em 586 antes da Era vulgar) pelos babilónios e a destruição do Segundo Templo de Jerusalém (em 70 da Era vulgar) pelos romanos. Além destes dois momentos, também estão associados a este dia outros marcos históricos sombrios da história judaica de que se destacam as <b>datas da expulsão dos judeus</b> de Inglaterra (1290), França (1394), Espanha (1492) e Portugal (1496).</p> <p>Nesta data é lida a <i>Megilat das Lamentações</i> embora se deva abster de ler a <i>Torah</i>, sendo o único dia do ano em que isso acontece.</p> <p><b>Jejuns Menores</b></p> <p>Além dos jejuns do <i>Yom Kippur</i> e do <i>Tish’a Be-Av</i>, existem ainda mais cinco jejuns menores onde é proibido o consumo de água e alimentos do alvorecer até ao amanhecer. Recordando momentos importantes da história judaica, os cinco jejuns são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Jejum de <i>Gedalia</i> (3 de Tishri)</li> <li>- Jejum do <i>10 de Tevet</i> (10 de Tevet)</li> <li>- Jejum de Esther (13 de Adar)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jejum dos Primogénitos (14 de Nisan)</li> <li>- Jejum do <i>17 de Tamuz</i> (17 de Tamuz)</li> </ul>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	
<b>Objetos</b>	Megilat das Lamentações;
<b>Há-Lapid</b>	
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Ver Painei 11.
<b>Painei 17 e 18</b>	
<b>Título</b>	SHOAH – HOLOCAUSTO
<b>Texto</b>	<p>O <b>Holocausto</b> ou <i>Shoah</i> (“catástrofe”) são os termos pelos quais se tornou conhecido o <b>genocídio de cerca de 5 700 000</b> judeus em toda a Europa, durante a <b>Segunda Guerra Mundial</b>.</p> <p>Este genocídio foi o culminar de um processo que se iniciou com um conjunto de medidas discriminatória na <b>Alemanha Nazi</b>, com a chegada de Adolf Hitler ao poder em 1933. O auge deste processo acontece a partir de junho de 1941 quando, após a invasão da URSS, se iniciou o fuzilamento em massa com o assassinato, por parte dos <i>Einsatzgruppen</i> (Grupos Especiais), criados pelas SS, dos judeus em cada cidade conquistada. Também nesse ano foram inaugurados os primeiros <b>campos de extermínio</b> (até então apenas existiam <b>campos de concentração</b>): a maior ferramenta da “<b>Solução Final da Questão Judaica</b>”. De facto, os judeus são forçados, numa boa parte da Europa dominada pela Alemanha, a entrar em comboios apinhados e sem condições algumas de higiene, sendo transportados até aos campos de extermínio onde são despidos, <b>gaseados até à morte</b> e empilhados em valas comuns para mais tarde serem cremados em <b>fornos crematórios</b>. Cerca de 3 860 000 de judeus foram assassinados desta forma horrível.</p> <p>Devido ao facto de <b>Portugal ter permanecido neutro</b> na Segunda Grande Guerra, vários milhares de <b>judeus conseguiram refugiar-se</b> neste país, para mais tarde rumar a África e à América.</p> <p>O maior pico de entrada de refugiados deu-se com a ocupação de Paris pelos alemães, em junho de 1940, em que conseguiram entrar em Portugal milhares de judeus, possuindo vistos de entrada em Portugal dados pelo cônsul português de Bordéus <b>Aristides de Sousa Mendes</b> (mais tarde afastado do seu cargo por desobedecer às diretrizes do regime que o impediam de passar vistos a quem não possuísse um visto de país de destino, ou seja, de salvar vidas humanas).</p>

É importante referir que a entrada de refugiados neste período foi bastante dificultada, sendo as **restrições à entrada no país tanto maiores quanto o número de judeus que pretendiam utilizar Portugal como “plataforma de salvação”**.

Num **país ditatorial** como era Portugal na altura, a **António de Oliveira Salazar** não interessava a vinda de refugiados vindos de países mais desenvolvidos que pusessem em causa as condições de vida dos portugueses e, sobretudo, que **pussem em causa os valores e ideologias do Regime do Estado Novo**.

Ainda assim, Portugal acabou por deixar entrar muitos dos refugiados, não tendo perseguido os **refugiados clandestinos/ilegais** que foram sendo transferidos para as designadas “**zonas de residência fixa**”, nomeadamente Ericeira, Estoril, Figueira da Foz e Caldas da Rainha, onde foram acolhidos por **portugueses hospitaleiros, sensíveis aos seus dramas e sem atitudes anti-semitas**.

A estadia destes refugiados era curta, podendo estar em Portugal apenas enquanto **aguardavam um transporte até um país de acolhimento/exílio**. É este facto que justifica a existência residual de refugiados em Portugal em 1944 (menos de mil).

Portugal permitiu também, devido à pressão feita pelos países Aliados e por elementos influentes da Comunidade Israelita de Lisboa, a **instalação de organizações internacionais de auxílio aos refugiados**. Entre estas organizações destacam-se a **Comassis** (Comissão Portuguesa de Assistência a Judeus Refugiados), a **JOINT** (American Jewish Joint Distribution Committee), o **HICEM** (anacrónico das três organizações que a compunham: Hebrew Immigrant Aid Society, Jewish Colonization Association e European Emigdirect) e a **Secção de Assistência aos Refugiados da Comunidade Israelita de Lisboa**.

Uma outra organização que também auxiliou os refugiados foi a **6ª Secção – Somekh Há-Golim** ou **Amparo dos Desterrados** – da **Comunidade Israelita do Porto**, onde a figura do Capitão Barros Basto muito se destacou. De facto, foram inúmeras as cartas dirigidas ao Capitão e à Comunidade por refugiados que tentavam a todo o custo entrar em Portugal, encontrando no Porto uma mão que os pudesse salvar neste momento apertado. Ao todo, foram ajudados pela Comunidade do Porto **mais de 200 famílias judaicas** (a maioria polacos). Quando chegavam ao Porto (**muitos deles entrando clandestinamente em Portugal através de Bragança, com a ajuda preciosa da Comunidade Israelita de Bragança e dos seus membros**), a maioria dirigia-se para Lisboa onde estavam localizados os meios para poderem partir para outros países. Desta



	<p>forma, foi necessário haver uma grande <b>articulação e cooperação entre as organizações, auxiliando os refugiados a nível material, económico, médico, religioso e ajudando-os a conseguir vistos e transportes para países de exílio, além de resolverem toda uma série de problemas relacionados com as autoridades.</b></p> <p>Ao todo, neste “crime contra a Humanidade”, onde pereceram cerca de dois terços da população judaica na Europa, terão sido cerca de <b>100 000 os judeus refugiados a passar por Portugal entre 1939-1945.</b> Entre refugiados com vistos de passagem e os refugiados clandestinos, todos eles depositaram em Portugal e nos portugueses a esperança de poderem, mais uma vez na milenar história judaica, sobreviver.</p>
<b>Citações</b>	<p style="text-align: right;"><i>“Para que o Mal triunfe, basta que os homens bons não façam nada.”</i></p> <p style="text-align: right;"><b>Edmund Burk (escritor e político irlandês do séc. XVIII)</b></p>
<b>Imagens</b>	Fotos de refugiados em Portugal
<b>Objetos</b>	Cartas a pedir auxílio a Barros Basto, correspondência entre as organizações de apoio; fichas acerca dos refugiados.
<b>Há-Lapid</b>	127; 104;
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Attias e Benbassa, 2000: 255-262; Pimentel, 2008; Milgram, 2010; Mucznik, 2009a; Pimentel e Milgram, 2009; Cohn-Sherbok, 2009:69-73; Tworuschka e Tworuschka, 2010: 164-169; Mucznik, 2012; <i>Arquivo da Comunidade Israelita do Porto</i>
<b>Painel 19-22</b>	
<b>Título</b>	OS JUDEUS NO PORTO
<b>Texto</b>	<p>O primeiro local documentado onde os judeus se fixaram na Cidade do Porto foi a antiga Rua das Aldas (actualmente Rua de Santana) no Período Medieval. Existe, também, uma referência a uma Sinagoga suplementar extra-muros primitivos, na Rua da Munhata (entre os Conventos de S. Domingos e de S. Francisco), actualmente Rua do Comércio do Porto.</p> <p>Mais tarde surgem, fora da Muralha Fernandina (Cerca Nova), duas outras judiarias: uma em Gaia e outra em Monchique. A primeira localizava-se num local conhecido por “Alto dos Judeus”, entre Gaia e Vila Nova e seria habitada principalmente por armadores de barcos que mantinham relações comerciais com a França e outros países, quanto à Judiaria de Monchique (Miragaia), também conhecida por Judiaria de Baixo, apenas se sabe que alguns judeus lá viviam por volta de 1380. Já a Sinagoga desta judiaria está bem documentada por uma epígrafe em granito em hebraico que refere a inauguração do templo religioso em meados do Século XIV.</p> <p>Seria apenas no fim do Século XIV que se criaria a mais conhecida judiaria do</p>

Porto. É precisamente D. João I que em 1386 determina a concentração de todos os judeus portuenses num único local da cidade. É o Concelho que destina a zona do Olival, no interior da Cerca Nova (ou Muralha Fernandina) e portanto defendida de possíveis ataques espanhóis, para ser o local da judiaria do Porto. Assim, a carta régia de 3 de Março de 1388 (Coimbra) deu origem à Judiaria Nova do Olival com cerca de 1,8 hectares, ou seja, cerca de 4% da cidade na época. Esta nova judiaria, murada e com duas entradas – uma junto à Porta do Olival (a Norte) e outra nas actuais Escadas da Vitória, designadas no passado por Escadas da Esnoga (a Sul) – encontrava-se compreendida entre as actuais Rua de Belomonte a Sul, a Rua das Taipas a Oeste e Noroeste, a Cordoaria/Campo Mártires da Pátria a Norte e Rua dos Caldeireiros a Este. Em relação à Sinagoga, são vários os autores que referem a sua localização sem, contudo, haver provas documentais ou materiais que indiquem claramente onde se encontrava.

Em 1492 trinta ilustres famílias de judeus expulsos de Castela (após o Decreto de Expulsão de Alhambra) encabeçados pelo Rabi Isaac Aboab instalaram-se precisamente na Judiaria do Olival, por ordem régia de D. João II. Embora apenas pudessem permanecer no país durante oito meses, a verdade é que conseguiram obter licença para ficar em Portugal. A estas famílias juntaram-se mais tarde outras famílias exiladas, aumentando o número de habitantes na Judiaria. Com a lei manuelina de 5 de Dezembro de 1496 (Muge), os judeus foram expulsos do reino ou obrigados a converter-se para ficar em Portugal. No Porto, com esta lei, alguns terão ido para fora (colónias portuguesas, mediterrâneo e norte da Europa) mas a maioria terá ficado na Cidade pois “a presença dos judeus não só não incomodou do ponto de vista religioso, mas onde, até social e economicamente era desejada” e assim continuou a ser com os cristãos-novos, cujo capital e negócios muito auxiliava esta cidade. Uma boa parte dos cristãos-novos moradores no Olival (actuais Rua de S. Miguel e da Vitória), sobretudo os mais endinheirados, mudou-se para a Ribeira de forma a poder impulsionar o comércio nessa mesma zona. Mais tarde (1533-1534), junto da Câmara do Porto, pediram para voltar a repovoar a Rua de S. Miguel, alegando que o preço dos alugueres era demasiado caro. No entanto, não será difícil de adivinhar que o motivo verdadeiro que levou uma boa parte destes cristãos-novos a querer repovoar a rua seria o de regressar ao lar dos seus antepassados, os antepassados judeus que poderiam sê-lo livremente. Aí poderiam preservar secretamente os cultos judaicos, fazendo com que algumas das suas casas se constituíssem verdadeiros “santuários anti-cristo” contra a religião

dominante/dominadora. Para enganar a maioria cristã-velha e como forma de defesa, estas famílias vão continuar a casar-se com famílias cristãs-velhas, vão cada vez mais ingressar na vida sacerdotal/clerical cristã e vão contribuir financeiramente para as festas religiosas (nomeadamente a festa/procissão do Corpo de Deus).

Mais tarde, surge o Tribunal do Santo Ofício em Portugal (1536) para pôr cobro às heresias e apostasias praticadas nas diversas localidades, pelo menos essa era a grande justificação da Igreja e do Rei.

Durante o período em que o Tribunal da Inquisição do Porto funcionou – 1541-1546 (tendo estado activo apenas entre 1542-1544) –, os cristãos-novos, acusados de judeus ou judaizantes, negavam as acusações e subvertiam de certa forma as regras do Tribunal através da sua capacidade financeira e estatuto social. Desta forma, este período apenas contou com dois autos-de-fé, um em 1543 e outro em 1544, junto à Porta do Olival o que parece não ter afectado as relações entre judeus e cristãos.

No período seguinte (1547-1565) a cidade do Porto, inserida na Inquisição de Lisboa, passa por “um período praticamente incólume”. Em 1565, o Porto passa a estar inserido no Tribunal do Santo Ofício de Coimbra que protagonizou duas visitas – uma em 1564-65 e outra em 1570. A primeira tinha como objectivo principal travar/apurar as contestações às aplicações do Concílio de Trento que se faziam sentir. Com a segunda visita verificaram-se várias confissões relacionadas com pecados ditos menores, de forma a apenas sofrer pequenas “sentenças simbólicas de penitências espirituais, sem prisão e confisco de bens” o que possibilitava facilmente a fuga ou a continuação da prática da sua proibida religião.

Mais tarde, é com as prisões da década de noventa (1590-91) que são iniciadas com denúncias vindas de Trás-os-Montes, nomeadamente de Bragança, tendo sido presas 102 pessoas. O Perdão Geral de 1605 (onde os cristãos-novos pagaram 1.7000.000 cruzados – a comunidade portuense também contribuiu) veio interromper este perigoso processo, além de que quatro anos antes tinham sido pagos 170.000 cruzados para que os cristãos-novos pudessem emigrar.

Apesar de o Porto se ter debatido bastante para adquirir uma autorização régia para emigrar, a verdade é que a grande maioria não o fez.

Mas é com a visita inquisitorial surpresa de 1618 (de 30 de Março a 20 de Julho), que grande parte dos cristãos-novos foram apanhados desprevenidos, sobretudo pela forma como foi feito e pelas normas jurídicas em que se baseava. De forma a

eliminar os problemas que houve em todas as outras visitas, D. Sebastião de Matos de Noronha faz a visita ao Porto com algumas “novidades” no modo de gerir a mesma. Realça o novo Regimento de 1613, em vigor, falando da obrigação de denunciar todas as pessoas que não cumpram os preceitos exigidos, mesmo que apenas hajam suspeitas resultantes de “alguma coisa de vista ou de ouvida”. Uma nova agravante do Regimento é que os visitantes tinham liberdade plena para “julgarem localmente a gravidade dos casos, de modo a poderem proceder à prisão imediata. Não obstante o próprio regimento ser bastante pesado, a actuação do Santo Ofício serviu-se de próprias ilegalidades para actuar, desde a tortura até à morte, ameaças, equívocos e pressas nas prisões, repetidos confiscos de bens e até roubos. Mais uma vez são os conversos/’judaizantes’ os mais atacados, que muitas das vezes “entravam cristãos e saíam judeus”, tamanha era a violência no cárcere.

A propósito da forma como os portuenses actuaram perante o Santo Ofício neste período (como já antes havia acontecido), estes, numa tentativa de se proteger e proteger os seus, optam por confessar o menos possível e por aguentar a tortura de forma a evitar o confisco de bens, enfrentando as prisões com frontalidade, calma e sem medo. As acusações feitas, quando o processo está mais adiantado, recaem, por norma, nos presos, ausentes e defuntos (como, aliás, é costume na Cidade do Porto quando ocorrem motins). Outros permaneciam calados desde o início, julgando ser esta a melhor forma de acabar com o ‘tormentos’. Dentro do cárcere arranjam sempre forma de se comunicar entre si, através das mais variadas artimanhas e muitas das vezes com o apoio dos mais baixos funcionários da cadeia (nomeadamente os cozinheiros). Isto possibilitava aconselharem-se mutuamente em relação aos processos, saber quem estava preso e quem foram os denunciadores, de forma a apresentar contraditas (que no Porto são várias).

Após as detenções, os bens eram imediatamente confiscados e as pessoas divididas entre o Tribunal de Lisboa e o de Coimbra.

Como resposta a toda esta conjuntura os cristãos-novos preparavam um novo perdão geral, elaborando vários memoriais acerca dos procedimentos da Inquisição, e mesmo os presos tudo faziam para ultrapassar a situação elevando as suas vozes acerca da violência e ilegalidade do funcionamento do Santo Ofício.

No fim, mais de uma centena e meia de pessoas com estatutos culturais e socioeconómicos eminentes foram “tocados” pelo braço inquisitorial, o que vem comprovar aquilo que já foi aqui dito: o Santo Ofício atacava os cristãos-novos mais ricos

	<p>e eruditos, aparentemente intocáveis. Esta visitação dilacerou bastante o sistema social, económico e financeiro do Porto e das suas gentes, como, aliás, a própria Câmara do Porto afirma em 1623.</p> <p>Não é possível negar que muitos eram os criptojudéus existentes na cidade e que muito provavelmente existiriam sinagogas clandestinas entre a Rua de S. Miguel e de Nossa Senhora da Vitória. Existiriam nas ricas casas dos cristãos-novos muitas marcas de Judaísmo e de contra-cristianismo, mesmo que fosse um Judaísmo já bastante descaracterizado. Seriam, também, as pessoas de estratos socioculturais mais elevados que mais acesso tinham a este culto/religião.</p> <p>Recentemente, foi descoberto um Ehal (Arca onde é guardada a Torah) no n.º9 da Rua de São Miguel, no Porto. Esta descoberta, veio trazer novas luzes sobre o criptojudaísmo do pós-expulsão na Cidade do Porto.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	Ehal da Rua de São Miguel; réplica da epígrafe encontrada em Monchique
<b>Objetos</b>	
<b>Há-Lapid</b>	97
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Mea, 1979; Mea, 1996; Mea, 2002; Mea, 2004; Mea, 2009c; Sousa, 2000; Dias 2003; Basto, 1929; Pereira, 1914; Paulo, 1956; Remédios; 1895; Moreno, 1985; Moreno, 1990; Tavares, 1982
<b>SALA DA OBRA DO RESGATE</b>	
<b>Painel 1</b>	
<b>Título</b>	SINAGOGA KADOORIE MEKOR HAIM
<b>Texto</b>	<p>A <b>Sinagoga Kadoorie Mekor Haim (Fonte de Vida)</b> – sede da Comunidade Israelita do Porto – foi projectada por <b>Augusto dos Santos Malta</b> (e com intervenções posteriores de Arthur de Almeida Júnior), tendo como colaborador a nível dos interiores e da decoração o arquitecto Rogério de Azevedo.</p> <p>Designada por “<b>Catedral Marrana do Norte de Portugal</b>”, este templo branco de betão armado e estilo oriental, foi construído entre 30 de Junho de 1929 (colocação da primeira pedra) e <b>16 de Janeiro de 1938 (data da inauguração)</b>.</p> <p>Deve o seu nome Kadoorie ao facto de esta rica família britânica natural de Hong Kong ter doado 5000 em 1933 para que fossem finalizadas as obras que estavam paradas. De facto, <b>Sir Elly Kadoorie</b> e seus filhos, <b>Horace e Lawrence</b>, fizeram esta doação em memória de sua mulher e mãe – a Senhora <b>Laura Matos Moncada</b> de descendência portuguesa.</p> <p>Esta Sinagoga de três pisos, cave com <i>Mikvé</i> (banho ritual) e jardim, albergou o Instituto Teológico Israelita – Yeshivah Rosh Pinah –, assim como todos os serviços (secções)</p>

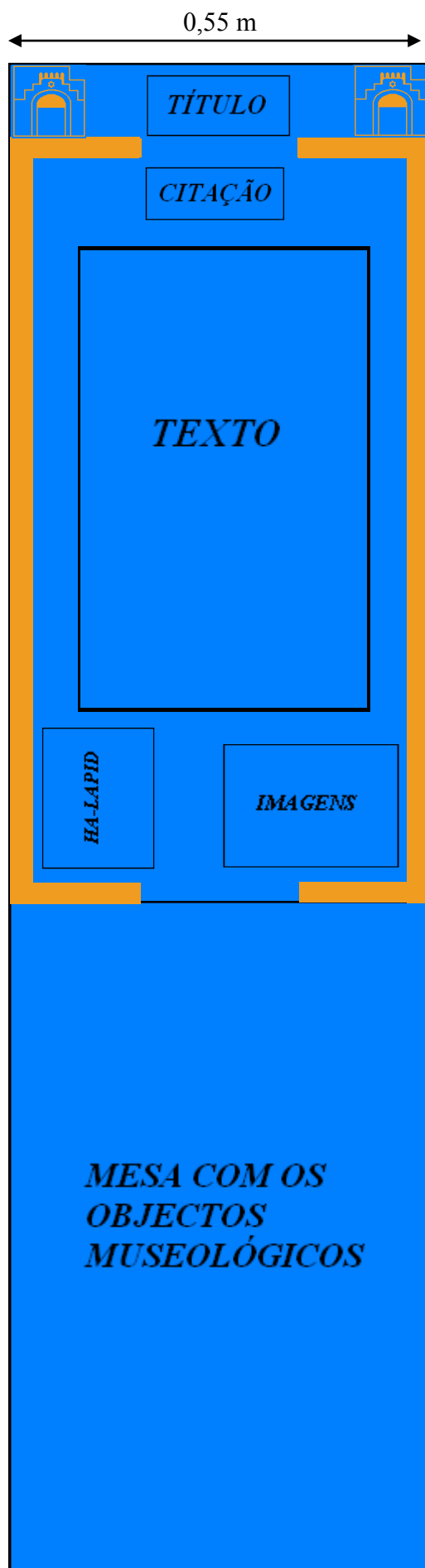
	<p>relacionadas com a Comunidade Israelita do Porto.</p> <p>Considerada a <b>maior Sinagoga da Península Ibérica</b>, o seu estilo eclético e majestoso pretendeu, nas palavras de Barros Basto, “<b>dar [aos marranos] uma alta conceção da religião de seus pais</b>”, evitando a inveja destes para com as monumentais igrejas católicas.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	<p>O SENHOR COMIGO E NADA RECEIO</p>  <p>(provisório)</p>
<b>Objetos</b>	Fotos da construção da Sinagoga (6 fotos)
<b>Há-Lapid</b>	19; 83
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Há-Lapid, n.º 83, pag.4 (1938- Ano XII);
<b>Painel 2</b>	
<b>Título</b>	MARRANOS E A OBRA DE RESGATE
<b>Texto</b>	<p>A <b>Obra de Resgate</b>, idealizada pelo Capitão Barros Basto constitui-se como uma das maiores empresas do judaísmo português, embora ainda pouco divulgada.</p> <p>Com esta obra, Barros Basto, imensamente apoiado pela <b>Portuguese Marranos Committee</b> de Londres (constituída pela <i>Anglo-Jewish Association</i>, <i>Spanish and Portuguese Congregation</i> de Londres e a <i>Alliance Israelite Universelle</i>), pretendia <b>trazer para o judaísmo normativo os marranos, descendentes de judeus obrigados a converter-se</b> ao Cristianismo em 1496 pelo Rei D. Manuel I, e que, ultrapassando séculos de perseguições da Inquisição, conseguiram passar a “crença de Moisés” às gerações seguintes. Naturalmente, o judaísmo secreto que estas pessoas (sobretudo do interior norte de Portugal) praticavam era já completamente descaracterizado, contendo bastantes elementos cristãos, visto que a educação e os meios de comunicação com judeus “oficiais” era absolutamente inexistente. Ainda assim, mantiveram-se <b>“judeus no</b></p>

	<p><b>coração</b>”, nas palavras do Grande Rabino da Palestina, sendo somente isso que interessava e que bastava para que a comunidade internacional apoiasse a sua reintegração.</p> <p>Este fenómeno, <b>descoberto Samuel Schwarz</b>, um judeu polaco, no início do Século XX, e catapultado internacionalmente pelo investigador <b>Cecil Roth</b>, foi alvo de imensa curiosidade por parte de judeus de todo o mundo e foi na Comunidade Israelita do Porto que se depositaram a confiança e os meios para levar a Obra a bom porto.</p> <p>Assim, Barros Basto, ou o “Apóstolo dos Marranos”, como também ficou conhecido, encetou uma série de viagens a Trás-os-Montes e às Beiras de forma a resgatar os marranos, distribuindo um jornal por si criado – o <b>Ha-Lapid</b> (o Facho), órgão de comunicação da Comunidade Israelita do Porto. Ao todo foram criados <b>27 centros marranos</b> (entre juntas judaicas e comunidades legalizadas, destacando-se Bragança, a mais duradoura).</p> <p>Para este projeto destacam-se, ainda, as figuras de <b>Paul Goodman</b> e <b>Lucien Wolf</b> (Portuguese Marranos Committee) e do Rabino norte-americano <b>Sola Pool</b>.</p> <p>Em 1932 é criada a <b>OMIR (Ordem dos Mensageiros Israelitas do Resgate)</b>, uma associação que tinha por finalidade ensinar a religião judaica e seus fundamentos a marranos; dar a conhecer ao grande público a excelência história dos judeus no contexto mundial e português; e fomentar a ligação entre Portugal e as comunidades judaicas de rito português espalhadas pelo mundo.</p> <p>Uma outra ferramenta importante também foi criada para a concretização do resgate – o <b>Instituto Teológico Israelita (Yeshivah Rosh Pinah)</b>, ativo entre <b>1929-1935</b>, este instituto, composto por ensino liceal e educação judaica, tinha como objectivo formar jovens marranos para serem guias das suas comunidades, pois por serem jovens, Barros Basto acreditava que seriam mais permeáveis. Foram cerca de três dezenas de alunos que passaram pelo Instituto.</p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	Fotos de alunos do Instituto Israelita do Porto (4); fichas dos alunos,
<b>Objetos</b>	
<b>Há-Lapid</b>	38;
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Ha-Lapid, n.º 69 (1935), Ano IX; Mea, 1998; Mea, 2009a: 284-285; Roth; 2001: 237-249; Tavares, 2001; Martins, 2006: 35-66; Paulo, 1969; Paulo, 1985; Stuckzinsky, 2009.
<b>Painel 3</b>	
<b>Título</b>	CAPITÃO BARROS BASTO
<b>Texto</b>	Arthur Carlos de Barros Basto (1887-1961), natural de <b>Amarante</b> e descendente de

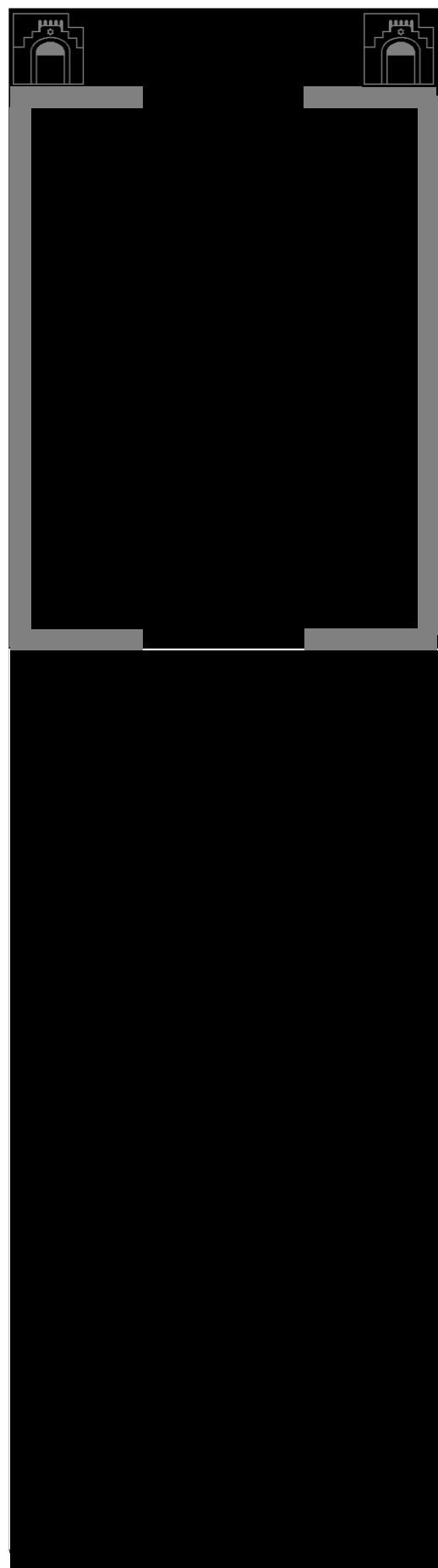
	<p>Marranos, foi <b>um herói da Primeira Guerra Mundial</b>, tendo hasteado a bandeira republicana nos Paços do Conselho da Cidade do Porto em Outubro de 1910. Devido às suas heróicas ações foi galardoado com diversas medalhas de honra e mérito.</p> <p>Barros Basto foi o <b>criador da União dos Adueros de Portugal</b>, assim como o <b>Oryanismo</b> (uma filosofia religiosa com bastantes elementos judaico e onde a atividade física e intelectual são privilegiadas).</p> <p>Mais tarde, deixa o Oryanismo e dedica-se inteiramente ao Judaísmo, entrando na Aliança de Abraão em Tunes. Casa em 1921 com <b>Léa Azancot</b>, da Comunidade Israelita de Lisboa e <b>funda, no Porto, a Comunidade Israelita do Porto em 1923</b>. A partir desta instituição passa a dirigir a Obra do Resgate,</p> <p>É de referir que Barros Basto chegou a ser professor na Faculdade de Letras do Porto e foi <b>autor de diversos artigos acerca do judaísmo</b>, sendo, também, <b>autor e diretor do jornal Ha-Lapid</b>.</p> <p>Em meados dos anos 1930, Barros Basto é <b>vítima de calúnias</b> sob a forma de cartas anónimas que o acusam de praticar atos imorais com os alunos da Yeshivah, o que provocou um processo militar onde foi absolvido. No entanto, por interferência do Ministro da Guerra, um órgão de apelo – o Conselho Superior de Disciplina – deliberou o seu <b>afastamento do Exército</b>, antes do fim do anterior processo. Esta decisão, de 1937, teve como fundamento o facto do Capitão assistir a circuncisões, ato considerado desprestigiante para um oficial.</p> <p>Apesar da sua desgraça, Barros Basto conseguiu ainda encontrar forças para prosseguir a Obra do Resgate e, sobretudo, <b>auxiliar muitos refugiados judeus vindos do leste europeu</b> aquando da Segunda Grande Guerra.</p> <p><b>Só em 2012 é que a Assembleia da República reabilita a sua memória e honra, deliberando, em Julho desse ano, a sua reintegração no Exército Português.</b></p>
<b>Citações</b>	
<b>Imagens</b>	Fotografias do capitão e de sua família (3);
<b>Objetos</b>	Máquinas de escrever, farda militar, condecorações, espada, tinteiro, selos,
<b>Há-Lapid</b>	25;
<b>Fontes e Bibliografia</b>	Mea e Steinhart, 1997; Mendes, 2007.



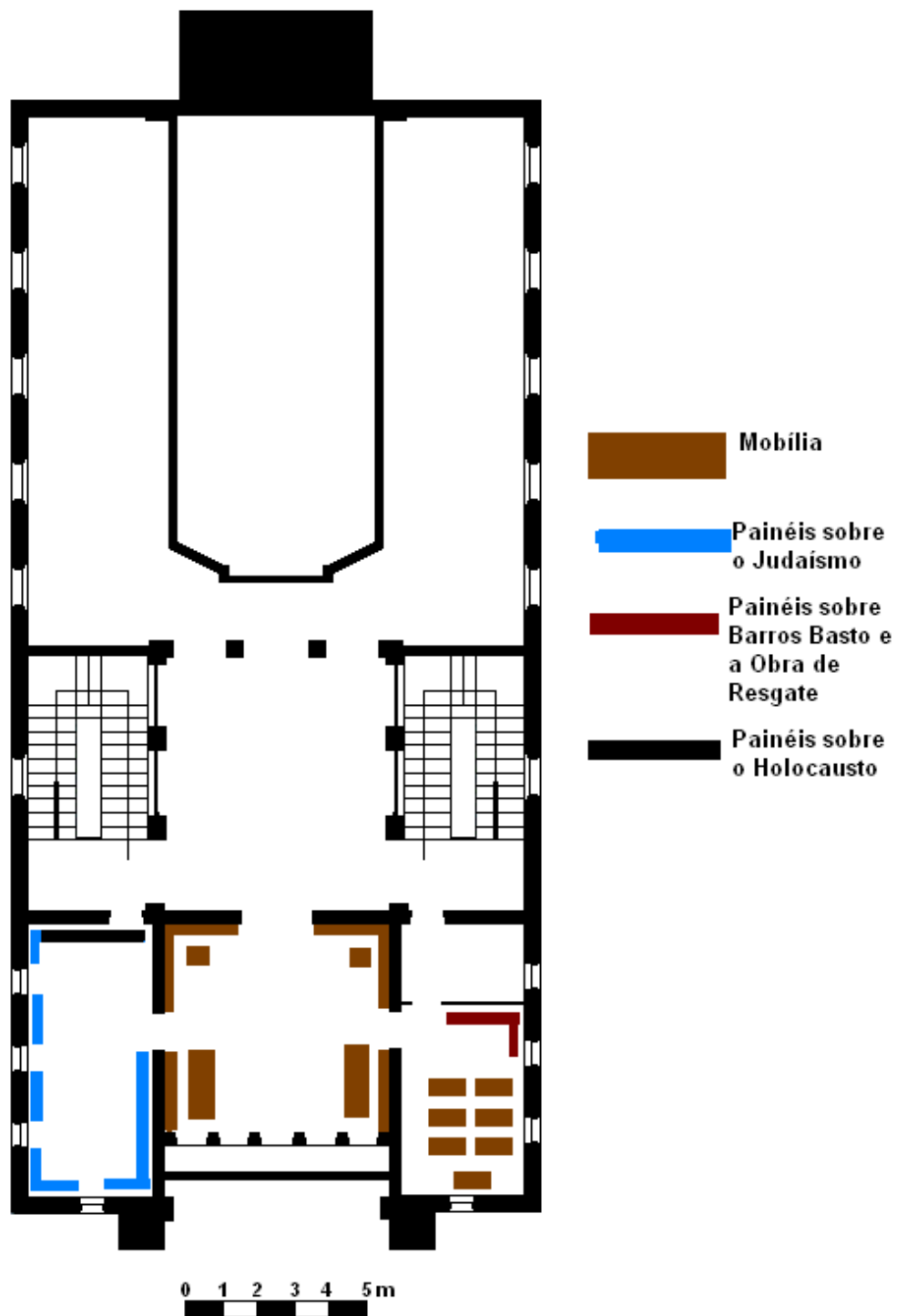
### **APÊNDICE 3 – Painéis Informativos (Provisórios)**



2



#### **APÊNDICE 4 – Planta da Exposição**



1º Andar da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim / Hugo M. Vaz 2012

